

SABRINA RAMOS CORNÉLIO

DESVELANDO HISTÓRIAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS: (RE)EXISTÊNCIA DO
POVO PURI NO SUDESTE DA MATA ATLÂNTICA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação profissional em Patrimônio cultural, Cidadania e Paisagens para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Priscila Ribeiro Dorella.

VIÇOSA-Minas Gerais

2024

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C814d
2024
Cornélio, Sabrina Ramos, 1997-
Desvelando histórias, identidades e memórias:
(re)existência do Povo Puri no sudeste da Mata Atlântica /
Sabrina Ramos Cornélio. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (146 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Priscila Ribeiro Dorella.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.694>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Índios Purí - Historiografia. 2. Memória coletiva.
3. História oral. 4. Distribuição por etnia. I. Dorella, Priscila
Ribeiro, 1981-. II. Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 980.1

SABRINA RAMOS CORNÉLIO


DESVELANDO HISTÓRIAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS:
(RE)EXISTÊNCIA DO POVO PURI NO SUDESTE DA MATA ATLÂNTICA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação profissional em Patrimônio cultural, Cidadania e Paisagens para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Priscila Ribeiro Dorella.

APROVADA: 27 de junho de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **SABRINA RAMOS CORNELIO**
Data: 10/10/2024 17:01:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sabrina Ramos Cornélio
Autor

Documento assinado digitalmente
 **PRISCILA RIBEIRO DORELLA**
Data: 10/10/2024 15:27:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Priscila Ribeiro Dorella
Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Povo Puri, ao Povo da Mata.

AGRADECIMENTOS

Sempre apreciei a leitura dos agradecimentos, pois é nesta seção que reconhecemos que nossa pesquisa não é realizada sozinha e que contamos com contribuições inestimáveis de todos os que encontramos. Portanto, resumir em poucas linhas não será suficiente para expressar a gratidão que sinto por todos vocês.

Ao longo desses anos de graduação e mestrado, conheci pessoas maravilhosas e inestimáveis nesse processo de crescimento pessoal e profissional. Uma delas é a minha orientadora, Priscila Ribeiro Dorella, que me acolheu com generosidade, paciência e confiança e me guiou por esse desafiador caminho da pesquisa. Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão e admiração a você, cujo conhecimento, orientação e apoio foram indispensáveis durante a realização deste trabalho.

Agradeço aos membros do comitê de avaliação, Ana Paula Ribeiro Freitas, Adriano Toledo Paiva e Patrícia Vargas Lopes de Araújo, que generosamente compartilharam sua experiência e conhecimento, contribuindo com perguntas perspicazes e sugestões para o aprimoramento desta dissertação.

Também gostaria de agradecer a todos os professores do Departamento de História e do mestrado da UFV, em especial, Fábio Faria Mendes, Carolina Marotta Capanema, Rubens Leonardo Panegassi e Thiago Mota Silva, e aos servidores Mileny Aparecida Lacerda Prates, Breno Kimio de Freitas Hassegawa e Gustavo Cruz Portugal que me auxiliaram nesta jornada. Gostaria de agradecer à turma de mestrado Lorena, Luciana, Williene, Laís, Arlindo, Fábio, Camila, Mab, Flávia, Thiago, Cristiano e Emiliano pelas conversas, almoços e sugestões de fontes e leituras.

Expresso minha sincera gratidão à minha família, meus pais Terezinha e Nelson e à Lavínia, que incentivaram quando pensei ser impossível continuar. A Lavínia, em especial, agradeço pela leitura e sugestões na escrita e pela fé em mim. Agradeço também às minhas amigas Cassiane, Michelle, Natália, Natãna, Danúbia, Gabi e Pâmela pelos momentos de descontração, em especial, Natália e Natãna pelo auxílio na submissão do projeto no Conselho de Ética-CEP. O apoio constante, compreensão e amor foram fundamentais durante esta jornada. Muito obrigado por acreditarem em mim e me ajudarem a transformar esse sonho em realidade.

Finalizo com imensa gratidão ao Povo Puri, sobretudo à Helenice, Helena, Heloísa, Carol, Rosa, Carmelita Ñáma Telikóng Pury e Aline Rochedo Pachamama, mulheres incríveis, cujo compartilhamento de conhecimentos, vivências e memórias transformaram meu olhar

sobre a História e a vida. Foi uma honra conhecer e escutar vocês. Agradeço de coração pela gentileza com que me acolheram e pelas conversas.

Reconheço que há limitações em meu trabalho, mas espero que possa contribuir para iluminar o caminho daqueles que desejam conhecer a História do Povo Puri, tanto do passado quanto do presente.

EPÍGRAFE

Estive pensando sobre como escrever sobre nós, os indígenas, sobre sua cultura e religião. De repente me dei conta que não sou vista como “indígena”, afinal diz-se que os índios foram extintos, então, o que sou eu? Bem, acho que sou o resto de tudo aquilo que fomos um dia, faço parte de um povo que aqui viveu... Sou um resto de sangue que teima em queimar em minhas veias dizendo eu sou, eu sou, eu ainda sou! Faço parte de um povo que há muito foi banido de suas terras, como muitos outros povos. Os nativos que não se submeteram a colonização e então foram envoltos no véu da invisibilidade... outros foram atropelados pela ganância de seus pares. Depois de todos esses anos, ainda sinto no peito a dor de perder a terra sagrada. Meus ancestrais falam através de minha alma, na certeza de haver terra fértil para absorver as palavras, os cantos e todo conhecimento que não se calou! (Zélia Puri, 2020, p. 05).

RESUMO

CORNÉLIO, Sabrina Ramos. M. Sc. **Desvelando histórias, identidades e memórias: (re)existência do Povo Puri no sudeste da Mata Atlântica.** Universidade Federal de Viçosa, junho de 2024. Orientadora: Priscila Ribeiro Dorella.

Essa dissertação analisa o processo de apagamento/silenciamento historiográfico sobre a identidade indígena Puri a partir de meados do século XIX na região sudeste da Mata Atlântica e a sua reemergência pública na virada do século XXI, acompanhado do crescimento da autodeclaração indígena da etnia Puri. Debruçamos, assim, sobre as atividades desenvolvidas pelos movimentos e coletivos de revalorização da História e Cultura Puri, bem como da luta por reconhecimento e acesso a políticas públicas. Para isso, utilizamos pressupostos teóricos da Nova História Indígena e da História Oral, e fontes como relatos de viajantes, jornais, redes sociais, trabalhos de memorialistas e entrevistas. O direito à autodeterminação indígena esteve em debate tanto na legislação Estado colonial quanto independente. E o imaginário social seguiu no Brasil arraigado às representações coloniais que ignoram a diversidade de povos e a sua presença nos centros urbanos. Diante dessa realidade, refletimos sobre as experiências de luta por direitos do Povo Puri e reafirmação de sua identidade histórica no Tempo Presente.

Palavras-chave: Historiografia, indígenas Puri, memória, oralidade e etnogênese.

ABSTRACT

CORNÉLIO, Sabrina Ramos. M. Sc. **Unveiling histories, identities and memories: (re)existence of the Puri people in the southeastern Atlantic Forest.** Federal University of Viçosa, June 2024. Advisor: Priscila Ribeiro Dorella.

This dissertation analyzes the process of historiographical erasure/silencing of the Puri indigenous identity from the mid-19th century in the southeastern region of the Atlantic Forest and its public re-emergence at the turn of the 21st century, accompanied by the growth of indigenous self-identification of the Puri ethnic group. Therefore, we examine the activities of movements and collectives for the revaluation of Puri history and culture, as well as the struggle for recognition and access to public policies. We used theoretical assumptions from the New Indigenous History and Oral History, and sources such as travelers' accounts, newspapers, social networks, works by memorialists, and interviews. The right to indigenous self-determination was under debate in both colonial and independent State legislation. And the social imaginary in Brazil remained rooted in colonial representations that ignored the diversity of peoples and their presence in urban centers. In the face of this reality, we reflect on the experiences of the Puri people in the struggle for rights and the affirmation of their historical identity in the Present Time.

Keywords: Historiography, indigenous Puri, memory, orality and ethnogenesis.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa baseado em registros históricos dos séculos XVII e XIX sobre a presença Puri no sudeste da Mata Atlântica. | 11 |
| Figura 2 - Categorias raciais dos Censos Demográficos brasileiros (1872-2010) | 55 |
| Figura 3 - Foto da mobilização indígena contra a demolição do prédio do antigo Museu do Índio, hoje aldeia Maracanã..... | 66 |
| Figura 4 - Foto realizada na Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa com indígenas Puri | 68 |
| Figura 5 - Indígenas Puri do Movimento de Retomada Puri Uxo Txori nos gramados da Universidade Federal de Viçosa | 69 |
| Figura 6 - Foto da 1ª Kanduna Puri na Estação Cultural Hervé Cordovil..... | 70 |
| Figura 7 - Foto retirada durante a inauguração placa na 2ª Kanduna Puri na Praça do Rosário no Centro de Viçosa..... | 71 |
| Figura 8 - Integrantes do Movimento de Retomada Puri-Uxo Txori da Zona da Mata Mineira. | 72 |
| Figura 9 - Capa do livro Boacé Uchô: A História está na terra de Aline Rochedo Pachamama (Churiah Puri), 2020..... | 79 |
| Figura 10 - Cartaz da III Marcha das Mulheres Indígenas (2024) | 97 |
| Figura 11 - Territórios Puri com base em registros do século XVIII e XIX por Daniel Oliveira (2023) | 119 |

SUMÁRIO

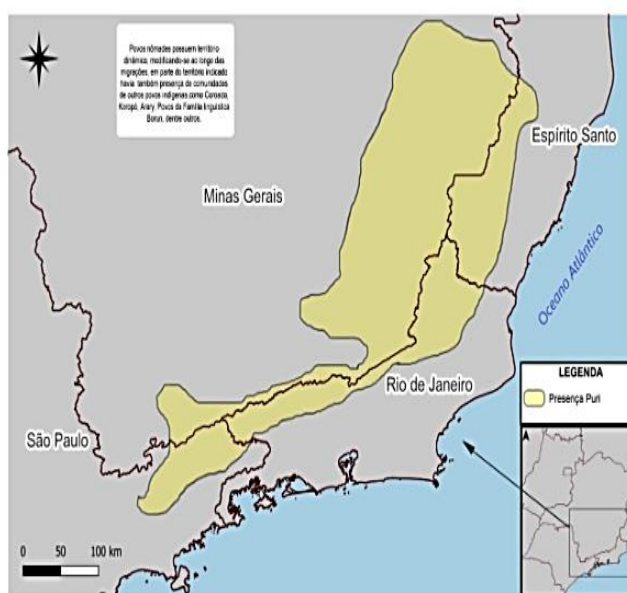
| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 CAPÍTULO I: OLHARES HISTORIOGRÁFICOS E ANTROPOLÓGICOS RECENTES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL | 17 |
| 1.1 Historiografia sobre povos indígenas na região Leste da Capitania de Minas Gerais..... | 21 |
| 1.2 Escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII ao XIX e a expansão da fronteira colonial para os Sertões Proibidos | 24 |
| 1.3 Debates sobre origens dos grupos Puri e Coroados dos séculos XIX ao XXI | 29 |
| 1.4 Historiografia e etnicidade: a construção dos Puri e Coroados nos relatos coloniais..... | 34 |
| 1.5 Descrição cultural e classificação linguística dos Puri..... | 36 |
| 2 CAPÍTULO II: PROCESSO DE APAGAMENTO HISTÓRICO: ALDEAMENTO, MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE | 41 |
| 2.1 Debates sobre memória, esquecimento e categorias de identificação racial do IBGE (1872 a 2010) | 50 |
| 2.2 Estudos realizados sobre a etnogênese Puri..... | 58 |
| 3 CAPÍTULO III: HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO PURI NO PRESENTE..... | 66 |
| 3.1 Protagonismo indígena e ações de revitalização da língua e cultura Puri | 74 |
| 3.2 Identidade Puri em contexto urbano..... | 80 |
| 3.3 Movimentos Puri: Identidades e memória familiares..... | 83 |
| 3.4 Breve apontamento sobre a presença de mulheres indígenas Puri no presente: violência e luta..... | 94 |
| 4 Considerações finais..... | 99 |
| Fontes..... | 101 |
| Referências bibliográficas..... | 104 |
| 5 Apêndice - Produto..... | 114 |

INTRODUÇÃO

O povo Puri, assim como outros povos da América, por muito tempo foram considerados totalmente assimilados ou exterminados devido à colonização europeia e às teorias raciais evolucionistas do século XIX, que previam seu desaparecimento diante do “progresso” representado pelos europeus. Contrapondo e resistindo a essa concepção, observamos na virada do século XX, o florescimento de identidades étnicas, até então consideradas mortas e “esquecidas”, como, por exemplo, os Puri que buscaram a revalorização cultural, proteção da natureza e reparação histórica.

Diante dessa perspectiva, esse estudo investigou o processo de etnogênese Puri no sudeste do Bioma da Mata Atlântica entre 2005 e 2023. Escolhemos como recorte espacial o Bioma da Mata Atlântica, dado que a territorialidade Puri abrangia os quatro estados da região sudeste, como aponta a Figura 1. É nesse espaço que o processo de etnogênese Puri vem ocorrendo.

Figura 1 - Mapa baseado em registros históricos dos séculos XVII e XIX sobre a presença Puri no sudeste da Mata Atlântica.



Fonte: Daniel Oliveira (2023).

Entendemos etnogênese como “processo histórico de emergência social e política de grupos tradicionalmente submetidos às relações de dominação (Alberto Bartolomé, 2006, p.39)”. Dito isso, observamos no século XXI o crescimento do número de pessoas autodeclaradas Puri que se organizam em movimentos sociais e coletivos para a reconstrução étnica no Tempo Presente nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São

Paulo. A pesquisa abrange uma ampla temporalidade, abordando aspectos da história Puri desde o século XVI até o XXI. Para analisar o processo de etnogênese dos Puri, nos baseamos no primeiro trabalho acadêmico sobre os Puri na contemporaneidade, conduzido pelo filósofo e educador Willer de Araújo Barbosa (2005) no município de Araçuaia, em Minas Gerais.

A perspectiva da pesquisa é que as violências coloniais como o extermínio físico e cultural desses povos ocorreu e foi em certa medida bem-sucedida. Por outro lado, consideramos nessa estrutura de dominação inegável a agência dos indígenas coloniais em busca de sobrevivência física e cultural, por meio da adaptação ao contato com os colonizadores nos aldeamentos, ocultamento de suas práticas culturais e linguísticas e a migração.

As teorias raciais evolucionistas do século XIX produziram o apagamento dos indígenas por meio do estigma proveniente de estereótipos negativos, a ideia de aculturação e assimilação, devido ao contato com os colonizadores. Pensamento advindo da perspectiva temporal linear da História, a qual a considerava os povos das Américas no primeiro estágio da evolução e que, após esse contato, poderiam abandonar esse estágio e galgar novos níveis de progresso. Nesse sentido, a concepção de cultura como estática e a-histórica contribuiu para o apagamento historiográfico dos indígenas, pois se negavam a eles o direito de se transformarem culturalmente sem deixar de serem indígenas. Além disso, reforçava a ideia de que a miscigenação seria um processo homogêneo de embranquecimento.

A pesquisa sobre a memória social construída sobre os indígenas Puri é de extrema importância, à medida que o reconhecimento e afirmação da identidade Puri têm se tornado fundamental para a busca de seus direitos civis, sociais e políticos. Resultando em uma crítica à memória oficial e a valorização de sua cultura e conhecimento, a partir das contribuições de seus antepassados na formação social, econômica e política.

A história dos povos indígenas no Brasil sempre esteve imbricada com as políticas e práticas de reconhecimento estatais e um desses instrumentos é o Censo Demográfico, realizado pela primeira vez em 1872, cujas categorias raciais eram branca, preta, parda, cabocla, livre e escrava (pretos e pardos). Os indígenas eram considerados nesse período como povos em vias de integração à sociedade nacional, sendo classificados como caboclos para indicar seu estágio de perda cultural e miscigenação. Entretanto, ao se analisar textos produzidos no final do século XIX é possível uma forte presença identitária indígena, isto é, sujeitos e comunidades que autodeclaravam indígenas, mesmo integrados ou não (Moreira, 2010). Segundo João Pacheco de Oliveira (2004; 2016), ao olharmos a história dos recenseamentos demográficos realizados no Brasil, podemos identificar como o Estado invisibilizou sua presença no território, ora a

partir da exclusão dos termos índios e indígenas, ora pelo uso de termos como caboclos e pardos para evitar a distinção étnica dos povos originários.

Dessa forma, durante quase todo o século XX, nos censos demográficos, o termo indígena era utilizado apenas para identificar os que viviam nos postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e toda mobilização dos Movimentos Indígenas, que passaram a contabilizar e identificar indígenas de todo território nacional.

A partir de 1991, o censo demográfico passou a incluir no questionário de classificação racial/étnico o termo índio/indígena. Dessa forma, na virada do século XX para o século XXI, os indígenas passaram a contabilizar como grupo racial/étnico no censo demográfico brasileiro. A inovação do censo demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE¹ foi a inclusão no questionário de autodeclaração racial da possibilidade de indicar o pertencimento étnico e é neste contexto que os indígenas Puri “reaparecem” como grupo étnico. Etnias consideradas extintas reapareceram nos dados do censo demográfico, demonstrando que a história dos grupos sociais não segue a lógica progressista e linear preconizada pelo Positivismo científico e teorias raciais do século XIX.

O reaparecimento da etnia Puri no Censo de 2010 e a formação de movimentos sociais Puri nos levam a indagar quais argumentos foram mobilizados para afirmar sua extinção e quais têm sido movidos para falar de seu “reaparecimento”. A historiadora Soraya Dornelles (2018) questiona essa representação de “extintos e totalmente assimilados” disseminada desde o final do século XIX pela historiografia tradicional, demonstrando como os interesses no controle do território e das terras fizeram parte de uma política de “apagamento” e cerceamento dos direitos indígenas.

A partir desse dado estatístico, abre-se o debate sobre os processos de enquadramento da memória coletiva e as interpretações da historiografia tradicional² que resultaram na construção de um discurso de invisibilidade da identidade indígena baseado nas noções de aculturação e miscigenação. Desse modo, essa dissertação analisou também aspectos da construção e consolidação de uma memória oficial e o processo de subalternização de outras

¹ IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf Acesso em: 18 jun. 2023.

² A historiografia tradicional se refere às produções históricas que predominaram até meados do século XX. Isso inclui as obras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que ignoravam muitas vezes ou minimizavam o papel dos povos indígenas na formação da identidade nacional brasileira. Além disso, a historiografia tradicional também engloba as abordagens influenciadas pelo Positivismo Científico do século XIX, que geralmente se concentravam em grandes eventos e personalidades políticas. Essas abordagens foram criticadas no início do século XX pela Escola dos Annales, que propunha uma história mais social.

pelas relações de poder, visto que existe um amplo debate sobre a função social da memória na formação identitária e coletiva³.

Para essa pesquisa, utilizamos a metodologia qualitativa, que consistiu na realização de uma revisão historiográfica das produções denominada de Nova História Indígena (1990-2023), análise de obras memorialistas e quatro entrevistas em formato de História de vida com indígenas Puri. Para o levantamento bibliográfico, utilizamos as seguintes palavras-chave combinadas: etno-história, indígenas, Puri, Sertão do Leste, Zona da Mata mineira, etnogênese, oralidade e memória, selecionando trabalhos que empregassem a metodologia de etno-história e História oral. Por conseguinte, como fontes, foram analisadas obras de memorialistas como Oiliam José (1921-2017) para refletir sobre a história e a presença indígena em Minas Gerais no início e meados do século XX, visando analisar que representações e lugares destinaram aos indígenas. Em acréscimo, foram consultados mapas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como os censos demográficos de 2010 e 2022, postagens em sites da internet⁴, publicações das contas do Instagram⁵ do Movimento Indígena de Retomada Puri Uxo Txori e o Movimento de Ressurgência Puri.

Originalmente, um dos objetivos específicos do estudo era examinar a História das Mulheres indígenas e as relações de gênero, motivo pelo qual nossa amostra foi composta exclusivamente por participantes femininas. No entanto, dada a amplitude do escopo da pesquisa, não foi possível aprofundar essa análise. As entrevistas foram realizadas pelo *Google Meet* após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, consoante as exigências do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP-UFV) da Universidade Federal de Viçosa.

Para a condução das entrevistas utilizamos um roteiro semiestruturado com perguntas sobre a História de Vida do participante com duração média de 2h30m cada uma. As entrevistas gravadas foram transcritas, mantendo a regionalidade na fala, sendo acrescidos entre colchetes os significados. Após esse processo, enviamos uma cópia para que pudessem verificar a transcrição e alterar. Para as transcrições, buscamos manter o coloquialismo, salvo quando se tornasse inteligível. Neste caso, alteramos ou deixamos entre parênteses retos, pois a tendência

³ HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2004.
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 7ªed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013.
POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

⁴ CENTRO DE MEMÓRIA DO POVO PURI. 2020. Disponível em:

<https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/centro-de-memoria-do-povo-puri> Acesso em: 10 jul. 2023.

⁵ INSTAGRAM. Movimento de Ressurgência Purí. Disponível em: <https://www.instagram.com/ressurgenciapuri/> Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTAGRAM. Movimento Indígena de Retomada Puri Uxo Txori - Zona da Mata-MG. Disponível em: <https://www.instagram.com/retomadapuri/> Acesso em: 10 jul. 2023.

do sotaque mineiro em não pronunciar a palavra toda torna difícil a transcrição na íntegra da entrevista. Além disso, usamos os parênteses retos para reorganizar as frases.

Esse trabalho conta com três capítulos. O primeiro capítulo “Olhares historiográficos e antropológicos recentes sobre os povos indígenas no Brasil” foi dedicado à revisão das principais pesquisas historiográficas produzidas a partir dos anos 1990 sobre os indígenas no Brasil e sobre os Puri desde o período colonial, a fim de identificar os debates teóricos e metodológicos relacionados à escravidão, guerras e aldeamentos do século XVIII ao XIX e a expansão colonial para os Sertões Proibidos. Esse capítulo analisou também os debates sobre as origens dos grupos Puri e Coroado do século XIX ao XXI, os nomes dados a essas etnias ao longo do tempo e a classificação linguística e cultural dos Puri.

O segundo capítulo, “Processo de apagamento histórico, aldeamento, miscigenação e identidade” teve como objetivo discutir a operação de apagamento da identidade indígena Puri em meados do século XIX pela história “oficial”. Para isso, analisamos os relatos de viagem de George W. Freyreiss, Carl Friedrich Phillip Von Martius e Johann Baptiste von Spix. Para pensar a concepção de extermínio e aculturação, utilizamos o estudo de Oiliam José (1965). Discutimos a importância da memória/esquecimento e os processos de disputa no enquadramento da memória e subalternização/silenciamento e as mudanças ocorridas no censo demográfico em relação à classificação racial indígena. Por último, analisamos os processos de etnogênese a partir do final da década 1980, quando diversos povos considerados extintos passaram a vir à cena pública reafirmar sua existência no presente em busca de valorização da sua cultura e reparação pelas violências sofridas, bem como as identidades indígenas no contexto urbano.

No terceiro capítulo “História da organização Puri no Presente”, tratamos do processo mnemônico e identitário Puri, visando refletir sobre quais são as operações memoriais que os descendentes fizeram sobre seus antepassados, como as significam, como elas são mobilizadas na construção identitária e na compreensão do Tempo Presente. Para isso, analisamos as redes sociais Puri, entrevistas em jornais e a entrevista com quatro mulheres Puri. Incluímos na pesquisa uma breve história da formação dos movimentos e coletivos Puri como o Movimento de Ressurgência Puri⁶ e o Movimento Puri de Retomada-Uxo Txori criados, em 2014 e 2021, respectivamente. Além disso, como a identidade Puri está relacionada à proteção ambiental, à reivindicação de políticas públicas, educação, ecologia e ao compromisso com a memória de seus ancestrais.

⁶ Os integrantes do Movimento Puri de Retomada Uxo Txori vivem a maioria na Zona da Mata mineira e os integrantes do Movimento de Ressurgência vivem em sua maioria no Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, consideramos importante refletir neste estudo, o modo como o Estado se posiciona em relação à identidade indígena, visto que, apesar da Constituição Federal de 1988⁷ “destutelar” a identidade indígena, ainda é presente reminiscências de práticas institucionais de políticas tutelares sobre essa identidade, assim como a contribuição da historiografia para esse cenário. Nesse sentido, os desafios enfrentados pelos Puri para seu reconhecimento enquanto indígenas se devem ao imaginário construído e às ações estatais coloniais que “congelam” as identidades no passado, desconsiderando a dinamicidade e historicidade da cultura.

⁷ BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 231º.

1 CAPÍTULO I: OLHARES HISTORIOGRÁFICOS E ANTROPOLÓGICOS RECENTES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O presente capítulo apresenta os principais estudos elaborados por historiadores e antropólogos sobre os indígenas na historiografia brasileira e Puri, a fim de analisar os debates teóricos e metodológicos realizados principalmente a partir de 1970. Esses estudos abordam o papel dado pela historiografia tradicional aos povos originários na formação nacional, o apagamento de identidades, a política de aldeamentos e o processo de resistência. Assim, apontamos as contribuições das pesquisas de Manuela Carneiro Cunha, John Manuel Monteiro, Maria Regina Celestino de Almeida e João Pacheco de Oliveira para a historiografia recente sobre os povos indígenas focalizando no debate sobre identidade.

A História Indígena Puri está concentrada em pesquisas sobre os séculos XVIII e XIX e referem-se aos debates sobre a expansão da fronteira colonial para a região Leste da Capitania de Minas Gerais e a identidade indígena. Aqui, apresentamos as pesquisas de Maria Leônia Chaves de Resende, Hal Langfur, Izabel Missagia de Mattos, Renato Pinto Venâncio, Adriano Toledo Paiva, José Otávio Aguiar, Fernando Gaudereto Lamas e Marcel Mano, que analisaram a região central (antiga Zona mineradora) e a região Leste da Capitania nas divisas com os atuais Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Nos debates evocados pelo marco de 500 anos da colonização das Américas, em 1992, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha lançou uma coleção de trabalhos acadêmicos intitulada “História dos índios no Brasil” que apresentava ao público brasileiro os povos originários, com artigos arqueológicos, antropológicos e historiográficos com eixos de análise desde o período colonial à República. Essa obra condensou as principais pesquisas feitas até aquele momento sobre os indígenas no Brasil, demonstrando as principais renovações temáticas e metodológicas visando superar as interpretações tradicionais.

Em 1994, o historiador John Manuel Monteiro publicou o livro “Os Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo (1994)” em que crítica à recusa dos historiadores em pensar os povos indígenas na História como sujeitos e desmitifica a narrativa de que foram escravizados somente no início da colonização ao demonstrar que até finais do século XVIII na Capitania de São Paulo, o trabalho compulsório e a escravidão indígena eram empregados pelos colonos, coexistindo com o Tráfico Atlântico. John Monteiro, ao realizar essa aproximação entre história e antropologia, desconstruiu essas interpretações sobre os povos originários e rompeu com os paradigmas da historiografia tradicional a respeito do trabalho, protagonismo e identidade indígena.

Em seu livro “A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste (2004)”, o antropólogo João Pacheco de Oliveira reuniu diversos artigos de historiadores e antropólogos sobre a perspectiva da Etno-história, abordando os processos de etnogênese indígena na região Nordeste onde diferentes grupos haviam sido considerados exterminados e “aculturados”, isto é, integrados à sociedade nacional. João P. de Oliveira (2004) propôs interpretações a respeito da dinamicidade das culturas e histórias dos povos indígenas, das lutas e resistência ao processo de apagamento e extermínio, ao invés do discurso de desaparecimento. A contribuição dessa obra é o questionamento sobre o essencialismo cultural e identitário imposto aos indígenas que desconsidera toda a dinâmica e historicidade do “contato” colonial que ele denomina de “situação colonial”.

Prosseguindo com as pesquisas, em 2011, João Pacheco de Oliveira lançou a obra “A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória” que reúne vinte e quatro artigos. Tais artigos tratam da mobilidade social indígena, concessão de mercês aos chefes indígenas nos aldeamentos, política indigenista pombalina, processo de extinção dos aldeamentos, mestiçagem, apagamento identitário indígena e as representações dos indígenas na História do Brasil e regimes de memória.

Os artigos “O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico” e “As mortes indígenas no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos” compõem a obra “O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades (2016)” de João Pacheco de Oliveira. Discutem a formação do Estado-nação brasileiro e a nacionalidade a partir de processos de produção de memórias e esquecimentos sobre os povos originários. João P. de Oliveira (2016) esclarece que, após a Independência do Brasil (1822), foi necessário criar um projeto de nação baseado na construção de um imaginário sobre os indígenas, tendo como mecanismos o fazer historiográfico e antropológico que produziram e naturalizaram discursos sobre o “Outro”.

Conforme aponta João P. de Oliveira (2016), as imagens criadas de um indígena genérico pela literatura, história e artes serviram como instrumentos para o desenvolvimento e a cristalização de um discurso que orientaram as políticas indigenistas como apropriação de suas terras, discurso de integração à sociedade brasileira e de extinção dos povos indígenas no Brasil. Desse modo, no campo da Antropologia Histórica, João P. de Oliveira também desenvolveu trabalhos sobre os Ticunas no Amazonas e questionou os estudos antropológicos orientados por ideias preconcebidas de que o destino dos povos indígenas era o desaparecimento.

Publicado em 2013 e resultado do doutorado da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2013), o livro “Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro” analisou, sob a perspectiva histórico-antropológica, o processo de extinção dos aldeamentos coloniais na segunda metade do século XIX. Os aldeamentos coloniais em meados dos oitocentos foram extintos sob a alegação de que não possuíam mais indígenas na América portuguesa, por eles já estarem todos “misturados. Com isso, o Estado Imperial, através das câmaras de municipais, apropriou-se de suas terras. O trabalho de Maria Celestino de Almeida possibilitou perceber a dinamicidade da cultura política colonial e das categorias identidade e cultura, pois os indígenas nesse processo de extinção dos aldeamentos e escravização buscaram múltiplas formas de afirmar sua identidade e a sociedade e o Estado colonial buscaram “tutelar” o que era ser indígena.

Em 2022, João Pacheco de Oliveira lançou seu livro “A reconquista do território: Etnografias do protagonismo indígena contemporâneo” dedicado à discussão sobre os processos políticos e a demarcação de terras indígenas no Brasil. O livro possui artigos que discutem a importância da terra e do território para a formação identitária indígena. Obra importante em um momento em que o direito originário dos povos indígenas à terra é ameaçado pelo Projeto-Lei nº 490/2007, denominado de Marco Temporal, que visa limitar a demarcação de terras indígenas abrangendo apenas as áreas que permaneciam ocupadas em 05 de outubro de 1988⁸. De acordo com especialistas, esse projeto afetará processos de demarcação de terras já demarcados e outros em andamento, constituindo um verdadeiro retrocesso na garantia dos direitos dos povos indígenas.

Esse projeto de lei é inconstitucional, pois a Carta Magna de 1988 em nenhum momento limita o reconhecimento e demarcação de terras a uma data ou período. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a inconstitucionalidade do Projeto-Lei nº 490/2007. Apesar disso, em setembro do mesmo ano, o Senado aprovou a lei do “Marco temporal (PL nº 2903-2023)”. Nesse projeto, alguns trechos foram vetados pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, em dezembro, o Congresso derrubou tais vetos. Por causa disso, seguem paralisados os processos de demarcação de terras⁹.

Os trabalhos elaborados pelo historiador John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida e os antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e João Pacheco de

⁸ Data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

⁹ Senado Federal. **Debate volta a questionar marco temporal e insegurança na demarcação**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/13/debate-volta-a-questionar-marco-temporal-e-inseguranca-na-demarcacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

Oliveira¹⁰ nos anos 1990 e 2000 se inserem na revisão das interpretações sobre o papel dos indígenas na formação nacional, pensando os indígenas como sujeitos da história. As pesquisas desses autores problematizaram o apagamento/invisibilização das experiências sociais dos povos indígenas na História Nacional e nas pesquisas historiográficas produzidas até meados do século XX. É importante ressaltar que existem contribuições anteriores, como dos antropólogos Florestan Fernandes e Roberto Cardoso, por exemplo, sob perspectiva crítica dos etnocentrismos nas pesquisas.

A partir dessa interdisciplinaridade entre a História e Antropologia, a produção acadêmica, após os anos 1970, passaram a perceber os povos indígenas como sujeitos históricos, ganhando ainda mais força com a mobilização do Movimento Indígena no período de redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu no Artigo 231º, os direitos dos povos indígenas à terra, à cultura, à saúde, à diversidade cultural e linguística. A promulgação da Carta Magna de 1988 impulsionou também os estudos acadêmicos que passaram a pensar os indígenas como sujeitos atuantes na história do Brasil¹¹. Por conseguinte, esse debate na academia esteve fortemente ligado às demandas sociais.

Atualmente, em razão do crescimento dos programas de pós-graduação no Brasil nas últimas décadas, inúmeros trabalhos *sobre e com* os povos indígenas foram realizados, sendo importante salientar os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores(as) indígenas, resultado das políticas públicas de reparação histórica e social. Encontramos hoje nos sites de busca científica trabalhos fundamentados em diferentes aportes teórico-metodológicos, temporalidades e temáticas como a terra, territorialização, territorialidades, processos identitários, cultura política, ritos, rituais, saberes tradicionais, cosmologia, saúde, educação, catequização, trabalho, escravização, relações interétnicas, sexualidade, relações de gênero, memória e processos de etnogênese. Além disso, muitos trabalhos têm focalizado nas análises comparativas entre os processos de escravização e liberdade envolvendo indígenas e negros durante a colonização no Brasil e Américas¹².

¹⁰ Entre eles, podemos citar os trabalhos de Stuart Schwartz, John Hemming, Ronaldo Vainfas, Cristina Pompa, João Fragoso, Elisa Garcia Frúhauf e Beatriz Perrone-Moisés.

¹¹ Para mais informações ver: CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v. 30, p. 349-371, 2011.

¹² Para mais informações ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 17-38, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. **História (São Paulo)**, v. 40, 2021.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; AMORIM, Maria Adelina. Multiplicidades de análises, escritas e aportes teóricos-metodológicos sobre a história indígena no Brasil entre os séculos XVI e XIX. **História (São Paulo)**, v. 40, 2021.

1.1 Historiografia sobre povos indígenas na região Leste da Capitania de Minas Gerais

Em 1995, o antropólogo Crisoston Terto Villas Bôas publicou o artigo “A questão indígena em Minas Gerais: um balanço historiográfico das fontes e bibliografia” para discutir e problematizar as abordagens estereotipadas de políticos e “memorialistas” sobre os indígenas na formação social mineira e a invisibilidade imposta sobre eles ao longo do tempo. Bôas (1995) apresenta fontes disponíveis no Arquivo Público Mineiro, na Câmara Municipal de Mariana, no Arquivo da Arquidiocese de Mariana e os relatos de naturalistas do século XIX que vieram para o Brasil e estiveram em contato com os indígenas.

Um dos apontamentos críticos de Bôas (1995) é a reprodução de estereótipos das fontes coloniais e deturpações a respeito das populações originárias e a relação com os colonizadores. Um desses exemplos, é o trabalho de Oiliam José que seguindo a perspectiva de Nelson de Senna sobre a formação mineira, publicou em 1965 a obra “Os indígenas de Minas Gerais: aspectos etnológicos”, que reproduz de maneira acrítica estereótipos presentes nas fontes coloniais consultadas por ele,

Os usos e costumes indígenas mineiros, que muito variaram no tempo e no espaço, em decorrência da diversidade de origem desses povos, mantiveram se proporcionados aos estágios culturais das tribos. **E com esses estágios não deixaram de ser agressivamente primitivos, igualmente rudimentares era os usos e costumes de nossos selvagens, para os quais, aliás, jamais raiou em plenitude aurora da civilização** (Oiliam José, 1965, p. 57 - Grifos nossos).

Essas obras preconceituosas servem de base para a formulação de textos sobre a história indígena e a formação dos municípios brasileiros, como vemos, por exemplo, em blogs sobre a memória dos municípios da Zona Mata e no site do IBGE-Cidades¹³. Em geral, os textos presentes no site do IBGE - Cidades foram escritos em meados do século XX com informações provenientes de relatos de viajantes, memorialistas, além da Enciclopédia de Municípios brasileiros organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, entre 1957 e 1964.

O prefácio da Enciclopédia de Municípios brasileiros-Minas Gerais, vol. 24, inicia assim: “*O Estado de Minas Gerais, cuja inicial civilização cresceu nas bateias douravam as aspirações, tem hoje nas perspectivas do progresso uma posição de relevo (Enciclopédia, 1958,*

¹³ IBGE. **Visconde do Rio Branco: Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/visconde-do-rio-branco/historico>. Acesso em: 10 jun. 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Biblioteca IBGE: Catálogo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 10 jun. 2024.

p. 05)”. A ênfase na história da mineração e a falta de atualização desses textos contribuem para a persistência de representações negativas da cultura e história dos povos indígenas no imaginário social, além de promover a narrativa de seu desaparecimento. Um exemplo disso pode ser encontrado no enxerto retirado do IBGE-Cidades do Município de Visconde do Rio Branco-MG, que reforça a visão de povos indígenas como primitivos e sugere seu desaparecimento iminente.

Os primeiros habitantes do território riobranquense foram os indígenas Croatos, Cropós e Puris, procedentes do litoral fluminense, das baixadas dos Campos dos Goytacazes, onde recebiam a denominação de Goitacás. Esses índios, após a confederação dos Tamoios, nos fins do século XVIII, se viram pressionados por tribos inimigas e obrigados a deixar suas aldeias primitivas e partem em busca de novas terras, ricas em caça, pesca e frutas, distante de selvagens agressivos. [...]. Ainda nos fins do século XVIII os Croatos receberam os cuidados do Missionário Padre Francisco da Silva Campos e do civilizador Guido Thomaz Marlière. [...] Em 1730, as autoridades da Capitania tomavam medidas com o fim de conquistar esses indígenas. Coube, no entanto, ao Padre Angelo da Silva Pessanha o mérito de iniciador da tarefa de “civilizar” os Croatos, tendo conseguido **fazer cessar as ferozes lutas que eram travadas contra os brancos devastadores. Não resistiram, porém, por muito tempo o contato com o pretense civilizador e extinguiram-se como tribos na década setenta do século XIX.** (excerto IBGE – Cidades - Grifos nossos).¹⁴

Essa abordagem limitada obscurece a riqueza e a diversidade das contribuições indígenas para a formação e desenvolvimento dos municípios brasileiros, perpetuando uma narrativa histórica tendenciosa e incompleta. Segundo o historiador Adriano Toledo Paiva (2016), durante boa parte do século XX ficou ao encargo da História Local e dos memorialistas abordar a presença indígena na História do Estado. Foram intelectuais e políticos como Diogo de Vasconcellos, Nelson de Senna e Oíliam José que se dedicaram a escrever sobre a formação social e econômica mineira.

Conforme argumenta Adriano Paiva (2016), essas narrativas memorialistas não problematizavam os estereótipos presentes nas fontes documentais que acabavam reafirmando estigmas e preconceitos sobre os povos indígenas presentes na Zona da Mata mineira. Em suas análises, esses intelectuais tenderam a relegar a presença indígena em Minas Gerais ao passado, ao reafirmarem a “crônica da extinção”, termo cunhado pelo historiador John Manuel Monteiro (1994) em sua crítica às narrativas construídas sobre os povos originários pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB no século XIX e, posteriormente, enfatizada pelas ações do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, que asseveravam que esses povos estavam

¹⁴ IBGE. **Visconde do Rio Branco: Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/visconde-do-rio-branco/historico>. Acesso em: 10 jun. 2024.

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros - Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. **Biblioteca IBGE: Catálogo**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 10 jun. 2024

condenados ao desaparecimento por meios dos projetos nacionais de integração como trabalhadores nacionais.

John Monteiro (2001) considerava que a narrativa historiográfica produzida sobre os indígenas no Brasil estava balizada em estereótipos, que nada explicavam sobre a trajetória desses povos e sim legitimava sua invisibilidade na História. As bases dessa “crônica de extinção” consistem no olhar simplista colonial sobre as culturas indígenas que as considerava imutáveis e a-históricas, cuja qualquer transformação implicaria em uma inevitável perda cultural e identitária. Devemos recordar que os naturalistas que viajaram o interior do Brasil no século XIX tinham como objetivos explorar, catalogar e classificar o que existia aqui em oposição à Europa, utilizando parâmetros raciais e culturais que estavam em voga do século XIX. Desse modo, ideias como o atraso indígena e a percepção de progresso representado pela sociedade europeia estão atreladas às concepções monolíticas de cultura e ao etnocentrismo e, por isso, devem ser problematizadas.

Durante muito tempo, os estudos sobre a História Regional mineira, principalmente nas décadas de 1960, detinham sua atenção em aspectos socioeconômicos e políticos como a crise da mineração, a diversificação da econômica, escravidão e as dinâmicas sociais, sendo escassas as pesquisas sobre as populações indígenas no Estado até os anos 1990 (De Mattos, 2000; Furtado, 2009).

Com base nessas exposições, os historiadores oriundos da renovação da historiografia nos anos 1990 sistematizaram e reviram alguns dos principais paradigmas produzidos na historiografia tradicional sobre os povos indígenas em Minas Gerais. Um desses primeiros paradigmas foi a asserção do desaparecimento dos indígenas nas primeiras décadas dos oitocentos por meio das entradas ou bandeiras, pelas doenças, escravizações, migrações e guerras intestinas e com os colonizadores. O segundo argumento seria a completa assimilação ou aculturação por meio do trabalho (escravização) e catequização nos aldeamentos. Por fim, o terceiro e quarto paradigma que podemos estender para todo o país é a tese de inabilidade indígena para o trabalho e “atraso cultural”, com narrativas de que não foram escravizados e que tiveram pouca ou nenhuma participação na formação econômica, social e política local.

Como veremos, essas interpretações foram revisitadas por pesquisadores orientados pelas aproximações com as pesquisas da Antropologia, demonstrando o processo de apagamento da agência indígena durante os cinco séculos de colonização. Por conseguinte, as pesquisas apresentadas no seguinte tópico deste capítulo visam problematizar esses paradigmas.

1.2 Escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII ao XIX e a expansão da fronteira colonial para os Sertões Proibidos

A escravidão indígena no Brasil apareceu no imaginário social e na historiografia como atividade restrita às primeiras décadas de colonização, sendo superada com a instauração do Tráfico Atlântico. Todavia, pesquisas de Stuart Schwartz e John Monteiro (1994) demonstraram como esse trabalho foi concomitante à escravização africana, ocorrendo através dos estatutos de “administrados”, “guerras justas” e exploração dos indígenas nos aldeamentos.

O historiador Renato Venâncio (1997) no artigo “Os últimos carijós escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725”, analisou o emprego dos indígenas na exploração aurífera nas primeiras décadas dos oitocentos por meio das Listas de capitação¹⁵, dízimos, registros paroquiais de batismo e óbito e outras fontes. Nessas fontes, contabilizou 11.797 mil indígenas escravizados na atividade da mineração nos primeiros decênios do século XVIII. Na terceira década dos setecentos esse número decresce em razão da alta taxa de mortalidade e fuga, instalação do tráfico Atlântico e diminuição das expedições de apresamento. Contudo, como demonstram as investigações de Maria Leônia Chaves de Resende (2003; 2005), esse declínio não significou o fim da escravização de indígenas.

De acordo com Venâncio (1997), as expedições bandeirantes na Zona da Mata mineira datam do ano de 1694, esclarecendo como essa região já era alvo de conflitos entre indígenas e colonos. O arraial de Guarapiranga, nas mediações dos sertões a Leste do centro minerador, foi elevado à condição de freguesia em 1724, sendo expressiva a exploração da mão de obra indígena na exploração aurífera nos rios Piranga, Calambau, Turvo e Bacalhau, que nos anos de 1760 seriam criados aldeamentos¹⁶. Além da exploração aurífera, Venâncio (1997) destaca a presença de uma incipiente agricultura mercantil de subsistência.

Nesse período, os indígenas eram denominados por nome generalizantes, como “carijós” analisados por Renato Venâncio (1997) provenientes das expedições de apresamento na Capitania de São Vicente, além da denominação de “negros da terra”, “gentio da terra”, “cabras da terra”, etnônimos que marcavam a condição de escravizados. Sob o estatuto de “administrado” muitos indígenas foram escravizados e deslocados para o trabalho nas minas,

¹⁵ Segundo Renato Venâncio, Capitação era o imposto cobrado sobre a propriedade escrava por meio do censo do número de escravizados sob posse dos colonos. Ver: VENÂNCIO, Renato P. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 165–181, 1997.

¹⁶ Aldeamentos na Serra dos Arrepiados (Araponga - MG), São Manoel do Pombo (cidade de Rio Pombo - MG) e São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco - MG).

recebendo esses etnônimos. Essa profusão de etnônimos visava retirar a ascendência indígena ao mascarar a ilegalidade de sua escravização.

Resende (2003) elucida que por muito tempo esses inúmeros etnônimos eram percebidos como um entrave nas análises historiográficas, por ser difícil reunir informações sobre aspectos culturais, sociais e econômicos específicos de um povo, já que eram classificados de forma generalizante. Porém, recorrendo às reflexões de Guillaume Bocarra em seu estudo sobre a construção da identidade do povo Mapuche no Chile, Resende (2003) afirma que o importante é saber “o que significa ser “índio” em um momento determinado da História” chamando a atenção para o que Guillaume Bocarra argumenta ser a historicidade dos etnônimos, pois eles revelam os conflitos e alianças ocorridas entre esses grupos.

Em “Minas mestiça: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro (2003)” de Maria Leônia Chaves de Resende trata da inserção dos indígenas na sociedade colonial como aldeados ou escravizados, tecendo reflexões sobre como eles acionavam a legislação colonial para assegurar sua liberdade ou reavê-la. Resende (2003) argumenta que a sociedade mineira do século XVIII era marcada pela intensa mobilidade social e heterogeneidade sociocultural, já que era uma sociedade altamente mestiça. Neste sentido, a linha divisória entre liberdade e escravidão era tênue para os mestiços. Resende (2003) analisou como os “índios coloniais” buscavam recorrer à sua ascendência indígena para garantir sua liberdade, resultando muitas vezes em processo de reconstrução identitária, para afirmar sua “indianidade”.

A categoria “índios coloniais¹⁷” se refere aos indígenas que viviam nas vilas e cidades que foram aldeados, catequizados e assimilados à cultura colonial, mas que mantinham sua identidade étnica, visando resistir à escravização. Os autores apresentam diversos processos e petições em que os “índios coloniais” denominados de “carijós, cabra ou caboclo” escravizados, reivindicavam sua liberdade a partir de sua origem indígena, visto que a legislação colonial proibia a escravização dos indígenas considerados “amigos, aldeados e mansos”. A partir de uma densa documentação, os autores concluíram que os indígenas em Minas Gerais estiveram fortemente participantes da sociedade colonial, rompendo com o paradigma de inexistência de seu protagonismo. Paradigma este criado em função de abordagem histórica focalizada na forte opressão estrutural que não percebia a capacidade dos sujeitos agirem sobre a realidade, isto é, exercerem sua subjetividade e agência.

No capítulo “*Indian autonomy and slavery in the forests and towns of colonial Minas Gerais*” (2014), Maria Leônia Chaves Resende e Hal Langfur discutem o processo de conquista

¹⁷ Conceito criado por Serge Gruzinsky sobre a inserção dos indígenas na sociedade colonial no México.

dos sertões mineiros durante a exploração de ouro e diamantes no século XVIII e a forma com que a História oficial e a historiografia abordaram a presença indígena. Os autores argumentam que as ações dos colonos de abrir picadas, roças nas áreas a leste da Capitania de Minas Gerais foram um dos motivos para expulsão, morte, catequização e escravização dos indígenas e, concomitantemente, à ação estatal, visto que muitos desses colonos desobedeciam à legislação real ao adentrar nos “Sertões proibidos”. Entretanto, ressaltam que não ocorreu sem resistência dos indígenas que realizavam ataques para impedir a instalação e ocupação de colonos em seus territórios.

O livro “Os indígenas e os processos de conquista dos Sertões de Minas Gerais” do historiador Adriano Toledo Paiva (2010), resultado da sua pesquisa de mestrado, trata principalmente das relações de poder nas dinâmicas sociais que envolveram os indígenas na instalação do aldeamento de São Manuel do Pomba. Paiva (2010) analisou fontes administrativas e paroquiais referentes ao aldeamento de São Manoel do Rio Pomba e Peixe dos índios Cropós e Croatos, visando compreender como os indígenas vivenciaram esse processo de contato e dominação e como se apropriaram da cultura dominante para resistir.

Através das biografias dos padres José Maria de Jesus e Pedro Motta, Paiva (2010) descortina as redes de relações estabelecidas por eles e a mobilidade social alcançada por meio da vida eclesiástica. O padre José Maria de Jesus era mestiço e Pedro Motta era indígena Coropó, devido ao estatuto de pureza de sangue, ambos não poderiam ascender à vida eclesiástica como padres. No entanto, conseguiram e foram responsáveis por catequizar os indígenas nos aldeamentos. O padre José Maria de Jesus, vigário colado, era responsável por dirigir o aldeamento de São Manoel do Rio Pomba.

Nessa obra, utilizando a metodologia de etno-história, Paiva (2010) demonstra a dinamicidade das fronteiras coloniais e as diversas formas de “agência” dos povos indígenas, que buscavam assegurar seus direitos em um cenário de violência e constante ameaça à liberdade e à vida. Ao realizar uma análise da vida eclesiástica do padre indígena Pedro Motta, Paiva (2010) contesta a narrativa de inabilidade indígena a conversão, presente nos relatos de viagem de George W. Freyreiss (1814) e von Spix e Martius (1817-1820), em que aparece a narrativa de que o padre Pedro Motta teria deixado a batina para voltar a viver nas matas. Contudo, ao analisar diferentes fontes, Paiva (2010) esclarece que o afastamento do Padre Pedro Motta se deu por uma doença que o vitimou. As origens da narrativa de retorno à mata partiram dos colonos interessados nas terras dos aldeamentos, informações ouvidas pelos naturalistas europeus que se tornaram uma “verdade”. Ao contestar essa narrativa, Paiva (2010) demonstrou a complexidade das relações sociais e conflitos vivenciados pelos indígenas aldeados e a

concepção de falsa conversão. Além disso, os interesses envolvidos na reprodução de estereótipos sobre os indígenas.

Analisando esse mesmo aldeamento, Fernando Lamas (2013), em sua tese de doutorado, teve como ponto central a análise de conflitos agrários¹⁸ entre os indígenas e os colonos no período de 1767 a 1820. Em 1767, foi fundado o Aldeamento de São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos (atual cidade de Rio Pomba-MG). Lamas (2013) analisa como a Coroa portuguesa buscou ampliar suas fontes de tributos após a crise da mineração, através da exploração de novos territórios, concedendo sesmarias para colonos nos Sertões do Leste e benefícios para aqueles que os “civilizassem”, tornando-os súditos da Coroa. O cultivo das terras do Sertão a Leste e a exploração da mão de obra indígena foram os pontos que orientaram as ações nesse espaço.

Lamas (2013) empregando em sua análise fontes administrativas como petições, cartas de sesmarias e fontes paroquiais, iniciou um processo de exploração e reconstituição do contato entre os indígenas e os colonos que adentravam esse território descortinando os conflitos em torno da posse da terra existentes no aldeamento de São Manoel dos Rios Pombas e Peixe dos índios Croatos e Coropós¹⁹. Uma das contribuições de Lamas é perceber como os indígenas buscaram se apropriar do letramento nesse aldeamento para reivindicar a posse da terra, a partir de um pedido para tornar o aldeamento vila, fato que não se concretizou, mas que foi uma forma desses indígenas reconhecerem e defenderem seu território.

Para a região ao nordeste do centro minerador, onde hoje é a região do Vale do Rio Doce, temos os estudos da historiadora Izabel Missagia de Mattos dedicados, principalmente, aos aldeamentos e quartéis militares implementados com o início do século XIX nos sertões a leste. No artigo “A guerra ofensiva aos “botocudos antropófagos” nas minas oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação (2017)”, Mattos realiza um estudo comparativo entre os processos de “pacificação” no Vale do Rio do Doce-Sertão do Leste e as campanhas do Deserto nos pampas argentinos. A autora descortina as estratégias e táticas de “conquista”, dominação e resistência dos indígenas dos dois países, destacando como no século XIX, a formação dos Estados Nacionais e os processos de Independência Latino-americanos, impactaram nas representações e orientações em relação aos povos indígenas.

¹⁸ A antropóloga Manuela Caneiro Cunha, na Coleção Índios na História do Brasil, aponta que a questão da terra era central em meados do século XIX. No entanto, a tese de Fernando Lamas aponta como em Minas Gerais a questão dos conflitos pela terra já aparece em meados do século XVIII.

¹⁹ O aldeamento foi fundado em 1767, por determinação de Diogo Lobo e dirigido pelo Padre José Maria de Jesus e pelos Diretores de Índios Francisco Pires Farinho e, posteriormente, por Guido Thomas Marlière.

Além disso, Mattos (2017) argumenta que a política indigenista nos oitocentos estava orientada em assegurar a unidade/integridade territorial nacional e a formação de uma nacionalidade. Logo, durante o século XIX esteve no pensamento estratégico imperial, a ação de controle do território, sobretudo no momento pós-Independência, em que a incorporação/dominação dos sertões e povos indígenas eram as questões centrais do período.

No artigo intitulado “Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades (2015)”, Marcel Mano investiga aspectos das relações interétnicas vivenciadas pelos Kayapó no século XVIII no oeste mineiro e sul de Goiás, a partir de cartas entre os governadores da capitania e relatos de conflitos/alianças entre os indígenas, brancos e negros. Embora esse estudo não seja sobre os indígenas do Sertão do Leste mineiro, mas sobre a região Oeste mineira, consideramos importante sua apresentação, pelas importantes contribuições do historiador Marcel Mano ao se debruçar sobre a temática das relações interétnicas e a historicidade dos etnônimos.

Mano (2015) inicia seu texto realizando uma contextualização das categorias étnicas e sua historicidade dentre das relações sociais do século XVIII, percebendo como as constantes classificações entre “gentios” e “calhambolas”, “gentios” para se referir aos indígenas não aldeados e “bravos e inimigos” que deveriam ser combatidos, exterminados ou escravizados. E “calhambolas” para se referir aos escravizados fugidos que se armavam em pequenos grupos para saquear roças e paragens. Os contatos entre os Kayapó, os brancos e os negros eram constantes e oscilavam em alianças, negociações e conflitos sendo possível perceber no emprego das classificações étnicas que indicavam as relações sociais estabelecidas entre eles.

Ademais, Mano (2015) analisou a formação dos quilombos nessa região, principalmente o quilombo de Campo Grande, composto pela presença de indígenas e os escravizados fugidos. Mano (2015) propõe a interpretação dessas relações, identidade e alteridade, não em modelos concêntricos ou binários, mas dinâmicos e fluídos, possibilitando compreender as relações de conflitos, negociações e alianças existentes entre eles. Para exemplificar esses casos, Mano (2015) cita a pluralidade étnica dos quilombos, visto que muitas táticas, estratégias de combate e defesa eram de origem indígena, como emboscadas, uso de arco e flechas. Esse artigo é essencial para perceber essas relações e sua dinamicidade, rompendo com o binarismo classificatório racial e cultural.

Como vimos, as pesquisas Renato Venâncio (1997), Maria Leônia Chaves de Resende (2003; 2014), Hal Langfur (2014) e Marcel Mano (2015) revisitaram interpretações que de certa forma se cristalizaram na memória social mineira através da história oficial tradicional. Eles demonstraram como os indígenas estiveram presentes em todos os momentos de invasão de seu

território, resistindo à escravização e perda de direitos por meio de acionamento da legislação colonial, ataques a roças e sítios para impedir a fixação de colonos em seu território, alianças interétnicas nos quilombos ou deslocando para dentro das matas. As investigações de Paiva (2010), Lamas (2013) e Mattos (2017) demonstraram a ruptura com o paradigma de vazio demográfico que as narrativas sobre os processos de conquista produziram sobre a existência de povos indígenas na região. As contribuições dessas pesquisas foi demonstrar o dinamismo da fronteira colonial e a atuação dos indígenas na defesa de seu território e interesses, bem como o esforço da administração em dominar esses territórios e povos.

Ao traçar essa breve exposição, foi possível perceber que, embora nos últimos quarenta anos as pesquisas sobre história indígena tenham crescido e ampliado temas e metodologias, as pesquisas sobre a História Indígena, principalmente, na Zona da Mata Mineira ainda são focalizadas nos séculos XVIII e XIX, com poucas sobre a inserção dos indígenas na era republicana e os processos de etnogênese ou reelaboração étnica.

Nesse tópico, selecionamos alguns trabalhos para refletirmos sobre esse novo olhar sobre os povos originários a partir da Etno-história ou Nova História Indígena na região leste do Estado de Minas Gerais. Nesses trabalhos, foram realizadas leituras/análises etnográficas sobre os documentos administrativos coloniais, buscando nas entrelinhas as ações (agências) dos indígenas nessa sociedade de fronteira, possibilitando compreender estratégias e formas como os indígenas buscaram sobreviver ao violento contato com a sociedade colonial.

Portanto, a razão de elencarmos esses trabalhos foi perceber a atuação indígena no período colonial, compreendendo como a identidade é uma questão mutável, sendo possível perceber nessas pesquisas, como ela foi articulada durante a colonização. Como veremos ao longo dessa pesquisa, a identidade é um acontecimento histórico que suscita múltiplas discussões na contemporaneidade, sobretudo o processo de retomada étnica, reconhecimento de direitos e de demarcação de terras.

1.3 Debates sobre origens dos grupos Puri e Coroado dos séculos XIX ao XXI

Desde o período colonial, os debates sobre a origem dos povos indígenas da Zona da Mata mineira e Vale do Paraíba já se mostravam divergentes e, no presente, continuaram a ser foco de múltiplos debates. Esses debates podem ser visualizados nos escritos dos viajantes europeus, como George W. Freyreiss (1814-1815) e Spix e Martius (1817-1820), que visitaram aldeamentos e aldeias indígenas nos sertões ao leste da região mineradora.

A história sobre os indígenas Puri e Coroado²⁰ é baseada nos escritos dos viajantes europeus, nos registros eclesiásticos e administrativos coloniais, e na tradição oral que relatam que esses povos faziam parte de uma mesma “nação” que se dividiu devido ao conflito entre duas famílias, sendo oriundos do Vale do Paraíba. Após a separação, passaram a ser inimigos, ocorrendo guerras constantes motivadas, especialmente, por vingança²¹. Em razão das doenças, guerras e escravizações, dos finais do século XVI e início do século XVII, ambos se viram forçados a migrar para o interior. No interior, eles se fixaram nas margens dos rios Pomba, Muriaé, Paraibuna e Xopotó, dando origem aos povos da Zona da Mata mineira. Nessa tradição histórica, eles são descendentes dos indígenas Goitacás, do Vale do Paraíba, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê.

A origem territorial e étnica dos Puri e Coroado é foco de grande debate e divergência, nas quais identificamos três migrações: do litoral para o Vale do Paraíba, do interior de Minas Gerais para a região de Campos de Goitacazes e do Planalto do Piratininga para o sul de Minas. Esses povos teriam vindo da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo e se fixado na Zona da Mata mineira, dando origem aos Puri, Coroado, Coropó e Croato. Essa narrativa da migração aparece nos relatos de viagem de George W. Freyreiss (1814-1815) e Spix e Martius (1817-1820).

Nos relatos de viagem de George W. Freyreiss, Spix e Martius, os indígenas da Zona da Mata seriam descendentes dos Goitacás vindos do litoral fluminense e do Vale do Paraíba. Os Goitacás, no discurso colonial, foram classificados como Tapuias por sua língua e costumes que diferiam dos povos Tupis. Na nomenclatura geopolítica colonial, os povos denominados Tupi eram considerados aliados dos portugueses, enquanto os povos inimigos eram classificados como Tapuias. Os Tapuias seriam os povos do interior que não mantinham contato ou relações amistosas com os portugueses²². Dessa maneira, os grupos denominados como

²⁰ Enfatizamos que existe uma discussão sobre as origens étnicas Croato, Coropó e Cropó, Oiliam José (1965) afirma que esses etnônimos são formas sincopadas do etnônimo Coroado.

²¹ Esse relato de vingança aparece em G. W Freyreiss e Auguste de Saint-Hilaire.

²² Segundo Elisângela Silva (2011), o uso e a validade das macros categorias para classificar e abordar a diversidade de tradições culturais e línguas indígenas no Brasil é problemática, pois a categoria Macro-Jê é um exemplo dessa generalização e homogeneização de ampla diversidade cultural em uma macro categoria. Além disso, Silva (2011) problematiza a classificação das práticas cerâmicas dos povos indígenas no Brasil, esclarecendo que nos anos de 1960, as pesquisas realizadas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) entre 1965 e 1970 no Brasil, gestaram essas classificações em tradição Tupi-guarani e Macro-Jê, imbuídas em um viés hierarquizador que considerou a tradição Tupi-guarani mais desenvolvida e complexa em relação à Macro-Jê. A partir desse argumento, E. Silva (2011) retorna à discussão realizada pelo historiador John Monteiro em que as classificações coloniais Tupi *versus* Tapuia estão presentes também nos estudos históricos, arqueológicos, em decorrência da permanência desse imaginário colonial.

Botocudos²³, Puri, Coroado, Coropó e Croato foram enquadrados no grupo dos Tapuias e vistos como “atrasados e bárbaros” (Oliveira, A. P., 2015, p. 38).

Outra versão desse movimento migratório de ocupação na Zona da Mata Mineira é recuperada pelo historiador José Otávio Aguiar (2011) em uma carta entre o Diretor de Índios Guido Thomaz Marlière e o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, no qual Marlière explica que os indígenas Coroado eram ocupantes do interior e foram levados para a costa por meio de descimentos missionários no século XVIII. Nesta carta, de 1824, destinada ao naturalista Auguste de Saint-Hilaire, Marlière afirma que os:

Os Coroados são oriundos de Minas: forão atrahidos aos Campos Goytacazes p. huns Missionarios do lugar, q.' penetrarão nesta Provincia em 1702, hu delles foi Fr. Antônio da Piedade, Diretor da Aldêa de S. Antônio dos Guarulhos (nome q.' os Portugueses derão aos Goytacazes). Fr. Ant. da Apresentação, outro Missionario, fes em 1727, hua segunda entrada em Minas: ahi baptizou, e levou hum grande numero de coroados aos Campos, aonde quaze todos morrerão de hua Epedemia. Luiz Vahia Governava então Rio de Janeiro, e deu p* o Estabelecimento destes Coroados, hua Legua em quadra de terras nas margens da Pomba, e outros socorros, à requisição dos Missionarios; mas os que escaparão voltarão as Minas attribuindo suas calamidades a mudança de Religião: Os Missionarios dizem: q.' isto foi obra do Diabo >> Por que não dizer - da febre?²⁴.

O que se coloca em contradição aqui é a tese de que os Coroado migraram do litoral para interior e se fixaram nas margens dos rios Pomba, Muriaé, Paraibuna e Xopotó, pois nessa declaração de Marlière, o movimento teria sido inverso. Nessa perspectiva, os Coroado foram aldeados na região de Campos de Goitacazes no início do século XVIII e teriam vindo do interior para o litoral.

Já o estudo do linguista Benedito Prezida (2000) propõe que os ancestrais dos indígenas Puri eram os Guaianás do planalto paulista, habitantes da Serra do Mar e Mantiqueira, que migraram para o Vale do Paraíba e sul de Minas, para fugir das escravizações dirigidas a eles pelos paulistas no século XVI. Assim, temos três correntes interpretativas sobre o deslocamento e fixação dos Puri e Coroado: a primeira indica que seriam descendentes dos Goitacás do Vale do Paraíba, a segunda que teriam sido aldeados no início do século XVIII e levados de Minas para Campos de Goitacazes e a terceira de que seriam descendentes dos Guaianás do Planalto

²³ Etnônimo criado pelos portugueses para identificar/classificar os povos indígenas não-aliados do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, que usavam um adereço nos lábios chamado pelos portugueses de botoque, mas era denominado pelos indígenas Umaitó. Atualmente, identificam-se os descendentes desses povos como os Krenak, os Aranãs e Borum-Krem.

²⁴ MARLIÈRE, Guido T. Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire, de 6 de dezembro de 1824. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Vol. 10, n. 3, jul./dez., p. 383-668, 1905, p. 520. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=430&op=1> Acesso em: 01 jun. 2024.

Paulista e migraram para o Vale do Paraíba e o sul de Minas. A tese de que a ocupação da Zona Mata advém da migração do litoral levou a inferir a ideia de vazio demográfico na região para períodos anteriores ao século XVI e XVIII, hipótese contestada pelos vestígios arqueológicos encontrados na região (Oliveira, A. P., 2015).

Duas dessas interpretações de migração do Vale do Paraíba para a região sul e sudeste de Minas implica, para Ana Paula de Oliveira (2015), em uma aceção de vazio demográfico e ocupação tardia dessa região. Segundo a autora, essa tese de ocupação recente orientou por muito tempo as pesquisas históricas por estar fundamentada no binômio Tupi versus Tapuia. Para ela, os viajantes e, posteriormente, a historiografia tradicional inferiram que a ocupação regional desde o período pré-colonial se deu por meio de povos não tupis, isto é, povos Macro-Jês. Contudo, antes do século XIX, atribuíam a ocupação da região a povos do Tronco-Linguístico Tupi e não Jês (Oliveira, A. P., 2015, p. 38-39). Nesse sentido, para Ana Paula de Oliveira (2015), essa divisão Tupi e Tapuia foi tão profunda na historiografia que desconsideraram a convivência entre diferentes grupos.

Escavações arqueológicas desenvolvidas nas serras da Zona da Mata Mineira e fluminense encontraram vestígios da Tradição Tupi-Guarani em áreas que os relatos etno-históricos afirmavam ser locais tradicionalmente ocupados por povos do Tronco-linguístico Macro-Jê, produtores da cerâmica Una. Essa descoberta demonstra o contato entre a tradição Tupi-Guarani e Una nessas serras, sugerindo trocas entre diferentes grupos. Esses achados levaram os pesquisadores a acreditarem que os Coroados poderiam ter proximidades com a tradição Tupi-Guarani da fase arqueológica Ipuca, pois também havia a presença de vestígios da tradição Una no local das escavações (Oliveira, A. P., 2015, p. 40). Um exemplo é o relato do século XVI de Anthony Knivet que identificou 13 grupos indígenas na região de Minas Gerais, sendo 8 grupos de origem Tupi (Prezia, 2000, p. 83).

Os dados arqueológicos citados acima indicam a possibilidade de convivência entre diferentes grupos, fato que, de acordo com Ana Paula de Oliveira (2015), pouco foi dado à atenção por estudiosos. Esses estudos voltados para os contatos entre os diferentes grupos iluminam e possibilitam ultrapassar o olhar dualista Tupi versus Tapuia sobre os indígenas, ampliando nosso conhecimento sobre as redes de sociabilidades e intercâmbios de povos pretéritos.

Diante dessas divergências teóricas, problematizamos a homogeneização dos Puri e Coroados como um único grupo por pertencerem ao mesmo tronco linguístico. Sua homogeneização por historiadores se deu a partir das semelhanças linguísticas e da origem comum atribuídas a esses povos pelos relatos colhidos por viajantes no início do século XIX.

De acordo com Ana Paula de Oliveira (2015), por muito tempo historiadores, na tentativa de suprir lacunas documentais em suas pesquisas, trataram esses dois povos em conjunto, desconsiderando diferenças físicas, culturais, sociais e políticas, como os relatos constantes de guerras entre si. Um fator que pode ter contribuído para essa homogeneização é a informação do Barão Wilhelm Ludwig Eschwege de que os Puri e Coroados nomeavam mutuamente pelo termo Puri, em um sentido negativo pelo modo de ataque, sendo a tradução como “homem ousado” (Eschwege, 2002). Sobre esses etnônimos, lembramos também que Coroados é um termo dado pelos portugueses ao corte de cabelo dos indígenas, não sendo um nome autoatribuído e Puri era um termo para marcar povos inimigos.

O historiador José Otávio Aguiar (2011), em seu artigo “Quem eram os indígenas Puri-Coroados da Zona da Mata Mineira” procurou tratar desta origem comum e pensar a guerra como elemento de diferenciação social entre eles. Para Aguiar (2011) os relatos das inimizades e guerras deixados por Freyreiss e Eschwege sobre os Coroados e Puri são importantíssimos, pois demonstram que apesar de elementos culturais e linguísticos comuns entre eles, socialmente não se identificavam como o mesmo grupo e essa diferença era expressa pelas guerras.

O naturalista alemão Georg Wilhelm Freyreiss²⁵ e o botânico Carl Friedrich Phillipp von Martius e o zoólogo Johann Baptiste von Spix²⁶, visitaram aldeamentos indígenas a leste da Zona mineradora entre 1814 e 1820. Freyreiss em sua visita aos aldeamentos da Zona da Mata Mineira aborda essa temática da origem comum, como podemos ver a seguir:

As línguas que falam os Coroados e os Puris são tão pouco diferentes que só isso parece indicar uma origem comum e ha entre elles a lenda de que, ha muito tempo atraz, formavam uma só nação. Naquelle tempo duas familias importantes separaram-se com os seus fiéis e começaram a briga que perdura ainda hoje, assignalada por constantes assassinatos. Notável é que os Puris são sempre os mais fortes do que os Coroados, apesar de serem da mesma origem. O arco de um Pury, nenhum Coroados pode armar. Senão os poucos annos de contacto com os brancos que lhes teriam

²⁵ Partiu de São Petersburgo para o Brasil, em 1813, para conhecer o país através da História Natural. Ao longo de sua viagem pelo interior do país, estendeu sua exploração para os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Percorrendo o interior do Brasil, Freyreiss se dirigiu para a região mineradora da Capitania de Minas Gerais. Após permanecer cerca de um mês em Vila Rica, em dezembro de 1814, viajou para leste e sudeste do termo de Mariana para conhecer os “povos autóctones” que habitam nos arredores da freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixes dos índios Croatos e Cropós. Visitando as aldeias de São João Batista do presídio, fez descrições muito detalhadas das habitações, alimentação, comportamento individual e social dos indígenas.

²⁶ Entre 1817-1821, o botânico Carl Friedrich Phillipp von Martius e o zoólogo Johann Baptiste von Spix, viajaram pelo interior do Brasil, percorrendo as mesmas localidades que Freyreiss. Durante a viagem estiveram em contato com os grupos indígenas da freguesia de São Manoel do Rio Pomba e Peixes dos índios Croatos e Cropós. Neste relato de viagem ilustram a expansão da fronteira colonial e os conflitos ocorridos entre colonos e indígenas durante esse processo de conquista do Sertão dos proibidos.

diminuído a força ou será inexata a lenda desta origem comum?(Freyreiss, 1907, p. 51).

Podemos observar essa diferenciação identitária na observação do naturalista George Wilhelm Freyreiss que, apesar de considerar as semelhanças linguísticas, coloca em dúvida até essa origem comum com base na observação das diferenças culturais como a habilidade com o arco e flecha e o contato com os portugueses.

O relato de Wilhelm Ludwig Eschwege, sobretudo a respeito da semelhança linguística entre os Puri e Coroadó, apresenta uma contradição que reside se eles se entendiam mutuamente ou não. Eschwege, na obra “Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas, (2002)”, afirmava que eles se entendiam, porém no decorrer da obra afirma que os termos usados eram os mesmos, mas as construções morfológicas eram diferentes e por isso eles não se compreendiam mais.

O objetivo de apresentarmos essa discussão foi reiterarmos como Ana Paula de Oliveira (2015) assevera que, mesmo que pertençam a uma mesma família linguística, não podemos presumir que existia uma identificação social comum.

1.4 Historiografia e etnicidade: a construção dos Puri e Coroadó nos relatos coloniais

Ao longo do contato com os portugueses e viajantes, os indígenas Puri foram descritos e classificados de distintas formas, ora como bravos, ora como mansos. As notícias sobre os Puri datam do século XVI, encontradas, sobretudo, na obra do Padre Anchieta e do corsário inglês Anthony Knivet, que conviveu, em suas fugas do cativo, com os Puri [Puris] no Vale do Paraíba. De acordo com Ana Paula Oliveira (2015), a pouca atenção dada pela historiografia tradicional a esses dois cronistas resultou em um “aparecimento” tardio dos Puri e Coroadó nas fontes coloniais. A escassa citação desses etnônimos nas fontes anteriores ao século XVIII fez com que a historiografia tradicional atribuísse a presença desses grupos na Zona da Mata Mineira a um período tardio (Oliveira, A. P., 2015). Entretanto, a ausência desses etnônimos nas fontes coloniais está relacionada ao emprego de termos generalistas como “carijós” ou “gentio da terra” e à fuga dos centros coloniais para as matas.

A historiadora Maria Leônia Chaves de Resende (2003) enfatiza que uma das dificuldades encontradas por historiadores que se dedicam aos estudos da História Indígena é a impossibilidade de mapear a história de origem de povos denominados de formas genéricas nas fontes coloniais como “carijós”, “cabras” ou “gentio da terra”. No caso da Capitania de Minas Gerais, Resende (2003) aponta que a diversidade cultural e étnica indígena foram

homogeneizadas sob as denominações “carijós” ou “gentio da terra”. Esses etnônimos objetivavam distanciar a origem étnica e legitimar a escravização indígena.

É em meados do século XVIII e início do século XIX que as descrições etnográficas e administrativas sobre os indígenas da Zona da Mata Mineira se tornam abundantes e configuram o “retorno” dos etnônimos Puri e Coroado nas fontes. Esse retorno está relacionado ao processo de expansão da fronteira colonial para a região leste da capitania de Minas Gerais, território densamente povoado por grupos indígenas Coroado, Puri, Coropó, Cropó e Croato.

A promulgação do Diretório Pombalino em 1755 e sua aplicação na colônia a partir de 1757 resultou na reestruturação da catequese e “civilização” indígena, incentivando o casamento interétnico com portugueses, e sobre os nascidos dessas uniões, seriam, na teoria, elevados a estatuto de igualdade. Além da concessão de mercês como terras e títulos. A partir da década de 60, dos setecentos, foram estabelecidos aldeamentos na região leste do centro minerador, sendo eles, São Manoel dos Sertões dos Índios Coropó e Croato do Rio da Pomba (1757), São João Batista do Presídio (1787) e São Paulo do Manoel Burgo (1819). Nesses aldeamentos, conviviam diferentes etnias, bem como colonos e escravizados africanos, visando a homogeneização cultural e transformação em súditos e trabalhadores do Rei.

Como discutimos, os termos Puri ou Coroado não eram os nomes que esses grupos se autodenominavam e sim constituídos nos contatos com os europeus ou outros povos indígenas. Embora, pelo contexto social e político, muitos indígenas passaram a adotar esses etnônimos para se posicionar social e politicamente, como propõe José Otávio Aguiar (2011) sobre o termo Puri,

talvez, inicialmente, e antes de sua utilização generalizada, o termo não se referisse às diferentes denominações tribais, mas, simplesmente, a um qualificativo que a elas se agregava, reunindo culturas sem dúvida bastante diversas, que contavam, entretanto, com uma longa história de convivência histórico-cultural (Aguiar, 2011, p. 205).

Diante disso, Ana Paula de Oliveira (2015) propõe pensarmos “*a verdadeira conotação do termo Puri, bravo, indomável e bárbaro, enquanto equivalente ao termo Tapuia na língua Tupi, que certamente vem perdendo seu status de categoria étnica, se é que um dia o teve* (2015, p.41)”. Mais importante do que definir os Puri e outros grupos a partir das descrições evasivas dos viajantes, seria necessário compreendermos como esses grupos se relacionavam com o meio e estabeleciam suas redes de sociabilidade, visto que buscar a partir da descrição de características físicas, linguísticas e culturais fornecidas pelo olhar colonial dos naturalistas e vestígios da cultura material, tornam inexecutável acessar a consciência étnica de povos pretéritos (Oliveira, A. P., 2015).

Sobre a organização dos Coroados e dos Puri, eles se dividiam em famílias com cerca de 40 pessoas, cada uma vivendo distantes umas das outras, mas que em guerra e rituais se reuniam. Eschwege conta que os Puri eram um grande grupo dividido em vários, dos quais ele só conheceu três, os Sabonan, os Uambori e os Xamixuna, e Saint-Hilaire conta de duas famílias de Coroados em São Fidelis (Oliveira, A. P., 2015, p. 39).

Spix e Martius (1817-1820) descrevem que os Puri se encontravam em menor número do que os Coroados, em uma passagem que narra a festividade dos Coroados na fazenda de Guidoal-MG, que somente quando terminava essa festividade e os Coroados se recolhiam, os Puri se aproximavam da propriedade. O trecho a seguir narra a festividade dos Puri e descreve a aparência física deles de forma pejorativa,

Depois de fartas libações de cachaça, que eles, como todos os índios, apreciam apaixonadamente, tornaram-se confiantes e excitados, e executaram as suas danças à noite, num lugar aberto, não distante da Fazenda Guidoal. Já antes haviam despertado em nós sentimentos melancólicos sobre a degeneração do humano neles (Spix e Martius [1817-1820], 2017, p.299).

Portanto, existiam diferenças entre os Puri e Coroados e devemos considerar a mobilidade identitária ao longo do tempo, as relações sociais e de poder que estão imbricadas na sua formação, “a política de identidade deve ser situada historicamente”²⁷. Pertencer a tronco linguístico ou possuir uma origem comum não implica necessariamente em identificação compartilhada. Em acréscimo, mais do que descrever a expressão cultural Puri no passado, pretendemos demonstrar como as identidades sempre estiveram em constante modificação e como os indígenas buscaram utilizá-las como estratégia de resistência.

1.5 Descrição cultural e classificação linguística dos Puri

A classificação linguística dos Puri e Coroados constitui outro campo de estudos com resultados divergentes. Ana Paula de Oliveira (2015) esclarece que durante muito tempo na historiografia regional se debateu a validade da classificação dos Puri e de outros grupos da Zona da Mata mineira no Tronco-linguístico Macro-Jê e a sua aproximação com grupos falantes do Tronco-linguístico Tupi. Um dos exemplos apresentados pela autora é a produção da historiografia tradicional, cujos autores, Nelson de Senna, Oiliam José (1965) e Paulo

²⁷ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade- A era da informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 2. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 26.
ZARETSKY, Eli. Identity Theory, identity politics: psychoanalysis, marxismo, post-structuralism. In (orgs) CALHOUN, Craig. **Social theory and the politics of identity** (pp. 198-215). Oxford: Blackwell, 1994, p.198.

Mercadante (1973)²⁸ apontaram a possibilidade da família linguística Puri pertencer ao Tronco linguístico Tupi (Oliveira, A. P., 2015, p. 37).

Por mais que seja comumente atribuída aos Puri e Coroados ascendência aos Goitacás, classificados como Macro-Jês, o estudo de Benedito Preziosi (2000) atribui a ascendência dos Puri aos Guaianás do planalto paulista. Os Guaianás pertenciam ao tronco-Macro-Jê, mas possuíam relações de troca comerciais e casamentos com os Tupinikim e, para conversar, utilizavam a língua geral para a comunicação, indicando uma possível “tupinização” dos Guaianás (Preziosi, 2000).

Em seu estudo, Preziosi (2000) buscou identificar as origens étnicas dos indígenas habitantes do planalto paulista no século XVI em contato com os portugueses. Nesse sentido, analisa se o grupo identificado como Guaianás pertencia ao tronco linguístico Tupi ou Macro-Jê. Preziosi (2000) conclui que os Guaianás pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê e o diferencia culturalmente dos povos Tupi. Em acréscimo, esclarece que os Guaianás e os Guaianãs eram grupos diferentes, os primeiros, habitantes da Serra do Mar e Mantiqueira, e os segundos, trazidos do sul do país para serem escravizados pelos paulistas.

Diante disso, voltamos nossa atenção para os Guaianás. Preziosi (2000) indica que esse grupo possui semelhanças culturais e linguísticas com a família Puri, podendo ser seus ancestrais e de outros povos indígenas da Zona da Mata Mineira. Ele empregou como fonte crônicas de viajantes e missionários que vieram para o Brasil ao longo do século XVI. O argumento discutível de Preziosi (2000) do parentesco entre os Puri e os Guaianás se baseia nas semelhanças entre eles, por exemplo, o corte de cabelo, o caráter amistoso e pacífico apontado pelo Governador da Capitania de Minas Diogo Lobo²⁹. Na crônica de 1554, Gabriel de Sousa Soares descreve os modos de vida dos Guaianás que viviam da caça, pesca e coleta de frutos e não praticavam a agricultura, como os povos Tupi (Preziosi, 2000, p. 193). Os Guaianás são descritos nos relatos de viagem de Anthony Knivet, André Thevet, Jean Léry e Hans Staden. Nos três primeiros relatos são identificados como povos pacíficos e pouco afeitos à guerra, já no relato de Hans Staden são retratados como povos bravos e afeitos à guerra. Essa dissonância

²⁸ Mercadante (1973), discute o processo de introdução no sistema colonial de exploração e no primeiro capítulo as origens dos indígenas da Zona da Mata, tratando também do debate classificatório entre Tupi ou Macro-Jê. Paulo Mercadante aponta que muitos atribuem essa ascendência Goitacás comum a todos os grupos, mas as descrições das diferenças físicas, culturais e costumes demonstram que as trocas culturais entre esses povos estão para além dessa divisão. Nesse sentido, uma hipótese levantada por Nelson de Senna é que os indígenas da região seriam descendentes de povos que migraram de Goiás a partir do Triângulo Mineiro e territórios fluminenses e paulistas, possuindo ascendência Tupi. Nesse sentido, os povos da região seriam a confluência de diferentes levadas migratórias ao longo do tempo.

²⁹ REIS, Paulo Pereira dos. Os puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 61, p. 117–158, 1965.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123307>. Acesso em: 3 jun. 2024.

de representação se deve ao fato de os informantes de Staden serem os indígenas Tupinambás (Prezia, 2000).

Segundo Prezia (2000), um relato etnográfico cuja atenção foi diminuta pelos estudiosos sobre os indígenas do século XVI é a crônica “*The admirable adventure*”, do corsário inglês Anthony Knivet, tripulante da esquadra do corsário Cavendish. A esquadra do Capitão Cavendish saqueou, em dezembro de 1591, a Vila de Santos e, após isso, navegou para o sul para contornar o estreito de Magalhães. Entretanto, não conseguiram e retornaram ao Brasil, onde acabaram presos como escravos do governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá. Durante suas fugas do cativo, Anthony Knivet conviveu com os indígenas do Vale do Paraíba e Sul de Minas durante o século XVI (Prezia, 2000, p. 81).

De acordo com Prezia (2000), “*The admirable adventure*” foi escrito em duas partes, uma mais histórica e outra mais fantasiosa para atrair o público leitor, mas as duas partes legaram importantes informações sobre os indígenas do interior, como os Puri e os Morusuei. Além disso, Knivet identificou 13 grupos indígenas para a região de Minas Gerais, sendo 8 grupos de origem Tupi, demonstrando a alta densidade populacional indígena no século XVI. Assim, o vazio demográfico observado a partir do século XVIII pelos sertanistas foi resultado de escravização sistemática dos indígenas (Prezia, 2000, p. 83). Um grupo citado por Anthony Knivet é o Maromomi, grupo Jê, parente dos Puri que viveram no Vale do Paraíba, no século XVI e XVII. Os Puri e Maromomi eram grupos coletores e possuíam grande mobilidade, sendo sua sedentarização dificultosa. Nas descrições de Anthony Knivet, os Puri eram amistosos com os portugueses, dormiam em cascas de árvores, eram coletores de frutas, mel e caçavam, praticando pouco o plantio em razão da sua vida nômade (Prezia, 2000).

O relato de André Thevet, de 1592, descreve as relações de trocas entre os Guaianás, Goitaká e os Tupinikim afirmando que viviam nas florestas e montanhas e falavam uma língua diferente do Tupi. Thevet afirma que não eram valentes como os Goitaká não tendo artimanha da guerra (Prezia, 2000, p. 198). Jean Léry apresenta as relações amistosas entre os Tupinikim e os Guaianás, a partir do relato da tradução de um canto em Tupi, aos Guaianás que o entenderam. Prezia (2000) sugere uma “tupinização” dos Guaianás por contatos interétnicos de casamentos e trocas comerciais. Sobre o idioma, ele assinala o tupi como língua franca, sendo aprendida por povos não tupi que negociavam com os portugueses no século XVI, essa análise linguística possibilita perceber esses intercâmbios interétnicos. No relato de Hans Staden, com base nas observações de Teodoro Sampaio, ele elucida que a violência atribuída aos Guaianás

se deve as informações fornecidas pelos Tupinambás que possuíam uma percepção dos Guaianás como “selvagens”³⁰ (Prezia, 2000).

Prezia (2000) salienta alguns traços culturais aos Guaianás, como alimentação de frutos silvestres, mel, caça e pesca. Como alguns já haviam se sedentarizado, plantavam milho e batata-doce que comercializam com os franceses e portugueses. Produziam o cauim e usavam o tabaco em práticas ritualísticas e cura. Pintavam o corpo, deixavam os cabelos longos e raspados no meio da cabeça e não se tatuavam e não praticavam a antropofagia. Podiam ter escravos que eram vendidos para os europeus. Construíam casas simples alongadas e cobertas com folhas de palmeiras. Dormiam em redes feitas de casca de árvore seguradas por cordas de algodão. Fabricavam cordas para amarrar prisioneiros e as cestarias. Dançavam diferentes dos Tupinambá (Prezia, 2000, p. 204).

Em uma análise comparativa, Prezia (2000) traz alguns relatos do século XIX, como de Maximiliano de von Wied, George Freyreiss, Spix e Martius, para demonstrar semelhanças culturais entre os Guaianás e os indígenas do sudeste mineiro Puri e Coroadó, descritas por esses naturalistas. Entre as semelhanças, destaca-se o corte de cabelo, o modo de dormir e construir seus abrigos, o consumo de bebida fermentada de milho e dos frutos da Araucária e Sapucaia. Além disso, semelhanças físicas, pinturas corporais com jenipapo e urucum, baixa estatura, corpulentos e pés achatados. As habilidades dos Puri com o arco e flecha são narradas como excelentes em comparação aos Coroadó.

Com base na análise de cronistas do século XVI, como Anthony Knivet, André Thevet, Jean Léry e Hans Staden, Prezia (2000) afirma que os Guaianás faziam parte da família Puri possuindo muitas semelhanças culturais, físicas e linguísticas. Esses grupos, nos finais do século XVI foram alvo de escravizações no planalto paulista e buscaram adentrar ainda mais para o interior. Conforme as informações de John Monteiro (1994), as referências aos guaianases nas fontes coloniais se tornam escassas, a partir de 1580 até 1640, quando se tornam novamente alvo de escravização dos paulistas.

Devido às divergências e às fragilidades dos argumentos, esse debate sobre suas origens e classificação da família linguística Puri permanece em aberto. Atualmente, a língua e a etnia Puri não se encontram em nenhum tronco linguístico do Instituto Brasileiro de Geografia

³⁰ John Monteiro discute o ímpeto dos pesquisadores do IHGB em procurar ler todas as línguas como se fossem Tupi. Nesse sentido, segundo Elisângela Silva (2011), existe uma digressão etimológica sobre os etnônimos. Monteiro e Prezia apontam como os guias das expedições paulistas para o interior dos sertões eram geralmente mestiços e falantes do Tupi e, portanto, os etnônimos e topônimos são dados pelo olhar dos indígenas Tupi e paulistas.

Estatística-IBGE³¹. Recentemente, foram desenvolvidas pesquisas por Ambrósio Pereira Neto (2007)³² e Henri Ramirez *et al.* (2015)³³, e o estudo de Ramirez *et al.* (2015) propõe a não inclusão da família linguística no tronco Macro-Jê.

³¹ IBGE. **Indígenas: Um olhar sobre os povos indígenas no Brasil**. [S.l.], 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

³² SILVA NETO, Ambrósio Pereira da Silva. **Revisão da classificação da família lingüística Puri**. 2007. 83 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

³³ RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; DE FRANÇA, Maria Cristina Victorino. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do Leste brasileiro. **LIAMES: Línguas indígenas americanas**, v. 15, n. 2, p. 223-277, 2015.

2 CAPÍTULO II: PROCESSO DE APAGAMENTO HISTÓRICO: ALDEAMENTO, MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE

Entre 1814-1815, o naturalista germano George W. Freyreiss percorreu o entorno da região de Villa Rica (atual Ouro Preto) até o aldeamento de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), entrando em contato com indígenas aldeados pelo militar francês Guido Thomaz Marlière. Em seu breve contato com os indígenas, Freyreiss descreve que, antes dos aldeamentos, os Puri eram mais numerosos e fortes que os Coroado e nas guerras possuíam mais vantagens sobre eles por utilizarem táticas diferenciadas de emboscadas e por seus arcos serem maiores. Nesse relato, apresenta uma estimativa demográfica do aldeamento do São João Batista do Presídio onde existiam 2000 Coroado, 500 Puri, 200 Carajás, 2 Paraíbas e 1 Pacajú (Freyreiss, 1907[1814-185] p.197).

Para Freyreiss, o número reduzido dos Puri se deu pelas guerras interétnicas com os Coroado e colonos. Nesse relato, percebemos a convivência de diversos grupos étnicos e até mesmo inimigos nesse aldeamento que constantemente entravam em conflitos pela terra e sobrevivência. Um dos motivos para aceitarem o aldeamento era assegurar sua proteção contra a violência dos colonos e grupos inimigos. No entanto, a permanência nos aldeamentos era ameaçada por doenças, invasão das terras e pela exploração de seu trabalho pelos colonos (Aguilar, 2011).

O povo Puri, assim como outras etnias indígenas, foram aldeados em um espaço por meio do apresamento³⁴ e descimentos³⁵, gerando uma nova ordenação das relações sociais. Desse modo, as memórias ligadas a um antigo território onde existiam referenciais que balizavam e organizavam suas cosmologias, saberes e práticas foram ressignificadas e adaptadas a um novo contexto, para continuarem a fazer sentido na comunicação e no sentimento de pertencimento. Assim como as demais culturas, passaram também pelo processo de transformação cultural sem deixar de se identificar como pertencentes à sua tradição.

³⁴ A prática de **apresamento** consistia na realização de expedições denominadas de Entradas ou Bandeiras nos sertões para capturas indígenas e torná-los escravos dos colonizadores. Ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). IN: (orgs) CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1998. p. 115-132.

³⁵ Os **descimentos** eram a prática realizada pelos missionários jesuítas de deslocamento de aldeias inteiras dos Sertões para áreas próximas das povoações portuguesas para a conversão e a sua sedentarização em aldeamentos. Eles foram instituídos pelo Regimento de São Tomé de Sousa, em 1547, até o Diretório Pombalino de 1757. Era preconizado o uso do convencimento nesse descimento sem o uso da coação, visto que para os Jesuítas isso atrapalhava o processo de conversão dos indígenas. Ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). IN:(orgs.) CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1998. p. 115-132.

A legislação indigenista a respeito da liberdade indígena dos séculos XVI e XVIII, foi caracterizada por Beatriz Perrone-Moisés (1998) como contraditória e oscilante, visto que as leis sobre liberdade e escravização indígena eram determinadas na prática, ou seja, a partir de casos específicos entre aliados e inimigos. Os indígenas aliados eram os aldeados, enquanto os inimigos eram aqueles que resistiam e que poderiam ser escravizados ou assassinados.

A vinda da família real em 1808 e a declaração régia de “Guerra Justa³⁶” aos Botocudos do Vale do Rio Doce, declaração elaborada quatro meses depois de sua chegada, resultou em violência terrível sobre os povos indígenas da capitania, sendo aplicada também aos Puri que ainda se abrigavam nas matas, dizimando a população através da guerra, doenças e deslocamento forçado. O discurso da ferocidade dos indígenas foi mobilizado pelos colonos como legal de escravização.

Em uma passagem do relato de Freyreiss de 1815, a partir das informações do Barão de von Eschwege, ele narra a brutalidade e violência contra uma aldeia inteira dizimada, mesmo não apresentando resistência.

Uma porção de soldados portugueses comandados por um Capitão, tinha sido mandado em procura de uns Botocudos que, havia pouco tinham cometido algum excesso no Rio Doce e a ordem era de afugentá-los ou matá-los. Marchando com prudência, encontraram logo o paradeiro destes antropófagos e cercaram-nos durante a noite. Quando os índios viram-se surpreendidos, procuraram salvar-se estendendo-se no chão, fingindo estar mortos e suspendendo a respiração. Naturalmente não lograram enganar os seus perseguidores, cujo commandante foi a cada um deles, baptizou-o e em seguida mergulhou-lhe a faca no coração. De manhan os vencedores regressarão e próximo ao logar da victória encontraram-se com uma *botocuda* que, com seus dois filhinhos no collo, estava acorada ao pé de uma marmitta, sobre um fogo. Imediatamente foi ella immolada pelos cruéis heróes, alcançada por uma bala. Aproximando-se a ella, já com os olhos velados pela morte, indicou ella a marmitta que continha a carne de um macaco, deixando-a triste entender que dessem de comer as criancinhas. Somente então alguns sentimentos humanos pareciam acordar nos peitos destes heróes que deixaram as criancinhas viver, um beneficio que estou inclinado a attribuir mais ao egoismo porque há uma lei que assegura ao vencedor o direito por 10 annos sobre cada índio que prender em guerra (Freyreiss, 1907, p. 209).

A lei de “Guerra Justa”, instituída em 1808 e mantida até 1823 foi fortemente por criticada por José Bonifácio na Assembleia Constituinte³⁷. A “Guerra Justa” era feita contra

³⁶ Ver: BRASIL, Câmara dos Deputados. **Carta Régia nº 0 de 13/05/1808**. Legislação: Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Documento Eletrônico, p.38. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18319> Acesso em: 12 fev. de 2024.

³⁷ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil** [Manuscrito]. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1823, 12p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0165/bndigital0165.pdf Acesso em: 12 fev. de 2024.

indígenas hostis e não aliados dos portugueses como resposta aos seus ataques. Por essa lei, a escravização indígena era legitimada. Nessa perspectiva, ser reconhecido como aliado ou inimigo influenciava a identidade indígena, pois esta poderia ser aldeada/aliado/livre ou não-aldeado/inimigo/escravizado. Outra prática que permitia a escravização era o "resgate", isto é, o salvamento de indígenas destinados a rituais de antropofagia nas guerras nativas. Na escravização por "resgate", diferente da escravização por "guerra justa", os indígenas deveriam trabalhar por um período para pagar pelo "salvamento" (Perrone-Moisés, 1998).

O objetivo dos aldeamentos era promover a homogeneização linguística e cultural para formar mão de obra. Dessa forma, o trabalho era compreendido como forma de "civilização" dos indígenas e as terras dos aldeamentos deveriam ser cultivadas para seu sustento, mas também para o mercado. Entretanto, esse regime de trabalho sofria com a resistência indígena, optando por emprego no comércio de drogas dos sertões como a Ipecacuanha ou Poaia e extração de madeira. Os indígenas extraíam esses produtos e eram "pagos" por pequenos utensílios e artigos de ferro. Todavia, os colonos os "pagavam" com aguardente, atitude alvo de duras críticas do Padre Jesus Maria e do Diretor de Índios Guido Marlière, pois o vício atrapalhava a "civilização" dos indígenas e os levava à morte. Além disso, a dependência alcoólica também desestruturava as relações e organizações sociais indígenas. No trecho a seguir, os viajantes Spix e Martius narram o retorno dos Coropós da extração da poaia e a relação com os portugueses.

Havíamos chegado, apenas há algumas horas, a Guidoal, quando vimos aparecer um bando de coropós, que traziam raízes secas de poaia para o capitão Marlière a fim de as trocar por chitas e artigos de ferro. Assim que souberam que estavam aqui estrangeiros, rondaram a casa, espiando sorrateiros, para saber o que havia. A tribo desses coropós conta hoje, quando muito, uns trezentos indivíduos, que habitam as margens do rio Pomba, distribuídos em diversas pequenas aldeias. Eles vivem em boa harmonia com os portugueses, cuja soberania reconheceram desde 1767 e, dentre os índios de Minas Gerais, são os mais civilizados (Spix e Martius, 2017, p. 295)

Segundo Aguiar (2011), a extração das drogas do sertão e a resistência ao cultivo sedentário das roças era uma forma que os indígenas encontraram para manter seu modo de vida nômade.

A antropóloga Manuela Carneiro Cunha, em seu artigo "A política indigenista no século XIX (1992)", enfatiza como a política indigenista aconteceu em torno do controle sobre as terras por parte do Estado. Durante o Império, a preocupação com o estabelecimento e defesa

³⁷**BORUN KRENAK: 200 anos de resistência à Guerra Justa.** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/8/20/borun-krenak-200-anos-de-resistecircncia-agrave-guerra-justa> Acesso em: 06 nov. 2023.

das fronteiras era ponto político central e transformar os indígenas em súditos fiéis, “produtivos” e “nacionalistas” era essencial para a consolidação dessa política de controle territorial. Assim, os limites territoriais dos aldeamentos indígenas passaram cada vez mais a ser ocupados por colonos para impulsionar o processo de “civilização” dos indígenas. O auge dessa pressão sobre a posse da terra ocorre com a Lei n.º 601 de setembro de 1850-Lei de Terras.

De acordo com Vânia Moreira (2002), o Diretório Pombalino (1755) e o Regulamento de Catequese e Civilização dos Índios (1845) reconheciam o direito originário dos indígenas à posse da terra por sua antecedência na ocupação. Sendo assim, as sesmarias doadas no período colonial para a criação de aldeamentos e missões pertenciam aos indígenas. No entanto, com a promulgação da Lei de Terras em 1850 e a distinção entre terras de domínio privado e público, sendo esta última pertencente ao Estado, impactaram diretamente os direitos patrimoniais e territoriais indígenas. No texto da Lei de Terras de 1850, não há definição clara sobre os direitos originários dos indígenas sobre a terra. Nessa perspectiva, reconhecem-se como terras indígenas somente aquelas destinadas à civilização das chamadas “hordas selvagens” (Moreira, 2002).

Para Vânia Moreira (2002), outro ponto principal para compreensão do desrespeito aos direitos indígenas sobre as terras das aldeias foi a Decisão n.º 92 de 18 de setembro de 1860 que decidiu incorporar as terras de aldeamentos ao Estado para serem vendidas e distribuídas em pequenos lotes, sob o argumento de estarem as povoações desses territórios miscigenadas e assimiladas, negando o direito à posse das terras aos seus descendentes. Além disso, o processo de extinção dos aldeamentos a partir da Decisão n.º 92 de 1860 resultou em novo problema, pois os indígenas que viviam ainda em aldeamentos deveriam provar “indianidade” para assegurar seus direitos patrimoniais e territoriais. O problema era que as autoridades administrativas das vilas e cidades se colocavam no lugar de definir o que era ser “índio” e a identidade indígena tornou-se passível de julgamento. Vânia Moreira (2002) aponta que a extinção, a constante invasão e a expropriação das terras indígenas por luso-brasileiros levaram os indígenas e seus descendentes expropriados a serem classificados como “caboclos”, uma população mestiça, sem-terra, pobre e dependente dos grandes proprietários de terra.

Na Zona da Mata Mineira e Vale do Paraíba, a Lei de Terras levou à concentração de terras nas mãos de proprietários de café. Anos depois, diversos grupos indígenas, muitos deles miscigenados, tiveram suas próprias terras consideradas devolutas e tiveram que aceitar que os seus territórios deveriam estar sob o domínio do poder público, e não deles mesmos, ainda que estivessem sob suas posses. Muitos grupos indígenas perderam a autonomia sobre o seu próprio território, ao serem tutelados pelo Estado autoritário que os considerava incapazes de se conduzirem dentro dos códigos de conduta da sociedade brasileira. Interessante observar como

a miscigenação foi incentivada pelo Diretório Pombalino e compreendida pelo poder colonial como um indício para a perda dos direitos indígenas. A disputa por terras e recursos naturais foi se tornando claramente o grande problema jurídico do Estado brasileiro em relação aos indígenas. Apenas após a Constituição de 1988, os indígenas brasileiros passaram a ser reconhecidos como cidadãos, mas a demarcação de suas terras segue sendo uma grande questão para o Estado brasileiro democrático.

Os aldeamentos coloniais foram transformados em vilas e cidades no início e meados do século XIX, sobretudo por sofrerem com a invasão dos colonos. Vânia Moreira (2002), Maria Regina Celestino de Almeida (2013) e Soraia Dornelles (2018), analisando o processo de extinção dos aldeamentos coloniais a partir da Lei de Terras de 1850 n.º 601, demonstraram como a usurpação das terras indígenas e a construção de um discurso de miscigenação sobre as populações habitantes desses aldeamentos foram articuladas para produzir a invisibilização dos povos indígenas e a negação de seus direitos.

Nos finais do século XIX e XX, esses povos desterritorializados foram incorporados à massa nacional sob as denominações caboclos, mestiços e pardos, distanciando a ancestralidade e pertencimento indígena. Na historiografia sobre os indígenas Puri e Coroado produzidas até os anos setenta do século XX, eles são considerados totalmente assimilados ou exterminados. Como podemos verificar nas obras de Oíliam José (1965) e Paulo Mercadante (1973), a adaptação cultural e a transformação cultural foram compreendidas até os anos 1970 pela historiografia como um indício de perda cultural e identitária e, conseqüentemente, a inexistência de um povo (G. Silva, 2018).

Na formação da Zona da Mata mineira, no Vale do Paraíba e sudeste do Espírito Santo, a presença dos Puri e Coroado passou a ser associada pela historiografia tradicional do século XX a um passado distante. O imaginário social³⁸ sobre esses povos foi construído a partir das ideias de primitivos, atrasados e selvagens, destinados ao desaparecimento em nome do progresso e civilização. Um dos trabalhos em que podemos visualizar a continuidade de uma perspectiva histórica conservadora e estereotipada sobre os indígenas Puri é *-Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais políticos e etnológicos*, de 1965³⁹, escrito pelo advogado

³⁸ ANDRADE, Cristiana. Apagamento das culturas indígenas é histórico. Segundo o especialista (Prof. Dr. Adriano Toledo Paiva), a população indígena em Minas Gerais foi absorvida e engolida, assim como está ocorrendo com os Yanomami. **O tempo**, 18/04/2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/especiais/indigenas-de-minas-vozes-e-faces/violencia/apagamento-das-culturas-indigenas-e-historico-1.2848524> Acesso em: 13 fev. de 2023.

³⁹ JOSÉ, Oíliam. **Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos**. Imprensa Nacional, Belo Horizonte, 1965.

mineiro Oíliam José (1921-2017)⁴⁰, que utiliza de forma acrítica relatos de naturalistas europeus e as cartas do Diretor de Índios, Guido Thomaz Marlière.

Ainda que reconheça a violência colonial e condene esse passado, a perspectiva de análise de Oíliam José (1965) mantém uma interpretação sobre a cultura indígena negativa e, por vezes, reafirma discursos gestados pelas teorias raciais do século XIX⁴¹ como a ideia de raças puras, estágios evolutivos e a miscigenação como ação de aculturação⁴². Na perspectiva de Oíliam José (1965), os indígenas existiriam somente no Vale do Rio Doce, mas o destino seria o desaparecimento diante do processo civilizatório engendrado pelo Estado Moderno. Nesse trecho, Oíliam José concorda com a tese do inevitável desaparecimento indígena:

O contato das tribos indígenas com os brancos foi, por estranho que pareça, desastroso para elas como blocos humanos, pois em menos de um século de miscigenação, deixaram de existir quer pelo fenômeno da morte, intensificado principalmente pelos efeitos da varíola, sífilis, tuberculose e sarampo sobre **o desprevenido organismo do selvagem, quer pelos assassinatos, quer ainda pela simples mistura com elementos brancos e negros, mistura que levou à desintegração as instituições indígenas aqui existentes. Assim, já no início deste século, só restaram do antigo e numeroso mundo indígena de Minas poucas e enfraquecidas tribos que, no solo vizinho do Rio Doce aguardavam o momento de passar anonimamente ao pretérito.** Não obstante esse alucinador desaparecimento, que deve povoar de tristeza e remorso a alma dos brancos ditos civilizados, as contribuições dessas tribos passaram volumosas a seus descendentes ao branco e ao preto. **Localizá-las em fatos, crenças, coisas, atitudes e tipos raciais não nos parece difícil. Dispersaram-se ou morreram os indígenas de Minas Gerais e os grupos por eles formados, mas não suas influências.** Saint Hilaire, em feliz expressão reveladora de argúcia, assinalava, no ano de nossa Independência, essa verdade histórico-antropológica: “Já tive muitas vezes a ocasião de notar, que por toda parte onde existiram indígenas, os europeus, destruindo-os, adotaram vários de seus costumes e lhes tomaram muitas palavras da “língua”. No setor racial, caboclos de feições bem características, lembram cruzamento de brancos e indígenas (José, Oíliam, 1965, p. 163-164. Grifos nossos).

⁴⁰ Natural de Visconde de Rio Branco, formou-se em Direito (1963), foi um advogado, professor e considerado historiador. Foi membro da Academia Mineira de Letras. Foi secretário municipal da Prefeitura de Visconde de Rio Branco. Contabilista da Secretaria de Finanças do Estado de Minas Gerais, na gestão de Celso Porfírio de Araújo Machado chefiou seu gabinete na direção da Imprensa Oficial (1957-1959) e Secretário de Segurança Pública (1959-1961). Escreveu obras históricas, biográficas, poesias e temas religiosos com um total de 25 obras, sendo históricas as seguintes obras: A abolição em Minas; A propaganda republicana em Minas; Historiografia Mineira: esboço; Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos; O negro na economia mineira; Racismo em Minas Gerais; Fatos e figuras de Visconde do Rio Branco; Visconde do Rio Branco: notas sobre a sua história; Marlière, o civilizador: esboço biográfico; Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Ver: LEOPOLDINENSE. Morre em Belo Horizonte Dr. Oíliam José. **Jornal Leopoldinense**, 24/02/2017. Disponível em: <https://leopoldinense.com.br/noticia/10450/morre-em-belo-horizonte-o-dr-oiliam-jose> Acesso em: 07 fev. de 2024.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

⁴² A aculturação, conforme a perspectiva das teorias raciais evolucionistas pujantes no século XIX, seria um processo pelo qual o contato de sociedades “primitivas” com sociedades “modernas e evoluídas” tenderia a sofrer uma perda cultural, adotando a cultura das sociedades evoluídas. O apagamento historiográfico segue as teorias raciais.

Segundo Giovanni da Silva e Ana Maria da Costa (2018), essa teoria da “aculturação” foi muito em voga no Brasil até os anos de 1970 e ainda hoje encontra ressonância na sociedade, sendo profundamente problemática por não considerar que os indígenas, ao absorverem a cultura material e imaterial de outros povos, se transformam à sua maneira não obedecendo às regras e leis do Estado que os consideravam “menos indígenas”⁴³. Essa perspectiva reducionista sobre cultura e identidade como algo estático e atemporal está associada a uma concepção de História linear e progressista. Nela, os descendentes desses povos não poderiam ser reconhecidos como indígenas por não apresentarem mais os traços culturais como língua, religião, cosmogonia e “pureza racial”. A miscigenação é compreendida como perda cultural e orientada ao embranquecimento, desconsiderando a complexidade da construção identitária e étnica.

Fredrik Barth em “Grupos étnicos e suas fronteiras (1998)” discute o processo de construção identitária étnica, compreendendo-a como dinâmica e construída na interação com os outros. Assim, as fronteiras étnicas são construídas a partir dos processos de “inclusão/exclusão, estabelecimento de limites e compartilhamento da memória/identidade pessoal e coletiva (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 11)”. A partir desses processos define-se o nós e os outros. Ao contrário das concepções anteriores que consideravam a identidade étnica como imutável e atemporal,

A etnicidade não é um conjunto atemporal, imutável de traços culturais (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias etc.) transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo, ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 11).

Dessa maneira, Barth (1998), ao introduzir uma concepção dinâmica da identidade étnica, rompeu com a ideia de que as transformações culturais significavam uma perda cultural/étnica ou aculturação. Para Barth, “as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade contato e informação”, pois o contato não leva ao desaparecimento, pois as fronteiras entre o nós e outros “podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos (Barth, 1998, p. 188)”. Essa concepção de que o contato leva à perda cultural é proveniente de uma concepção de que o isolamento geográfico e cultural resultou na diversidade cultural que conhecemos.

Barth (1998) ressalta que existem vários referenciais identitários como racial, gênero, classe, regional, político, orientação sexual, religioso e um deles é o étnico, sendo que esse

⁴³ SILVA, Giovanni José da.; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Histórias e Culturas indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018, p.69.

referencial identitário tem como discurso a origem comum do grupo. Diferentemente de outros referenciais identitários, a etnicidade se diferencia por ser orientada para o passado. Além disso,

os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios grupos e atores e têm a característica de organizar a interação entre as pessoas. Dessa forma, as categorias usadas para identificação não são a soma de diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios consideram significantes (Barth, 1998, p. 189-194).

De acordo com Barth (1998), os grupos étnicos, quando pensados como “suporte da cultura” implicam em distinguir as identidades étnicas a partir de traços culturais, atitude teórica que impede a compreensão da organização social e identitária dos grupos étnicos. Para Barth (1998), ao focalizarmos na análise dos traços culturais diferenciadores, não podemos nos prender a uma inventariação de traços culturais como língua, costumes, vestuários, práticas alimentares e cura e religião, por mais que esses traços sejam considerados marcadores de diferenças, eles têm sua importância e significados transformados em diferentes contextos e situações sociais, políticas, econômicas e culturais. Ao fazermos acriticamente esse inventário que difere entre os povos, incorremos em preconceitos e hierarquizações culturais.

As fronteiras que distinguem os povos e garantem sua permanência pressupõem que os elementos culturais são dinâmicos, sendo adaptados e ressignificados em novo contexto para dar continuidade à identificação social e étnica, assim, como à tradição cultural que é renovada a cada nova geração. Além disso, a manutenção dessas fronteiras étnicas pressupõe a existência de situações de contato social entre diferentes grupos e culturas. Portanto, mais do que caracterizar um grupo étnico pela soma de traços culturais distintos, devemos buscar compreender o significado dessa transformação na organização social.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998), a etnicidade foi considerada um fenômeno essencialmente contemporâneo, sendo efeito da mundialização das ideias e experiências, possibilitando a visibilidade das reivindicações de grupos minoritários em todo o mundo. Entretanto, veremos que esse processo de elaboração étnica ocorreu em distintos períodos históricos, como enfatiza Alberto Bartolomé (2006) ao discutir o processo de etnogênese.

O conceito de etnogênese foi criado pelos antropólogos para explicar o processo de etnificação, inserindo nas análises antropológicas o dinamismo das formas sociais e identitárias. Ele foi usado pela primeira vez pelo antropólogo Gerard Sider nos anos 1960 para contrapor o processo de etnocídio⁴⁴ (Lisboa, 2017). Todavia, esse conceito sofreu modificações e, na contemporaneidade, tem sido empregado também para evidenciar os processos de reconstrução

⁴⁴ Etnocídio é a perda cultural, saberes e conhecimentos em decorrência do genocídio perpetrado sobre determinado grupo.

identitária e cultural de diversos grupos sociais e suas ações políticas. Desse modo, a etnogênese “trata da emergência de grupos sociais que foram historicamente silenciados e, no caso de muitos povos indígenas em todo continente americano, considerados extintos (Alberto Bartolomé, 2006, p. 39)”.

Miguel Alberto Bartolomé, no artigo “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político (2006)”, discute os processos de reelaboração cultural ocorrido em toda a América Latina nos últimos quarenta anos e o crescimento de movimentos indígenas e afrodescendentes em busca de valorização cultural, reparação histórica e combate a estrutura social, política e econômica racista e classista do Estado. Ele define a “etnogênese como processo de construção de uma identificação compartilhada⁴⁵ com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva (Alberto Bartolomé, 2006, p. 46)”.

A legitimidade desse processo foi colocada em debate por acadêmicos, políticos e a opinião pública, descrentes na existência da reelaboração cultural realizada por grupos indígenas e afrodescendentes. Um dos argumentos desses grupos descrentes é a ideia de que a transformação social e cultural deles ao longo do tempo implicaria em uma perda cultural e identitária. Alberto Bartolomé (2006) explica que essa descrença advém da ideia de perda cultural balizada em uma noção de cultura como algo estático e atemporal presente nos trabalhos antropológicos e históricos até os anos 1980. Contudo, esse pensamento ainda encontra reminiscências no imaginário social construído sobre os povos indígenas na ideia de aculturação. Ao contrário dessa concepção, as culturas se transformam, adicionam ou excluem algo sem deixar de ser elas mesmas. Esse dinamismo da cultura é essencial para entendermos a elaboração identitária, o pertencimento e a identificação que são definidos a partir da comunicação do grupo. A legitimidade cultural é assegurada por esse reconhecimento mútuo e pela pertença a uma origem comum (Alberto Bartolomé, 2006). Essa reelaboração e reconhecimento possibilitam a sua continuidade no tempo presente.

A etnogênese é um processo inerente a todas as sociedades e indispensável para a diversidade cultural que conhecemos. As transformações culturais não devem ser explicadas a partir do ponto de vista exterior dos grupos e sim das lógicas internas que levam a modificações

⁴⁵ Contudo, Alberto Bartolomé critica a aplicação da ideia de construção relacionada às ações dos Estados-Modernos para a formação da nacionalidade. Dessa forma, não se trata de uma “invenção das tradições” no sentido de Eric Hobsbawm e “Nações imaginadas” Perry Anderson, Alberto Bartolomé (2006) explica que essa construção está relacionada ao sentido e significado que o grupo dá sobre as experiências de seu passado e não em uma produção racionalizada semelhante ao sentido de Nação.

em suas formas sociais e culturais e ressignificação do passado (Alberto Bartolomé, 2006). Os processos identitários, além de serem contextualizados, devem ser compreendidos também como atos políticos (Oliveira, J., 1999, p. 90).

É nesse processo identitário orientado por um passado comum que se insere a revalorização étnica Puri no Sudeste da Mata Atlântica. Além disso, são nos territórios de antigos aldeamentos coloniais e aldeias que vem ocorrendo o processo de etnogênese (Oliveira, J., 2004; Barbosa, W., 2005; Ramos, 2017). Consideramos importante apresentar esse debate elaborado por Fredrik Barth (1998) e Alberto Bartolomé (2006) sobre identidade e etnicidade para discutirmos os desafios encontrados pelos Puri para terem sua identidade reconhecida pela sociedade e Estado.

Por serem dados como exterminados pela historiografia e imaginário social, os Puri se deparam com a deslegitimação da sua existência pela transformação cultural sofrida no decorrer da colonização. Os argumentos empregados nessa deslegitimação são a miscigenação, a perda da língua e outras transformações culturais. No entanto, discutiremos no capítulo seguinte que esses elementos considerados como marcadores étnicos e usados para afirmar o extermínio Puri são ressignificados pela nova geração, construindo novas fronteiras identitárias. Para a existência das fronteiras, é necessário o contato e nos contextos de contato interétnico que os traços culturais tendem a se atenuar e se modificar, pois, ao contrário dos pressupostos, a diversidade cultural é explicada pelo contato e não pelo isolamento cultural e geográfico (Barth, 1998).

Portanto, essa percepção de aculturação e miscigenação no sentido de perda cultural e identitária é advinda de uma noção de cultura como estática que desconsidera o dinamismo das relações internas e externas dos grupos étnicos. As culturas humanas resultam desse processo de hibridação, que consiste em trocas constantes, pois não existem culturas puras. Como dito anteriormente, a diferença da identificação étnica para as outras categorias é que ela é orientada para o passado e nesse processo está imbricada a oralidade e as relações assimétricas de poder que definem quais histórias eram silenciadas ou contadas.

2.1 Debates sobre memória, esquecimento e categorias de identificação racial do IBGE (1872 a 2010)

A memória é uma dimensão humana que tem sido campo de interesse desde o período clássico à contemporaneidade. O filósofo francês Paul Ricœur (2007), abordando as concepções sobre a história, memória e esquecimento, possibilita perceber a centralidade desse campo no

pensamento humano. A partir disso, pode-se ponderar sobre a importância da memória e de seu duplo, o esquecimento, na formação da identidade e sentimento de pertencimento social.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs em “Memória Coletiva (1990)” expõe os processos de consolidação de uma memória coletiva que conceitua como quadros de memória, a partir de um processo de comunicação e compartilhamento de certas memórias e sua aceitação por determinado grupo, cria-se uma memória comum e, dessa maneira, coletiva. Os quadros de memória propostos por Halbwachs (1990) possibilitam refletir sobre seu processo de construção, que ele denominou como processos de enquadramentos da memória. Para Halbwachs (1990), esse processo é positivo, pois possibilita, através dessa memória comum, o sentimento de pertencimento, certa coesão social e, conseqüentemente, a formação de uma identidade comum.

Todavia, o sociólogo francês Michael Pollak (1989), elaborando uma crítica a Halbwachs (1990), argumenta que ele minimiza/invisibiliza os aspectos opressores dos quadros de memória coletiva sobre as memórias individuais ou de grupos minoritários que possuem outras memórias sobre o mesmo acontecimento. Embora como explica Pollak (1989), Halbwachs (1990) insinue os aspectos da seletividade da memória e a “negociação” entre as memórias coletivas e individuais, Halbwachs (1990) focaliza somente no aspecto positivo de uma memória comum, em detrimento de discutir as disputas que ocorrem na consolidação dos quadros coletivos de memória.

Sob esse ângulo, podemos analisar os processos de disputa no enquadramento da memória e a subalternização ou silenciamento de outras na sociedade contemporânea. Isso nos permite compreender o jogo de memória na América Latina, onde os povos indígenas resistem a diferentes formas de destruição de suas cosmologias, modos de vida e cultura desde 1492. Eles lutam constantemente pelo reconhecimento de seus direitos à terra e à autodeterminação. No entanto, ainda são silenciados devido à sobreposição da memória de certos grupos e à necessidade do Estado de criar uma identidade nacional comum.

Diante dessa reflexão sobre o enquadramento da memória nacional e familiar, tem-se como referência para discussão a dissertação de Vanessa Araújo (2015) sobre o “direito à memória” que afirma que a memória indígena é muitas vezes ocultada do âmbito familiar em razão do racismo histórico constituído a partir das Colonialidades do Saber, Ser e Poder que definem quais heranças e memórias devem ser valorizadas no âmbito familiar. Nesse caso, é a ascendência europeia, a memória positiva e rememorada para as novas gerações. Araújo (2015) aponta como os estereótipos negativos construídos sobre os indígenas e as políticas de miscigenação objetivaram apagar a identidade indígena em prol da construção de uma

sociedade homogeneizada do Estado brasileiro construído no fim do século XIX. Ao trazer a discussão sobre o poder na construção das memórias familiares e da identidade, pode-se analisar a relação entre o poder e a historiografia.

O estudo de Sérgio Almeida (2016) sobre a História Puri e a memória social na cidade Mirai–MG, através da análise documental e da metodologia da história oral, recuperou fragmentos de memórias indígenas Puri. A partir de entrevistas com descendentes dos indígenas Puri de diversas faixas etárias, percebeu que mesmo sendo a uma ou três gerações, não se identificavam como Puri. Além disso, percebeu que a maioria dos familiares mais jovens desses núcleos desconhecia essa origem e ficaram surpresos ao saber. Nessa dissertação, é perceptível como o processo identitário é complexo e as disputas em torno da memória no âmbito familiar e a ocultação/estigma sofrido pelos Puri de sua cultura e modo de vida.

A partir dessas pesquisas, pode-se refletir sobre as disputas sobre as memórias e as relações assimétricas de poderes imbricadas nesse processo. É importante considerar a relação entre memória e poder, visto que a memória é essencial para a construção do sentimento de pertencimento social e identitário. O antropólogo francês Joël Candau (2010) explica que a memória e a identidade são dependentes e ocorrem em um processo dialógico, visto que sem memória o indivíduo não constrói sua identidade e é a identidade que faz a seleção das memórias. Nesse ponto, é crucial discutir o poder na seleção de memórias e quais serão oficializadas e compartilhadas e quais serão subalternizadas.

O antropólogo haitiano Michel R. Trouillot (1995) destaca como “exercício diferencial de poder” na produção historiográfica resulta na visibilidade de certas narrativas e no silenciamento de outras na produção da narrativa histórica. Trouillot (1995) aponta quatro momentos primordiais na escrita da história, um deles é a produção das fontes e do arquivo, que, em geral, são escritos e elaborados por grupos dominantes. A escrita constitui-se como uma ferramenta de poder na escrita da narrativa histórica, portanto, se faz necessário o uso da oralidade para contrapor as fontes escritas que corroboram para o apagamento histórico e identitário indígena Puri.

Nessa perspectiva, os antropólogos Martha Zambrano e Cristóbal Gnecco em *Memorias hegemônicas, memorias disidentes, el pasado como política de la historia* (2000) problematizam a importância do poder nos contextos históricos nos quais se produzem, negociam e confrontam as práticas da memória e como o processo de dominação necessita da definição da história e da memória, isto é, como a dominação se baseia por meio dessas duas práticas. Além disso, apontam para o papel da escrita como dominação e elaboração de uma

história da colonização por meio da conservação dos arquivos coloniais, em oposição à desestruturação e destruição dos meios de memória indígena.

Posto isso, podemos retornar ao que Michel Trouillot (1995) denominou de “diferencial do poder” em que as fontes são mecanismos de poder. Nesse caso, os registros e arquivos coloniais, em razão da sua materialidade física, serviram como argumento de legitimidade para a escrita de uma história da colonização constituindo um dispositivo de esquecimento e inscrição de uma História Única como a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) descreve sobre o apagamento de outras narrativas de acontecimentos e processos históricos. Martha Zambrano e Cristobal Gnecco (2000) consideram importante compreender como “a representação do passado se coloca como um fato social contemporâneo indissociável dos processos de construção da identidade, visto que a história adquire seu maior sentido na arena da luta identitária⁴⁶”.

O surgimento de movimentos e coletivos indígenas contestando as narrativas colonizadas demonstra a importância da narrativa histórica e memorial na formação da identidade e seu papel na construção de uma estrutura social. Além disso, os autores apontam para outras formas de inscrição da memória, como museus, arquivos, arquitetura, mas também no corpo, autobiografia, paisagem e rituais, que possibilitam refletir sobre os mecanismos de memória e esquecimento usados pela dominação ocidental (Zambrano; Gnecco, 2000, p.13). No entanto, é necessário ressaltar que não existe um esquecimento absoluto e que essas memórias silenciadas retornam de tempos em tempos para contestar a narrativa dominante. Dito isso, é essencial refletir sobre o processo de silenciamento/esquecimento de memórias traumáticas no âmbito familiar e social em vista dos processos violentos de colonização.

No artigo “Demografia dos povos indígenas: os censos demográficos como pontos de vista”, Marden Campos e Bárbara Roberto Estanislau (2016) discutem as contribuições e limites dos dados demográficos na apreensão da realidade social, com atenção especial à camada populacional classificada como indígena. A produção de dados quantitativos pressupõe o seu embasamento em discursos legitimadores que asseguram a confiabilidade do dado produzido. Campos e Estanislau (2016) esclarecem que a forma de registro de informações sobre populações no Brasil e os registros administrativos são amplamente amparados em pesquisas domiciliares, como o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Os dados são coletados a partir de um questionário com

⁴⁶ “*la representación del pasado se aborda como un hecho social contemporáneo inextricable de los procesos de construcción de identidad, puesto que la historia adquiere su mayor sentido justamente en la arena de la lucha identitaria (Zambrano; Gnecco, 2000, p. 12, “tradução nossa”)*”.

perguntas e respostas padronizados e categorizadas voltadas para identificar um perfil médio. Contudo, quando essas entrevistas são realizadas com populações indígenas, ou grupos minoritários às perguntas-respostas podem escapar do horizonte conceitual do entrevistado, ou recenseador, pois esses questionários não são produzidos por eles, mas sim a partir de uma perspectiva da sociedade não indígena e dominante. Por exemplo, em muitos povos, as línguas faladas nos domicílios não são a língua portuguesa, ocorrendo ruídos na tradução entre entrevistado e entrevistador, visto que o universo cultural diverge entre eles.

Além disso, Campos e Estanislau (2016) apontam que o censo demográfico é um instrumento de poder do Estado Moderno, assim como o território, mapas e museus, usados para legitimar os discursos e práticas sobre a realidade social e na manutenção das estruturas de poder. Os autores nos recordam que raça e etnia são categorias subjetivas e complexas para serem captadas em um questionário. Ao analisar os questionários dos censos demográficos, Campos e Estanislau (2016) afirmam que por ser elaborado a partir do horizonte conceitual da sociedade dominante e seus discursos, o questionário é construído a partir de um olhar etnocêntrico e unicultural, projetado para representar a identidade nacional. Dessa forma, não há como pensar o censo sem considerar as relações e estruturas do poder, os interesses estatais e sociais na sua produção. Nesse sentido, o censo é uma continuidade colonial por utilizar o termo indígena para uma camada social tão diversa.

A partir disso, podemos perceber que os dados demográficos são produzidos embasados em uma perspectiva cultural, social e política. J. Petruccelli e Saboia (2013), ao analisarem a história dos censos demográficos no Brasil desde o final do século XIX ao tempo presente, discutem como as categorias de identificação racial estão inseridas nessa estrutura de poder e conformação de discursos sobre a nação. Nesse sentido, as categorias “índio”, indígena e

caboclo estão associadas a uma lógica de assimilação e integração nacional e sua presença e ausência nos dizem dos interesses do Estado Nacional.

Figura 2 - Categorias raciais dos Censos Demográficos brasileiros (1872-2010)

Opções de categorias classificatórias do quesito de cor ou raça ao longo da história dos Censos Demográficos brasileiros

| 1872 | 1890 | 1940 | 1950 | 1960 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|---------------------------------------|--|--|--|-------------------------------------|---|---|---|
| População livre (define sua cor) | Branca Preta Cabocla Mestiça | Preta Branca Amarela | Branca Preta Amarela Parda | Branca Preta Amarela Parda Índia | Branca Preta Amarela Parda | Branca Preta Amarela Parda Índigena | Branca Preta Amarela Parda Índigena | Branca Preta Amarela Parda Índigena |
| Branca Parda Preta Cabocla (Raça indígena) | | (Outras respostas foram codificadas como pardas) | (Existia instrução para o recenseador não usar categoria "morena" na resposta) | (Apenas para pessoas que vivam em aldeamentos ou postos indígenas, as demais que se declarassem índias deveriam ser classificadas como pardas) | | | | (Se indígena: Etnia e língua falada) |
| População escrava | | | | | | | | |
| Pretos(as) Pardos(as) | | | | | | | | |

Fonte: Petruccelli; Saboia (2013).

Na Figura 2, produzida por Petruccelli e Saboia (2013), chama atenção as transformações nas categorias de classificação racial construídas pelos censos demográficos. No primeiro censo demográfico realizado no Brasil em 1872, os indígenas são classificados como caboclos, termo que, como vimos, é usado para distanciar a origem étnica e informar seu grau de contato com o universo cultural, social e econômico colonial. O segundo censo foi realizado em 1890, no regime republicano, as categorias raciais branca, preta, cabocla e mestiça, sendo os indígenas classificados como caboclos e mestiços. O próximo censo demográfico foi realizado 50 anos depois, em 1940, e conta com quatro categorias: preta, branca, amarela e parda. Outras respostas para além dessas categorias foram registradas como pardas. O censo de 1950 manteve as quatro categorias do último censo. O aparecimento da categoria racial indígena se deu no censo de 1960, que incluiu o termo “índia”, no entanto, somente para os indígenas de aldeamentos ou postos indígenas, sendo os demais classificados como pardos.

No censo demográfico de 1980, aparecem como categorias branca, preta, amarela e parda, porém as autodeclarações raciais dos indígenas não foram representadas e ficaram sob a categoria parda. Nesse momento de retorno à democracia após 20 anos da Ditadura civil-militar

no Brasil e a mobilização dos movimentos indígenas nos anos 1970, intensificaram-se as discussões sobre as violências sofridas por eles e a falta de informações oficiais no país, visto que o censo demográfico não dava a possibilidade de autodeclarar indígena. Após a luta dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988, são reconhecidos seus direitos originários à terra, autodeterminação, cultura e língua.

Em 1990, é incluída nas categorias raciais do censo do IBGE a categoria indígena. Contudo, mesmo com essa inclusão, dados sobre as terras indígenas, línguas faladas e número de etnias não foram coletados. Somente no censo de 2010 que foram incluídos dados sobre a etnia e língua falada, visando identificar a diversidade indígena no país⁴⁷.

As categorias caboclo, mestiço e pardo foram utilizadas para homogeneizar e era uma tentativa de apagamento das identidades indígenas levando a crer, a partir da observação dos dados, a inexistência dos povos indígenas no Brasil e os poucos remanescentes estariam em regiões isoladas do interior do país.

Sobre o sentido social do termo caboclo, Edviges Martha Ioris (2009), ao analisar o processo de etnogênese vivenciado pelos indígenas no rio Tapajós, nos Amazonas, esclarece que esse termo foi utilizado também para designar as pessoas como inferiores e negar a identificação. Neste sentido, “caboclo tem sido usado como categoria “em termos de ausências culturais, pelo que perderam, pelo que deixaram de ser, como resquícios de sociedades que sucumbiram (Ioris, 2009, p.227)”. Por ser uma categoria paradoxal, caboclo é uma ausência, mas também resultado do passado. Ioris (2009) destaca que por isso não foram considerados como sistemas sociais integrais. Isso impactou no âmbito político e acadêmico, visto que foi criada uma invisibilidade que gerou inexistência no estabelecimento de políticas públicas e documentais. Essa invisibilidade proposital estimula a ideia do curso natural desse grupo ao desaparecimento (Ioris, 2009, p. 228).

A categoria parda também vem sendo amplamente discutida por classificar pessoas miscigenadas ou fenótipo, sendo identificada como a miscigenação entre negros e brancos. Entretanto, a categoria parda foi utilizada para designar populações indígenas integradas à sociedade dominante. Essa inclusão como pardos tem sido questionada e repudiada por pessoas

⁴⁷ PETRUCCELLI, José Luís. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: (org.) PETRUCCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lucia. **Características étnico-raciais da população: Classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf> Acesso em: 06 de no. 2023.

com ascendência indígena, por ser usada para afastar seu pertencimento étnico e apagar a presença indígena no país⁴⁸.

Pesquisadores atribuem o crescimento demográfico indígena à mudança nas legislações estatais, no reconhecimento dos direitos das minorias e na promoção de políticas públicas que contribuíram para o combate ao estigma sobre as identidades indígenas. Etnias que haviam sido consideradas extintas começaram a vir à cena pública por meio de jornais, rádios, redes sociais e pesquisas acadêmicas desenvolvidas por eles próprios, visando o reconhecimento de seus direitos, valorização cultural e reparação histórica (Alberto Bartolomé, 2006).

Não obstante, Alberto Bartolomé (2006) esclarece que essa aparência após um longo período de “desaparição e extermínio” está intimamente relacionada aos estigmas, mas também a atenção dos pesquisadores, visto que durante muito tempo esses perceberam e pensaram somente a diferença cultural em relação à sociedade dominante e a fala de uma língua específica como elementos fundamentais do trabalho antropológico. A transformação cultural dos povos indígenas, por meio da adoção de características da sociedade dominante, implicava nessa perspectiva da perda da identidade indígena e, assim, não interessava aos antropólogos a investigação. As mudanças nas percepções das ciências sobre a cultura e a pressão social são fatores que contribuíram para o questionamento de paradigmas. E de outro lado, a aproximação entre a história e a antropologia tem contribuído para o avanço nos estudos historiográficos sobre o tema com um novo olhar sobre a História Indígena, com uma sensibilidade antropológica.

Portanto, por todo o continente americano, os indígenas lutam pela reparação histórica, pelo direito à terra, à vida, à memória e a contar sua história. No entanto, a narrativa e a representação construída pela colonização se sobrepõem à voz desses povos, sendo uma memória dominante, fragmentada e reducionista sobre a história e ação dos sujeitos indígenas. Diante desse apagamento da voz, história e ação dos povos indígenas no Brasil ao longo do século XX, principalmente, a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de unificação e organização de diversos povos indígenas em prol do reconhecimento de suas identidades e luta pelos seus direitos como a terra, como os povos Krenak e Puri no Estado de Minas Gerais. Esses povos, nos últimos quarenta anos, têm se reorganizado e lutado pela sua identidade, contra a narrativa histórica oficial de exterminados e aculturados perpetuada desde o século XIX. A

⁴⁸ MENDES, Karla. Não sou pardo, sou indígena: mobilização indígena para autodeclaração no Censo de 2022. In: **IHU Online: Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/610763-nao-sou-pardo-sou-indigena-mobilizacao-indigena-para-autodeclaracao-no-censo-de-2022>. Acesso em: 30 maio 2024.

memória desses descendentes constitui-se o principal elemento de reorganização e afirmação dessa identidade.

Hoje, nas cidades formadas a partir desses antigos aldeamentos, a memória familiar indígena preserva práticas medicinais, agrícolas e espirituais, que nutrem conhecimentos sobre o bioma da Mata Atlântica. Além de histórias sobre as violências infligidas sobre seus ancestrais⁴⁹. E são esses saberes e memórias afetivas que estão sendo mobilizados no tempo presente para a formação do pertencimento étnico Puri e luta contra o apagamento histórico. Mas o processo de ressignificação cultural Puri no presente está relacionado à presença viva dessas memórias que, mesmo fragilizadas pelas violências da colonização e do Estado brasileiro, orientam esse processo conflituoso de afirmações identitárias e busca por reparação histórica.

2.2 Estudos realizados sobre a etnogênese Puri

A etnogênese Puri começou a ganhar destaque no município de Araponga-MG a partir de um longo processo de luta em defesa de suas terras e do modo de vida da população rural do entorno da Serra do Brigadeiro⁵⁰. No final dos anos 1980, trabalhadores rurais da cidade de Araponga-MG se viram diante da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que resultaria na expropriação de suas terras (Barbosa, W., 2005; Silva, E., 2011). Diante dessa realidade, eles se organizaram para evitar que isso ocorresse. Assim, iniciou-se o processo de diálogo entre a população local e o Estado para encontrar um meio de criação do parque em benefício de ambas as partes⁵¹.

Em razão disso, temos o desenvolvimento da primeira pesquisa que analisou o processo de etnogênese Puri. Ela foi desenvolvida pelo educador e filósofo Willer Araújo Barbosa, entre

⁴⁹ FELISMAR. **Memórias Pury – Gemúmae Pury - Pai Nosso Pury – Pantxarré Pury: Lembranças de minha aldeia rural / Gemúnae unhúm birruã ambó-goára (gaambó-goára). Memórias da Aldeia Rural Pury de Fazenda dos Gregórios em Cruzeiro, Distrito de Tuiutinga, Município de Guiricema, Zona da Mata, Estado de Minas Gerais, Brasil.** Blog do Professor Felismar, 03/02/2011. Disponível em: <https://professorfelismar.blogspot.com/> Acesso em: 12 fev. de 2024.

LANA, Vanessa; LOBATO, Paloma Gabriele Fernandes. Tradições populares nos costumes e práticas de cura com plantas medicinais na contemporaneidade-Viçosa, MG. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 2, 2016.

⁵⁰ O Parque da Serra do Brigadeiro está localizado no extremo norte da Serra da Mantiqueira, pertence ao Bioma da Mata Atlântica, possuindo inúmeras nascentes que contribuem, por exemplo, para a formação das bacias hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul. A Serra do Brigadeiro possui diversos picos com altitude entre 1.870 e 1.985 metros. Além disso, o Parque abrange os municípios de Fervedouro, Miradouro, Ervália, Araponga, Sericita, Matipó e Divino–MG. Ver: **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Disponível em: <https://serradobrigadeiro.com.br/parque/>. Acesso em: 25 fev. de 2024.

⁵¹ O parque da Serra do Brigadeiro foi criado em 27 de setembro de 1996 por meio do Decreto n.º 38.319. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Disponível em: <https://serradobrigadeiro.com.br/parque/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

os anos de 2002 e 2005, na cidade de Araponga-MG. Barbosa (2005) buscou compreender como os descendentes dos indígenas Puri interpretaram e ressignificaram as memórias, práticas culturais e sociais de seus antepassados. Para isso, considerou como elemento chave de análise a estrutura de sentimentos⁵², isto é, os afetos e a sua capacidade de gerar ação coletiva.

Nessa região da Zona da Mata mineira, nos anos 1970 e 1980, os pequenos agricultores rurais católicos envolvidos com as Comunidades Eclesiais de Base-CEBs iniciaram uma organização sindical para lutar contra a espoliação de suas terras pelos grandes latifundiários de café da região. Nos anos 1990, ocorreu o debate sobre a criação do parque na Serra do Brigadeiro que ameaçava pequenos agricultores. Para conter esse processo, iniciou-se uma consulta pública para impedir as desapropriações de terras. Foi criado um conselho participativo que conseguiu manter as propriedades dos agricultores e o uso das áreas tradicionais de cultivo. Uma das soluções pensadas e implementadas foi a agroecologia⁵³, que já era empregada por esses agricultores em razão do conhecimento de seus ancestrais indígenas nesse espaço (Barbosa, W., 2005; Silva, E., 2011).

Confrontados com a instabilidade causada pela criação do parque, os moradores procuraram caminhos para demonstrar como suas terras eram heranças ancestrais e ligadas a todo um modo de vida da Serra do Brigadeiro. Nesse sentido, as memórias familiares sobre os indígenas irromperam sentimentos e traumas ancestrais na luta pela defesa do território, visto que a expropriação renunciada pela criação do parque foi compreendida como uma nova violência relacionada com a usurpação das terras indígenas pelos colonizadores. Além disso, o município de Araponga é conhecido como um lugar de resistência Puri no período colonial e, devido ao penteado do cabelo dos indígenas, era conhecido como Serra dos Arrepiados (Barbosa, W., 2005; Silva, E., 2011).

⁵² Conceito do historiador britânico Raymond Williams que designa o processo de formação social de grupos a partir do sentimento/pensamento. Assim, segundo Willians, somente na análise podemos ver um grupo social emergindo, pois geralmente nas suas formações a partir do sentimento/pensamento não são passíveis de serem "identificadas" até serem institucionalizadas. Desse modo, Williams argumenta que devemos observar o "sentimento tal como é pensado e o pensamento, tal como é sentido" para perceber essas formações antes de sua institucionalização. Ver. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979, p. 134.

⁵³ É um campo das ciências agrárias preocupado com a produção agrícola sustentável, considerando seu impacto sobre o ecossistema. A agroecologia possui princípios como rotação de culturas, uso de faixas, consorciação de culturas, adubação verde, cuidado com solo contra ações como erosão e intemperismo, cobertura vegetal permanente, uso de insumos químicos que não prejudicam o ambiente, diversificação e maximização das atividades econômicas das propriedades, estímulo a autogestão das comunidades por meio associações e cooperativas. Referência: Agroecologia – Conceitos. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI**. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/publicacoes/acervo-tecnico/agroecologia-conceitos#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Agroecologia%3F,proporcionando%20assim%2C%20um%20agr%20ecossistema%20sustent%C3%A1vel> Acesso em: 12 fev. de 2024.

A preocupação com a Natureza e o desejo desses pequenos agricultores de manterem suas terras, com o apoio de pesquisadores da área de agroecologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), levaram à proteção e valorização de conhecimentos tradicionais, bem como de pesquisas acadêmicas que resultaram no afloramento das identidades indígenas sem o estigma colonial. A partir de diversos encontros, criaram um espaço participativo original entre Estado e organizações locais para pensar projetos para a implementação do parque. Barbosa (2005) emprega em sua tese o conceito de “ecologia de saberes”⁵⁴ para compreender esse processo de afloramento da identidade Puri nessa localidade.

Nessa pesquisa, Barbosa (2005) tratou das relações interétnicas entre negros, indígenas e brancos de Araponga, nomeadas de “ameríndiafricanidade”, em seus processos de etnogêneses. A partir das memórias, a identidade Puri foi sendo afluída, principalmente nas práticas agroecológicas utilizadas por esses agricultores que foram herdadas dos indígenas Puri, como a diversificação e consorciação dos cultivos, uso de técnicas naturais para tratar doenças das plantas, seus parasitas e adubação verde. As atividades de extensão em agroecologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) contribuíram com esse processo. Em 2007, foi criada a Escola Família Agrícola-EFA Puri, que realiza ensino de agricultura familiar com base na agroecologia.

Em 2011, a arqueóloga Elisângela Silva realizou uma investigação sobre a etnogênese Puri nos municípios de Araponga-MG e Muriaé-MG, na comunidade de Graminha. Assim como Willer Barbosa (2005), Elisângela Silva (2011) realizou entrevistas e chegou em um momento em que as atividades dos Puri já estavam em um processo mais avançado de conscientização. A preocupação central da pesquisa foi pensar como a cultura material era interpretada e ressignificada pelos Puri e quais leituras faziam do passado. Outra questão discutida por E. Silva (2011) foi o uso da arqueologia na produção de discursos sobre a legitimação ou não das interpretações e identidades do passado⁵⁵. Nessa dissertação, E. Silva

⁵⁴ Ecologia de saberes, conceito cunhado por Boaventura de Sousa Santos para falar da pluralidade do conhecimento, para além do conhecimento acadêmico, existem outras formas de saberes que não são considerados tom como tais. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos defende que devemos ter de promover uma ecologia de saberes.

⁵⁵ A dissertação de mestrado intitulada “Arqueologia e coletivo indígenas: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro-Minas Gerais (2011)”, a arqueóloga Elisângela Moraes Silva buscou analisar esse campo de pesquisa a partir da arqueologia discutindo o papel desempenhado pela disciplina arqueológica na formação discursiva sobre a identidade étnica e nacional nos países latino-americanos no período pós-independências. Silva (2011) investigou também o processo de revalorização da identidade Puri na cidade Araponga-MG. Nessa pesquisa, Elisângela Silva (2011) realiza uma análise crítica ao fazer arqueológico e a construção de um discurso de verdade sobre a cultura material como meio para legitimar ou questionar a autenticidade histórica e identitária de um povo. E. Silva (2011) estabelece, assim, um diálogo crítico com o fazer arqueológico dos anos 1960 que se centrava em analisar e classificar os vestígios arqueológicos, negligenciando os outros significados daqueles vestígios para essas

(2011) analisou o emprego do termo “purizados” que os participantes utilizavam para falar de suas histórias e memórias. Nesse sentido, “purizados” se referia à formação multiétnica dos Puri e às influências de outras culturas na sua formação, tratando-se de uma ressignificação da miscigenação capaz de dar um novo sentido a esse sujeito indígena, em que as identidades Puri englobariam outros elementos culturais, mas tem como base a pertença Puri. Ademais, Elisângela Silva (2011) não realizou escavações arqueológicas, pois uma das demandas dos participantes da pesquisa é que não houvesse escavações devido à desconfiança de que os resultados da análise do solo atraíssem mineradoras para a região. Sendo assim, podemos perceber a preocupação dos moradores com o avanço das mineradoras na região.

Melissa Ferreira Ramos, em 2017 analisou as atividades promovidas pelos Puri na Semana do Fazendeiro na Troca de Saberes, evento que acontece todos os anos no mês de julho na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A Semana do Fazendeiro historicamente reúne agricultores e pesquisadores das áreas de Ciências Agrárias, Agroecologia e Zootecnia, sendo um espaço onde são oferecidos cursos de formação, venda de matérias agrícolas e apresentação de inovações nessa área. Os indígenas de Araponga organizam nesses eventos atividades de apresentação da cultura e do trabalho agroecológico realizadas no Parque da Serra do Brigadeiro, vinculados à criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRV.

Nesse trabalho, Ramos (2017) analisou o processo educativo organizado pelos indígenas Puri que resultou na fundação do Movimento de Ressurgência Puri em 2014. Ramos (2017) demonstra como os interesses dos indígenas em reaver direitos ancestrais, como à terra, à cultura, à língua, são sentidos na ausência de políticas públicas de acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, à locomoção e a infraestrutura por seus descendentes, que vivem no meio rural e urbano. Ramos (2017) utilizou como fontes entrevistas com membros indígenas Puri do grupo de estudo Geipó-UFV, debruçando-se sobre os sentimentos e ações despertados pelos descendentes nesse processo de ressurgência e concluiu que os saberes agroecológicos produzidos pelos ancestrais Puri permaneceram em seus descendentes e, que a partir dessa vontade ecológica, essa identidade também foi fortalecida.

comunidades. Além disso, E. Silva (2011) aborda e problematiza como a classificação das práticas cerâmicas dos povos indígenas no Brasil, esclarecendo que nos anos de 1960 as pesquisas realizadas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) desenvolvido entre 1965 e 1970 no Brasil, gestaram essas classificações em tradição Tupi-guarani e Macro-Jê, foram imbuídas de um viés hierarquizador que considerou a tradição Tupi-guarani mais desenvolvida e complexa em relação à Macro-Jê. A partir desse argumento, E. Silva (2011) retorna à discussão realizada pelo historiador John Monteiro em que as classificações coloniais Tupi *versus* Tapuia estão presentes também nos estudos históricos, arqueológicos, em decorrência da permanência desse imaginário colonial.

A dissertação "Entre o Machado do Curupira e Gameleiras Encantadas: Conservação da Natureza, Território e Identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006)", elaborada por Adailton Santos (2019), examina os debates entre cientistas, ambientalistas e comunidades locais durante a criação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Destaca-se a percepção das comunidades locais, que não apenas consideravam esse território como um recurso, mas também como seu lar, evidenciando a importância do reconhecimento das identidades vinculadas ao território, especialmente as dos Puri. Essa relação de respeito é relembrada através da identificação como "povo da mata".

A historiadora Juliana Frontelmo Soares (2022), em sua dissertação intitulada "A reconstituição da história do povo puri no Noroeste fluminense e os usos da memória ancestral - breve análise sobre Santo Antônio de Pádua e Miracema (séculos XVIII – XXI)", aborda a trajetória e a agência dos indígenas Puri nessa região, além de discutir o discurso de "extinção" e apagamento na historiografia. Soares (2022) destaca também a apropriação dos conhecimentos indígenas Puri pelos colonizadores, exemplificada pela comercialização da poaia ou ipecacuanha. Assim, como a desterritorialização sofrida pelos Puri está intimamente relacionada com o processo de devastação da Mata Atlântica, que resultou na transformação de seu modo de vida para uma busca pela sobrevivência. Apesar dos desafios enfrentados, demonstra que a presença física e cultural dos Puri é preservada através da memória, a qual é mobilizada na contemporaneidade em prol dos Direitos da Natureza e dos Povos Originários.

Recentemente, foi criado um projeto de lei n.º 1.133/2023⁵⁶ para alteração do nome do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro para Parque Estadual da Serra dos Puri pelo deputado estadual Whelton Pimentel de Freitas (PT). O projeto de lei segue em análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A justificativa desse projeto de lei n.º 1.133/2023 é reconhecer a presença indígena Puri e seus esforços de conservação ambiental e da biodiversidade desse território. Ademais, a proposta visa avançar do turismo ecológico à promoção do turismo cultural histórico.

O nome Serra do Brigadeiro foi dado em referência ao Brigadeiro Bacelar, supostamente responsável por estabelecer os limites da capitania de Minas, que teria ficado deslumbrado com a beleza dessa cadeia de montanhas. Em suas investigações sobre a história dessa serra, Adailton

⁵⁶Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Projeto de Lei nº 1.133/2023**. Dispõe sobre a denominação do Parque Estadual da Serra dos Puri o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. MG. Belo Horizonte, MG, 24 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=1133&ano=2023#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20n%C2%BA%201.133%2F2023&text=1%C2%BA%20%E2%80%93%20Fica%20denominado%20Parque%20Estadual.24%20de%20julho%20de%202023>. Acesso em: 1 mai. de 2024.

Santos (2019) assevera que a existência desse Brigadeiro Bacelar “não se respalda em fonte histórica de nenhuma natureza, seja ela oficial ou não, tornando-se um simulacro repetido entre os que estudam a história dessa serra (Santos, 2019, p.156)”.

Segundo Santos (2019), a substituição de topônimos indígenas por nomes pessoais evidencia as disputas em torno da história, memória e território. No contexto específico mencionado, a denominação “Brigadeiro” obscurece o passado da serra como território ancestral dos povos Puri e como local de resistência à colonização. Essa prática não apenas omite a presença e contribuição dos povos originários, mas também subverte a narrativa histórica, ignorando importantes aspectos da história pré-colonial e do processo de colonização na região.

Embora exista uma perspectiva positiva de alteração do nome do parque, existem críticas devido à ausência de consulta aos gestores estaduais e a todos os municípios que o parque engloba. Para Patrícia Laviola, gestora de turismo e cultura do parque, os problemas de infraestrutura desse espaço deveriam ser o foco de ação e não a alteração do nome, pois receia que isso poderá impactar na captação de recursos financeiros em razão da burocracia⁵⁷. Nesse sentido, não há consenso sobre a alteração do nome do parque pela PL n.º 1.133/2023 e podemos perceber como as disputas sobre a memória indígena e o território permanecem no tempo presente.

A região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é rica em bauxita, minério que, após o processo de refinamento, é a matéria-prima para a produção de alumínio. Segundo o professor Lucas Magno, do Instituto Federal de Educação do Sudeste de Minas Gerais-IFES-MG, solos com grande concentração de bauxita são porosos e por isso possuem capacidade de reterem a água das chuvas, sendo comum a existência de nascentes e reservatórios em regiões com a presença desse minério.⁵⁸ A mineração de bauxita requer a utilização de recursos hídricos e

⁵⁷ SERRA DO BRIGADEIRO. Deputado Cria Projeto De Lei Para Alterar Nome Do Parque Estadual Da Serra Do Brigadeiro. Portal Miradouro. 13/11/2023. Disponível: <https://www.portalmiradouro.com.br/site/2023/11/13/deputado-cria-projeto-de-lei-para-alterar-nome-do-parque-estadual-da-serra-do-brigadeiro/> Acesso em: 01 mai. de 2024.

⁵⁸ PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG). **Direitos Humanos e Mineração na Serra do Brigadeiro**, 23/10/2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/10/23_direitos_humanos_mineracao_serra_brigadeiro.html>. Acesso em: 05 mar. de 2024.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM). **Companhia Brasileira de Alumínio avança com projeto sem participação popular na Serra do Brigadeiro, MG** 13/10/2021. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2021/10/13/companhia-brasileira-de-aluminio-avanca-com-projeto-sem-participacao-popular-na-serra-do-brigadeiro-mg/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

TERRITÓRIOS LIVRES. **Territórios Livres: o direito a dizer não aos empreendimentos predatórios**. Disponível em: <https://territorioslivres.org/alternativas/territorios-livres-o-direito-a-dizer-nao-aos-empresendimentos-predatorios-5-2/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

escavação, ações que impactam diretamente na sua estrutura, captação e retenção hídrica⁵⁹ e, consequentemente, na produção agrícola na Zona da Mata Mineira, que é majoritariamente (cerca de 70%) realizada pela agricultura familiar. Ademais, agricultores e ativistas contra ação das mineradoras sofrem com constantes ameaças ao resistirem ao projeto de exploração, e as prefeituras dos municípios são pressionadas a aderir a esses projetos que associam a mineração ao crescimento econômico⁶⁰. Dessa forma, o crescimento da exploração de bauxita nos municípios da Zona da Mata Mineira⁶¹ impacta no patrimônio hídrico e paisagístico da região, composta por nascentes, cachoeiras e mares de morros que desapareceriam com a prática dessa atividade predatória.

A Zona da Mata Mineira foi instituída como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica pela Lei n.º 23.207 de 27 de dezembro de 2018, para promover o desenvolvimento sustentável, participação e protagonismo social, diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural e segurança e soberania alimentar⁶². Essa ação de promulgação da Lei n.º 23.207 de 2018 teve como objetivo assegurar a importância da agricultura familiar agroecológica para a economia regional, em contraponto ao avanço da mineração e do agronegócio na Zona da Mata Mineira.

Portanto, as memórias e identidades Puri compartilhadas nas redes familiares como de chás, preparos de alimentos, modo de cultivar a terra, contato com a natureza, costumes e histórias ainda são presentes e importantes para a manutenção da agricultura da região. E foram

BRASIL DE FATO. **Mineração de bauxita em MG: comunidades da Serra do Brigadeiro discutem projeto alternativo**. 26/11/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/26/mineracao-de-bauxita-em-mg-comunidades-da-serra-do-brigadeiro-discutem-projeto-alternativo>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

⁵⁹ PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG). **Direitos Humanos e Mineração na Serra do Brigadeiro**, 23/10/2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/10/23_direitos_humanos_mineracao_serra_brigadeiro.html>. Acesso em: 05 mar. de 2024.

⁶⁰ BRASIL DE FATO. **Minas Gerais. MG passa por dezembro de pressão para aumentar mineração**, 14/12/2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2018/12/14/mg-passa-por-dezembro-de-pressao-para-aumentar-mineracao>>. Acesso em: 05 mar. de 2024.

⁶¹ A área estimada com a presença de bauxita na Zona da Mata Mineira é 10.500 Km² com aproximadamente 150 milhões de toneladas desde o município de São João Nepomuceno até Manhuaçu. Para a extração da bauxita são necessários de um a dois meses o processo de lavar o solo e para recuperar o local de extração de 3 a 5 anos. Ver: GLOBO RURAL. **Entenda como é feita a extração de bauxita, matéria-prima do alumínio**. Globoplay, 2024. Vídeo de 6min36s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6233617/?s=0s>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GLOBO RURAL. **Área de extração de bauxita em MG é recuperada com mata nativa, café e pasto**, Globoplay, 2024. Vídeo de 7min12s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6233640/?s=0s>. Acesso em: 12 mar. 2024.

⁶² MINAS GERAIS. **Lei Ordinária n.º 23.207, de 2018. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata**. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Publicada em 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23207-2018-minas-gerais-institui-o-poloagroecologico-e-de-producaoorganica-na-regiao-da-zona-da-mata>. Acesso em: 05 mar. 2024.

essas memórias reavivadas, a preocupação ambiental e a crítica ao desenvolvimento predatório que resistem ao avanço do agronegócio e mineração nessa região.

3 CAPÍTULO III: HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO PURI NO PRESENTE

Em 2006, indígenas de diversas etnias se reuniram e iniciaram atividades culturais no antigo prédio do Museu do Índio, dando origem à aldeia multiétnica Maracanã⁶³, Rio de Janeiro. Desativado nos anos de 1980, estava abandonado quando acamparam em suas dependências, exigindo a revitalização do espaço para a população indígena. Entretanto, em 2013, o prefeito da capital do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, ordenou sua desapropriação para a construção de um estacionamento para os jogos da Copa do Mundo em 2014, ação realizada de forma violenta pela polícia militar e que contou com forte manifestação social, que impediu a demolição do prédio (Barreto, 2014). Os encontros foram essenciais para a intensificação da mobilização política dos indígenas.

Figura 3 - Foto da mobilização indígena contra a demolição do prédio do antigo Museu do Índio, hoje aldeia Maracanã



Fonte: Foto de Ricardo Casarini

Nas atividades de valorização cultural e histórica dos povos originários realizadas na Aldeia Maracanã e na luta contra a desapropriação e demolição do prédio, pessoas com ascendência Puri procuraram ajudar e participar. Elas também buscaram outros que se identificavam como Puri, visto que, por muito tempo, ouviram que essa etnia havia sido extinta⁶⁴.

⁶³ Em 2006, era chamado de Movimento Tamoio dos Povos Originários.

⁶⁴ LOPES, Carmelita Nâma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

Além desses encontros, os Puri usaram as mídias sociais para conhecer outras pessoas da mesma etnia. Muitos adicionaram Puri ao lado de seus nomes nos perfis, formando grupos no Facebook onde compartilhavam histórias e se conectavam, um dos percussores dessa ação foi Dauá Puri⁶⁵. A partir desses encontros e trocas nas redes sociais, eles souberam da mobilização dos Puri em Araponga-MG e se organizaram para participar do evento Troca de Saberes em Viçosa em 2013⁶⁶. Esse evento que ocorre na Universidade Federal de Viçosa (UFV), tornou-se um ponto de encontro para os Puri em busca de suas origens familiares e contato com seus pares. Diante desse contato, em 2013, Carmelita Ñamá Telikóng Pury propôs aos integrantes do Grupo Puri do Facebook, criado por Dauá Puri em 2012, a constituição de um “Movimento Social Identitário Organizado” dos Puri. Em 2014, essa proposta se consolidou com a criação do Movimento de Ressurgência Purí (MRP). O MRP foi estabelecido durante a 6ª Troca de Saberes (UFV), por meio de uma Assembleia que definiu sua Carta de Princípios, Código de Ética e Conselho Diretivo, este último composto pelos fundadores e representantes das seções regionais⁶⁷.

Segundo Carmelita Lopes-Ñamá Telikóng Pury (2023, 2024), o Movimento de Ressurgência Puri é um espaço de reafirmação identitária, não governamental e apartidário, que reúne e articula de forma descentralizada, em rede, parentes autodeclarados/autoidentificados dos Estados do sudeste brasileiro; e parceiros/aliados (pessoas físicas ou jurídicas) engajados em ações concretas pela etnia Puri, num processo permanente de busca e construção dessa identidade, do nível local ao nacional.

⁶⁵ LOPES, Carmelita Ñamá Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

⁶⁶ A Troca de Saberes é um evento anual que ocorre no mês de julho durante a Semana do Fazendeiro na Universidade Federal de Viçosa. A Troca de Saberes acontece desde 2009 oferecendo ao público “um conjunto de atividades que consiste na organização dos participantes em grupos temáticos, proporcionando-lhes a oportunidade de apresentar, socializar e discutir suas experiências cotidianas, conhecimentos tradicionais e práticas de sucesso na pequena produção. A Troca de Saberes faz o casamento entre o conhecimento técnico e o saber popular (UFV, 2020)”. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Semana do Fazendeiro. Troca de Saberes**. Disponível em: <<https://semanadofazendeiro.ufv.br/troca-de-saberes/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

⁶⁷ LOPES, Carmelita Ñamá Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

Figura 4 - Foto realizada na Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa com indígenas Puri



Fonte: Foto retirada de Diários da pandemia 8º: Opetahra e a ressurgência do Povo Puri, 2020.

Após a formação do Movimento de Ressurgência Puri em 2014, outros grupos foram criados, como o Puri Teyxokawa (Resistência Indígena Puri) em 2016, no Rio de Janeiro.⁶⁸ Em 2021, foi criado o Movimento Indígena de Retomada Puri-Uxo Txori da Zona da Mata mineira, quando sentiram a necessidade de tornar as atividades mais centradas nessa localidade, para facilitar o diálogo com o poder público e no processo de acolhimento identitário. Além disso, diferenças culturais entre os indígenas Puri das capitais e interior foram percebidas também nas formas de ações pela busca do reconhecimento da existência Puri. Desde 2015, participavam do Geipó e de outros movimentos Puri.

O Movimento de Retomada Puri Uxo Txori concentra suas ações nos municípios da Zona da Mata Mineira, realizando atividades de visitas às escolas, participação na Secretaria de Cultura de Viçosa e criação de um Acervo Biocultural em parceria com o grupo “Entre folhas” da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em 2021, durante a pandemia de coronavírus SARS-CoV-2/ Covid-19, organizaram uma Frente de Vacinação-FREVINA para a inclusão de

⁶⁸ BOECHAT, Simone. Movimento de Ressurgência Puri: Tem puri por aí?. *M1NewsTV*, 28/03/2019. Disponível em: <https://m1newstv.com/movimento-de-ressurgencia-puri/>. Acesso de 12 de fev. de 2024.

FERREIRA, Beatriz; BARBOSA, Amanda. Puri. *Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro*, sem data. Disponível em: <https://opierj.org/puri/>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

indígenas urbanos e não-aldeados nos grupos prioritários no plano de vacinação do município de Viçosa-MG. Dessa maneira, o objetivo do Movimento de Retomada Puri – Uxo Txori era tornar a comunicação direta com o poder legislativo, visto que as legislações de cada Estado ou município são diferentes⁶⁹.

Figura 5 - Indígenas Puri do Movimento de Retomada Puri Uxo Txori nos gramados da Universidade Federal de Viçosa



Fonte: Arquivo pessoal de Helenice Puri

Em 2023, conseguiram a inclusão dos indígenas nas vagas reservadas de processos seletivos e concursos da prefeitura de Viçosa-MG⁷⁰ e realizaram a 1ª Kanduna Puri⁷¹ em comemoração ao “Abril indígena”, com atividades artísticas, culturais e mesa redonda com as pautas de valorização da história/cultura Puri e a promoção de políticas públicas para os povos originários. A Kanduna Puri foi incluída no calendário cultural municipal.

Em 2024, aconteceu a 2ª Kanduna Puri com oficinas de plantas medicinais, alimentação, artesanato e a exposição “Origem” da artista Helena Joaquina Puri, refletindo sobre a cultura e

⁶⁹ JOAQUINA, Helena Puri. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Tempo: 1:46:06. Minuto 39’.

⁷⁰ FOLHA DA MATA. **Indígenas serão incluídos na Lei de Cotas do Serviço Público de Viçosa**. Disponível em: <https://www.folhadamata.com.br/cidade/noticias/indigenas-serao-incluidos-na-lei-de-cotas-do-servico-publico-de-vicosa>. Acesso em: 21 mar. 2024.

⁷¹ VICOSA. **Kanduna Puri celebra a cultura indígena da Zona da Mata**. Prefeitura Municipal de Viçosa. 15/04/2023. Disponível em: <<https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/kanduna-puri-celebra-a-cultura-indigena-da-zona-da-mata/165294>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

identidade. Como gesto simbólico de demarcação de Viçosa como território Puri foi colocada aos pés de uma Sapucaia (árvore sagrada para os Puri) na Praça do Rosário-Centro uma placa com *QRcode* que redireciona para o *site* da Prefeitura Municipal de Viçosa com um texto⁷² que conta a história dos Puri na região (Figura 7). Na 2ª Kanduna Puri foi apresentado o processo de reconhecimento de 13 comunidades Puri nas cidades da Zona da Mata Mineira, abrangendo cerca de 132 famílias⁷³.

Figura 6 - Foto da 1ª Kanduna Puri na Estação Cultural Hervé Cordovil



Fonte: Acervo digital da Prefeitura de Viçosa.

⁷² SECRETARIA de Cultura de Viçosa. O povo Puri em Viçosa. Disponível em: <https://cultura.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/o-povo-puri-em-vicosa/165900>. Acesso em: 5 de junho de 2024.

⁷³ JOAQUINA, Helena Puri. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Tempo: 1:46:06. Minuto 39'.

Figura 7 - Foto retirada durante a inauguração placa na 2ª Kanduna Puri na Praça do Rosário no Centro de Viçosa.



Fonte: Acervo digital da Prefeitura de Viçosa.

Os movimentos Puri são autônomos e realizam algumas atividades em conjunto para a Troca de Saberes e outros eventos. É preciso considerar a subjetividade das relações sociais existentes dentro do grupo e entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, existem pessoas que se autodeclaram Puri, mas que não integram nenhum movimento ou coletivo, participando esporadicamente de suas atividades. As comunidades Puri da Serra da Mantiqueira no Rio de Janeiro não se organizam em movimentos, mas estabelecem sua organização e processo de identificação/rememoração tendo Minas Gerais e o Vale do Paraíba como referenciais. Existe na região da Serra da Mantiqueira um coletivo de mulheres indígenas Puri chamado Instituto Pachamama-Inhã Uchô⁷⁴.

Assim, temos a presença de comunidades Puri nas cidades da Zona da Mata Mineira como Viçosa, Ervália, Barbacena, Muriaé, Rio Pomba, Araponga, Juiz de Fora, Divinésia, Guidoal, Guiricema, Mirai, Aimorés e Resplendor e no Rio de Janeiro, em São Fidelis, Resende na Serra da Mantiqueira e Fumaça, e nos Estados de Espírito Santo e São Paulo. Através das redes sociais e participação em eventos nacionais, os indígenas Puri se ligam a

⁷⁴ O Instituto Pachamama-Inhã Uchô, fundado em 2019, é um coletivo de mulheres Puri da Serra Mantiqueira, engajado na promoção da agenda dos povos originários e ambientais

outros povos indígenas em processo de luta por reconhecimento e reparação histórica como os Borum-Krem e Krenak, em Minas Gerais.

As lideranças Puri são exercidas de forma dispersa e organizada por localidade e redes de contato, não existindo uma “representação” unificada em uma pessoa. O Movimento Puri de Retomada Uxo Txori possui três lideranças divididas entre a Helenice Puri, Helena Puri e Heloísa Puri, para fins de agenciamento com os poderes políticos e administrativos do Município de Viçosa-MG e organização de atividades do Movimento.

Figura 8 - Integrantes do Movimento de Retomada Puri-Uxo Txori da Zona da Mata Mineira.



Fonte: Acervo pessoal de Helenice Puri.

A ideia de uma única liderança ou representação para todos os indígenas Puri é conflituosa, como podemos verificar em um acontecimento na cidade de Barbacena, no dia 24 de fevereiro de 2017, quando o indígena Puri autoidentificado “Cacique Taipuru” promoveu a ocupação da sede Superintendência Regional de Saúde juntamente com outros três indígenas Puri. Esse prédio está localizado nas terras da região da Sericícola, local reivindicado por eles como território Puri. A polícia militar foi do 9º BPM, foi acionada ao local e negociou em conjunto Secretaria Estadual de Direitos Humanos a desocupação do prédio⁷⁵. Essa ação

⁷⁵ Barroso em Dia. **Índios Puris reivindicam terras na Sericícola em Barbacena.** 27/02/2017. Disponível em: <https://barrosoemdia.com.br/politica/indios-puris-reivindicam-terras-na-sericicola-em-barbacena/>. Acesso em: 02 jun. de 2024.

promovida por Cacique Taipuru foi amplamente criticada pelos Puri, por ele se autodenominar Cacique e não reconhecerem sua autoridade. Apesar das críticas a essa tentativa de retomada territorial, a luta pela terra faz parte de um horizonte de busca por reparação histórica dos Puri. A população Puri hoje integra as camadas sociais mais baixas da estrutura econômica e social do Brasil, compartilhando da exclusão sofrida por outros grupos sociais. Ademais, a falta de um território dificulta a retomada de tradições espirituais, a coletividade e a realização de atividades dos grupos.

O reconhecimento de uma “representação” única é complexo, devido à desestruturação organizacional dos Puri pela colonização, lembrando que mesmo no período colonial, o uso do termo “nação” para etnias indígenas estava relacionado às relações geopolíticas dos portugueses com os indígenas. Não havia uma representação unificada para todos os grupos familiares da etnia no passado.

O uso do etnônimo Puri parte de uma ressignificação do significado colonial de “ousado” para um sentido positivo. Em entrevista com Helena Puri, discutimos que regiões que os registros históricos, como Rio Pomba-MG, são majoritariamente sobre os indígenas Coroados ou Coropós, eles utilizam o termo Puri. Uma das razões para isso está relacionada ao fato de o termo Coroado ser dado pelos portugueses a eles, portanto, a ressignificação do termo Puri é uma questão de fortalecimento político para reivindicar direitos e o reconhecimento do pertencimento indígena⁷⁶. Como apresentamos no primeiro capítulo, os etnônimos variavam conforme o contexto social, político, econômico e cultural. Além disso, Puri também foi utilizado para designar uma coletividade de povos indígenas, não sendo um nome de uma etnia específica, adotado para falar desse pertencimento indígena. No presente, o nome Puri é adotado para designar pessoas com ascendência indígena que se autodeclararam Puri.

No censo de 2010, a população Puri era de 675 indígenas, vivendo sua maioria na Zona da Mata mineira e no Rio de Janeiro. O censo demográfico de 2022 ainda não divulgou os dados por etnia. Dessa forma, não podemos fornecer dados precisos sobre o crescimento⁷⁷ do Povo Puri nesta última década, mas acreditamos que, em razão dos trabalhos educativos de resgate e valorização histórica e cultural, apresentarão um aumento da população Puri. Uma demonstração desse crescimento é a fundação dos movimentos e coletivos Puri em 2014, 2016, 2019 e 2021.

⁷⁶ JOAQUINA, Helena Puri. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Tempo: 1:46:06. Minuto 39’.

⁷⁷ Segundo Miguel Alberto Bartolomé (2006), pesquisadores atribuem o crescimento demográfico indígena às mudanças nas legislações estatais e aos movimentos sociais que geraram a promoção de políticas públicas com o reconhecimento das populações indígenas.

3.1 Protagonismo indígena e ações de revitalização da língua e cultura Puri

O ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação de indígenas em todo o Brasil nas últimas décadas contribuiu para o crescimento de pesquisas sobre a História e Cultura Puri e seus processos de etnogênese. Alguns membros dos movimentos Puri cursaram ou cursam a graduação em Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza (LICENA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) como Dauá Puri, Solange Puri e Helenice Puri. Além disso, com pós-graduações apresentamos Aline Rochedo Pachamama (Doutora em História), Raial Orutu Puri (Doutora em Antropologia Social e advogada)⁷⁸, Txâma Xambé Puri (Historiadora e mestranda em Linguística e Línguas Indígenas (UFRJ)⁷⁹ e Carmelita Lopes - Ñáma Telikóng Pury (Mestre em Linguística e Línguas Indígenas, doutoranda em Linguística (UFRJ)). Esse protagonismo indígena é extremamente importante, pois a narrativa historiográfica e acadêmica agora também está sendo produzida por eles mesmos.

A tradição oral apresenta seu potencial de enriquecer a nossa compreensão do passado, ao inserir nas pesquisas as experiências de vida dos antepassados herdadas por meio das memórias familiares. Como elucidada Aline Rochedo Pachamama,

A oralidade é uma estratégia de validação das experiências de um grupo, é a comunicação entre diferentes gerações, o autoconhecimento de nossas próprias raízes. Quando transcrita, a oralidade propõe o desenvolvimento de um registro sobre os processos históricos, que vêm sendo negados e silenciados na descrição tradicional da História pelo sistema colonizatório e por uma espinha escrita na perspectiva do outro, de “fora para dentro”. É importante sinalizar que, na chamada “cultura ocidental”, as histórias dos Povos Originários são marcadas por invisibilidades, silenciamentos, violências físicas e simbólicas. Faz-se necessário compreender os originários e seus remanescentes/descendentes em seu tempo e lugar, valorando suas experiências e narrativas, repensando e desconstruindo a memória de sua história registrada pela ótica do homem colonizador (Pachamama, A., 2020, p.12).

As pesquisas e atividades educativas desenvolvidas pelos indígenas Puri, via registros históricos escritos, mas principalmente por meio da oralidade, têm como características principais falar da própria história e contrapor a narrativa histórica produzida por não-indígenas sobre eles. Seu protagonismo nesse processo de ressignificação da identidade e história do povo Puri critica a perspectiva de “extinção” do povo e de sua cultura.

Em 2012, as atividades ligadas à agroecologia e à educação resultaram na criação do grupo de estudo dos Povos Originários-Geipó UFV, que promoveu atividades de pesquisa sobre

⁷⁸ PRESTES, Andréia Baía (Raial Orutu Puri), **Territórios Puri na contemporaneidade. [Post]**. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/post/territ%C3%B3rios-puri-na-contemporaneidade-por-andreia-baia-prestes-raial-orutu-puri>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁷⁹ PURI. Txâma Xambé. **Língua Puri – Kwaytikindo** Blogger Índios Puris. Disponível em: <https://www.blogger.com/profile/10802487404849614824>. Acesso em: 10 fev. 2024.

indígenas na Universidade Federal de Viçosa. Entre os seus membros, encontram-se estudantes indígenas Puri como Dauá Puri, Sol Puri, Suê Jani Puri, Rosa Puri, Helena Puri, Heloísa Puri, Helenice Puri e Carolina Nascimento Puri. O grupo de estudos foi formado por estudantes indígenas e não indígenas do LICENA-UFV.

Desde 2014, os Puri vêm se mobilizando no espaço acadêmico e Ensino Básico para escrever e publicar textos sobre suas perspectivas da história, por meio de um trabalho de contar suas memórias e experiências como indígenas no Tempo Presente. O diálogo promovido pela escrita indígena tem sido crucial para desconstruir o silenciamento imposto pela colonização. A contação de histórias e trabalhos artísticos feitos por indígenas Puri como o historiador Adriano Toledo Paiva⁸⁰, Zélia Balbina Puri, Helenice Puri, Aline Rochedo Pachamama, Dauá Puri, Carmelita Lopes-Ñáma Telikóng Pury, Raial Orotu Puri, Txâma Puri, Xipu Puri⁸¹ são ações políticas de resistência e valorização da história do povo.

Como resultado dessas ações, em 2020, foi criado o site do Centro de Memória do Povo Puri com o intuito de difundir conhecimentos sobre cultura e tradição, território, tecitura de histórias, língua Purí, etnomedicina e alimentação, memórias fotográficas e audiovisual, distribuídas em sementes com memórias vivas, registros históricos e trabalhos acadêmicos (Carmelita Lopes-Ñáma Telikóng Pury, 2024).

Criado, em 2023, pelo Instituto Pachamama, o “Projeto Inhã Uchô” realiza no espaço do Parque Municipal de Resende ou nas dependências do Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS), encontros com mulheres e homens Puri. Inspirado no modelo da Oca Pataxó, cedido por Arassari Pataxó, esse espaço se configura como um “lugar de memória” para o Povo Puri da Mantiqueira, promovendo o fortalecimento dos laços identitários e culturais por meio de atividades artísticas, cursos e seminários. O ambiente do projeto “Inhã Uchô” é destinado à escuta e ao compartilhamento de percepções, sentimentos e memórias, além de registrar fragmentos do idioma e difundir a história e cultura Puri nas cidades da Serra da Mantiqueira. Ademais, são conduzidos estudos de outros idiomas indígenas, atividades em escolas e com a população local, sendo o espaço acessível à sociedade não indígena e aos aliados. O projeto

⁸⁰ O livro 'Titinhan Puri - A vovó Puri', publicado em 2021 por Adriano Paiva, retrata os conhecimentos, saberes, memórias, costumes e histórias Puri transmitidos ao autor por sua avó, Maria Aparecida Alvim. A obra revela a riqueza da cultura familiar e do patrimônio cultural dos ancestrais Puri, destacando a vivacidade desse povo através das narrativas e tradições compartilhadas por sua avó.

⁸¹ Citei somente alguns, mas todos os envolvidos nos Movimentos Indígenas realizam essas atividades. BORJA, Isaias (Xipu Puri). **O passarinho que viu o vento**. (ebook). Amazon kindle, 2022. Disponível em: <https://tomaaiumpoema.com.br/isaias-xipu-puri-borja-lanca-livro-de-contos-em-kwaytikindo-idioma-puri/> Acesso em: 21 mar. de 2024.

também aborda a questão ambiental, buscando promover a reconexão com a natureza mediante atividades educativas⁸².

Devido ao estigma e políticas de implantação do português como língua oficial, os falantes foram fortemente afetados, entretanto, por meio da oralidade e de registros realizados por viajantes europeus durante o século XIX, têm-se feito um trabalho minucioso de recuperação de palavras Puri e aspectos da religião, cosmologia, modo de vida e cantos. Como enfatiza Aline Pachamama (2020), a língua é importante para a construção identitária “como um repositório para a singularidade das identidades, a história cultural, as tradições e memória, como defendido no artigo 216º da Constituição Federal de 1988 (2020, p.64)”, sendo parte do patrimônio cultural brasileiro. A proibição e o estigma colocado sobre a língua Puri resultou na sua perda, mas a oralidade mantém as tradições culturais e históricas do povo.

Em 2023, os indígenas do grupo Puri Teyxokawa (Resistência Indígena Puri) ganharam o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, 35ª edição em 2022⁸³ do IPHAN, pelo desenvolvimento do “*Projeto Txemim Puri; Promoção, registro e preservação da história, língua e cultura indígena Puri*, iniciado em 2018 para a salvaguarda a língua Puri (Kwaytikindo)” e reestabelecer ao nível fluente a conversação na língua Puri. Publicaram gratuitamente o primeiro vocabulário em língua Puri, músicas e o primeiro curta-metragem feito por indígenas Puri⁸⁴.

Em novembro de 2022, 29 etnias, entre elas os Puri, participaram do “*II Seminário Internacional Viva Língua Viva*” realizado na Universidade Federal do Pará, cuja temática foi “*Revitalização de Línguas: Por que e como fazer?*”⁸⁵. O evento foi realizado após a promulgação da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2023) pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção de ações de revitalização, proteção e divulgação das línguas indígenas, reafirmando o compromisso dos Estados Nacionais com a preservação de suas culturas e conhecimentos⁸⁶.

⁸² Instituto Pachamama. **Projeto Inhã Uchô**. Disponível em: <https://institutopachamama.org.br/#inha_ucho>. Acesso em: 25 mai. 2024.

⁸³ O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é realizado pelo IPHAN desde 1987 para premiar iniciativas sociais de valorização do Patrimônio Cultural brasileiro.

⁸⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Projeto resgata a fluência de indígenas na língua Puri**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/projeto-resgata-fluencia-de-indigenas-na-lingua-puri>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁸⁵ Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). **II Seminário Internacional Viva Língua Viva é sediado na UFPA, com participação de 29 etnias indígenas**. Disponível em: <http://ipol.org.br/ii-seminario-internacional-viva-lingua-viva-e-sediado-na-ufpa-com-participacao-de-29-etnias-indigenas/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁸⁶ Cátedra UNESCO de Diversidade Cultural e Diálogo Interreligioso da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2023)**. Disponível em:

Como forma de respeito aos ancestrais e valorização da cultura, os indígenas Puri têm se organizado e pesquisado em fontes coloniais, registros da língua Puri como as cartas, relatos de viajantes que estiveram em contato e que registraram cantos, histórias e práticas dos Puri. Os pesquisadores Puri Txâma Xambé Puri, Tutushamum Puri e Xindêda Puri, no artigo “Kwaytikindo: retomada linguística Puri (2021)” são integrantes do Movimento Resistência Indígena Puri Teyxokawa, que consolidaram um grupo de pesquisa sobre a história, cultura e língua Puri. Nesse artigo, abordam o processo de revitalização da língua Puri, que foi por um longo tempo reduzida a um vocabulário com mais de cem palavras. Os objetivos dos descendentes eram resgatar a língua através da prática coletiva de cantos rituais do povo Puri, atividade essencial para identidade e espiritualidade do povo Puri. A revitalização da língua para conversação é uma questão delicada para os Puri e tema de divergências.

Essa atividade de pesquisa da língua Puri a partir de informações registradas pelos viajantes trazem implicações para a sua revitalização, pois eles não informam em seus escritos quem eram seus informantes, podendo o vocábulo registrado não ser utilizado por indígenas, mas está inserido no cotidiano a partir da colonização (Silva, A.; Lopes, 2020).

Como a língua Puri foi considerada extinta, não se imaginava que houvesse memória da língua. Contudo, Antônio Marcos Dutra da Silva-Tindaíuô Kongré Pury e Carmelita Lopes-Ñáma Telikóng Pury (2020) apresentam o processo, realizado pelo Prof. Dr. Felismar Manoel-Nhãmânrrúre Stxutér Kaiá Pury, nascido em 1939 numa aldeia rural próxima ao Povoado Cruzeiro dos Gregórios, distrito Tuiutinga, município de Guiricema-Minas Gerais. Ele é a terceira geração da sua família Puri e vem realizando o trabalho de rememoração da língua, histórias, orações e o uso de plantas medicinais sendo o último falante da modalidade Puri da região de Guiricema (Lopes, 2024).

No presente século, uma nova geração de pesquisadores, entusiastas e indígenas Puri se voltou para os registros dos coletores e dos trabalhos acadêmicos, deixando em segundo plano, o conhecimento da história oral, a memória dos idosos enfim, os saberes dos mais velhos que permaneceu ainda desprestigiada. Tal situação perdurou até que o historiador Marcelo Lemos apresentou Felismar Manoel (Nhãmânrrúri Schuteh) a comunidade Puri. Nascido em 1939, criado em aldeia, integrante da terceira geração de originários Puri da Região da Fazenda dos Gregórios – Cruzeiro - Guiricema, (zona da mata) MG. **Felismar Manoel punha em xeque o coletivo imaginário de que não havia nenhuma memória viva da língua, e que, portanto, nossos anciãos de segunda ou terceira geração após o modo de vida tradicional, tinham muito a ensinar enquanto lembradores.** E é esse lembrador Felismar Manoel (Nhãmânrrúri Schuteh), nosso Ope-antha, que, no impulso de apenas contar suas histórias, suas memórias, foi nos trazendo suas lembranças de palavras em língua Puri que eram usadas em sua região e aos poucos nós, ainda que tardiamente, fomos descobrindo o tesouro que trazia (Silva; Lopes, 2020 - Grifos nossos).

Em 2022, o senhor Felismar Manoel publicou o livro “Falares e Fazeres do Povo Pury na Tradição da Comunidade Rural da Região de Guiricema/MG”, organizado por Carmelita Lopes-Ñama Telikóng Pury, resultado de sua pesquisa de Mestrado Profissional em Linguística e Língua Indígenas/PROFLIND da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Essa obra apresenta 1.130 vocábulos, expressões e fazeres dos Puri de três aldeias da região de Guiricema registrado no sistema da língua em portuguesa ensinada por seu tio-bisavô Juka Pury (Lopes, 2024)

Outra iniciativa dos Puri é a criação musical a partir dos registros de viajantes sobre a língua de seus antepassados. A música *Ho Ho Bugre* é um exemplo, ela foi composta por Jurandir Puri em Araponga-MG a partir dos registros de Alberto de Torrezão⁸⁷ com o auxílio das lembranças dos mais velhos da comunidade. O senhor Neném, Dauá Puri e Jurandir em Araponga criam músicas com o uso de instrumentos feitos de taquara⁸⁸ (Ramos, 2017). Nos grupos Puri, as músicas são compostas e aprendidas pelos mais novos. Além disso, em 2016, Dauá Puri publicou o primeiro livro de poemas bilíngue Puri/Português “Tempo de Escuta – Alkeh Poteh e Histórias infantis”⁸⁹, e lançou o primeiro CD de músicas em Puri, “Uhtl’Ana- Os sons da viola de taquara”, em 2022.

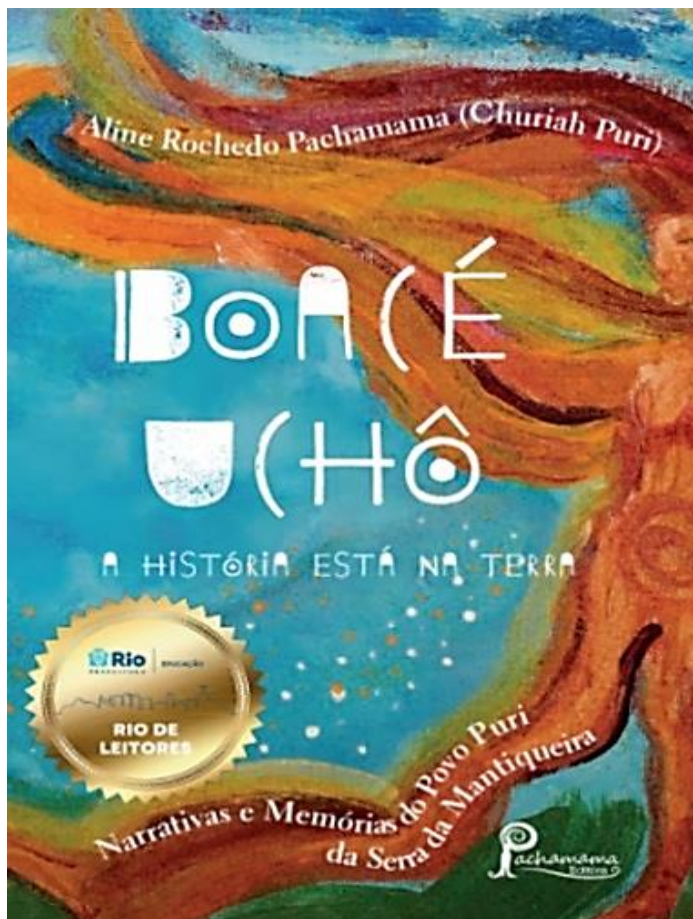
A produção literária e histórica Puri é realizada por diversos pesquisadores indígenas, como a historiadora e escritora Aline Rochedo Pachamama que através da Literatura busca reconstruir e reelaborar a cultura Puri no presente. A editora *Pachamama* criada por ela em 2016, publica diversos contos, poemas e outros gêneros literários sobre a cultura indígena e antirracismo. O livro “*Boacé Uchô*” que significa em Puri “Palavra-terra” ou “Palavra que pulsa” é escrito por Aline Pachamama, que reúne memórias e histórias dos indígenas Puri e visa reafirmar a existência do Povo, recebeu o Prêmio Rio de Leitores. Os trabalhos de Zélia Balbina Puri (2020) também figuram nesta mesma perspectiva da memória indígena Puri.

⁸⁷ TORREZÃO, Alberto de Noronha. 1889. Vocabulario Puri. Rio de Janeiro: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo LII, Parte 1a., p. 511-514. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:torrezao-1889-puri> Acesso em: 08 jun. 2024.

⁸⁸ A taquara é uma espécie de bambu (*Guadua chacoensis*) utilizada pelos Puri.

⁸⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Livro indígena “Alkeh Poteh - Poeira de luz”. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/radio/arquivos/044399.shtml>. Acesso em: 1 ago. 2024. RADIO YANDE. **Identidades negadas – Última parte**. Disponível em: <https://radioyande.com/identidades-negadas-ultima-parte/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

Figura 9 - Capa do livro Boacé Uchô: A História está na terra de Aline Rochedo Pachamama (Churiah Puri), 2020.



Fonte: Editora Pachamama

Através do Instituto Pachamama, criado por Aline Rochedo Pachamama, vêm sendo desenvolvidos projetos de educação ambiental como *“Ecologia é ciência, e nós, indígenas, a praticamos. Como Inhã Uchô, a ecologia dos Povos Originários contribui para o desenvolvimento científico?”*. Criado em 2023, o projeto é apoiado pela FAPERJ e Instituto Serrapilheira. O Instituto Pachamama, por ser um espaço de educação e memória, foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus como “Ponto de Memória”, pelo desenvolvimento de pesquisas sobre a história, cultura e língua do povo, recuperando e difundindo saberes e conhecimentos sobre a natureza e propondo uma nova relação com a terra. Nesse contexto, essas pesquisas e projetos visam à decolonização do pensamento, são

orientados por políticas de reparação histórica e reconhecimento da identidade indígena, questionando a academia ocidental que insiste na colonização de corpos e saberes⁹⁰.

Por fim, a revisão de pressupostos teóricos embasados em visões estereotipadas promovida pela historiografia atual e o protagonismo indígena propõe novas abordagens teóricas-metodológicas sobre a história dos povos originários, focalizando nas ações conscientes, visando apreender a dinamicidade do mundo colonial e das complexas relações do Tempo presente.

3.2 Identidade Puri em contexto urbano

A afirmação da identidade indígena em contexto urbano no Brasil é um dos desafios encontrados para o reconhecimento de seus direitos sociais, políticos e civis. Para os povos dados como extintos pela historiografia oficial, a afirmação identitária é perpassada pela luta constante para “provarem” que ainda existem.

O imaginário social construído do indígena como oposto à cidade teve sua formação no período colonial, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, em que as cidades representariam a civilização, o progresso e a modernidade. Enquanto, o campo e as florestas, chamadas de sertão, representariam o atraso, o passado e o caos, um espaço dos indígenas inimigos (Amantino, 2009). No século XIX, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tinha como objetivo promover pesquisas sobre a história do país, recém independente, para a formação da nacionalidade brasileira. Concomitantemente, foi construído um discurso que percebia o indígena desaparecido, aculturado, exterminado e integrado à sociedade brasileira.

Durante o período literário denominado de Romantismo, se construiu o imaginário do indígena como um “bom selvagem” concebido como parte integrante da natureza e não da cultura. Nesse contexto, se constrói a imagem do indígena oposto à cidade, isto é, a cidade como representação e concretização dos ideais de progresso, cultura e modernidade. As identidades e culturas indígenas foram relegadas ao passado, concebidas como estáticas e a-históricas (Oliveira, J., 2016).

O historiador indígena Tupinambá Casé Angatu-Carlos dos Santos em seu artigo intitulado “Ser essa terra: São Paulo cidade indígena” - exposição no memorial da resistência trata da (re)existência dos povos originários na capital paulista (2020)” apresenta e discute o

⁹⁰ Instituto Pachamama. **Projeto Inhã Uchô**. Disponível em: <https://institutopachamama.org.br/#inha_ucho>. Acesso em: 25 mai. 2024.

processo de construção da exposição sobre a presença indígena na cidade de São Paulo e o apagamento por meios dos discursos de mestiçagem, aculturação, extermínio e a perspectiva/projeto nacional de integração dos povos originários à cultura dominante.

No final do século XIX e no início do século XX, a difusão de ideias eugenistas contribuíram para o desenvolvimento de uma política de embranquecimento da população brasileira através do incentivo da vinda de imigrantes europeus e a perseguição de “vivências socioculturais, tradições e territórios populares que remetiam à presença indígena, negra, caipira, cabocla na futura metrópole (Angatu, 2020, p. 129)”. A partir desses acontecimentos, Casé Angatu (2020) afirma que foi construído um discurso sobre a cidade de São Paulo ser constituída somente por uma população branca herdeira da cultura europeia, moderna e progressista.

A curadoria da exposição “Ser essa terra: São Paulo cidade indígena” foi organizada por vinte indígenas de diferentes etnias buscando demonstrar que a cidade de São Paulo é “também uma Cidade Indígena, repleta de memórias, territorialidades, identidades e vivências passadas e atuais dos Povos Originários (Angatu, 2020, p. 118)”. Ao contrário da perspectiva de desaparecimento e ausência dos indígenas nos meios urbanos, os dados do Censo Demográfico de 2022 demonstram o crescimento da população indígena e o maior percentual de indígenas nos centros urbanos é na região Sudeste, sendo a cidade de São Paulo com uma população de aproximadamente 19.777 mil indígenas.

A negação da identidade indígena em contexto urbano é tratada por Christian Teófilo da Silva (2021) em relação ao reconhecimento do direito à terra de indígenas da comunidade multiétnica Santuário dos Pajés em Brasília-DF e a gerência da FUNAI. Nesse caso, a FUNAI adotou uma postura de não reconhecimento das identidades indígenas e do seu direito à ocupação tradicional da terra, justificada por estarem em contexto urbano.

Essa negação da identidade indígena está amparada nas políticas indigenistas construídas ao longo da colonização, em que descreviam e classificavam quem era e o que era ser indígena, criando “regimes de indianidade”. Segundo Christian Silva (2021), os “regimes de indianidade”

resultam historicamente das ideologias indigenistas próprias de cada país que adota discursos e práticas, ora de integração ora de reconhecimento, das populações colonizadas, através de normas, regulamentações, leis, políticas etc., com o objetivo de criar e manter a ideia de um Estado nacional moderno e coeso. Dito de outro modo, os regimes de indianidade referem-se a paradigmas administrativos de gestão da diversidade indígena. (Silva, C., 2021, p. 14).

Christian Silva (2021) elucida que esses “regimes de indianidade” são impostas aos povos originários com a roupagem de proteção estatal em uma prática paternalista, negando o direito de autodeterminação de sua identidade, constituindo-se uma violência estatal. Estão inseridos nesse "regime de indianidade" o Serviço de Proteção aos Índios-SPI (1910) e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio-FUNAI (1967) criada durante a Ditadura Civil Militar⁹¹.

Christian Silva (2021) explícita que o Estatuto do Índio (Decreto-Lei 6.001 de 1973) estabeleceu definições sobre o que era a identidade indígena, classificada como silvícola, isolada, em processo de transição/aculturação ou totalmente aculturada. Com base nessas classificações, a identidade indígena esteve nas mãos dos agentes indigenistas sobre a legitimidade de sua identidade. Assim, C. Silva (2021) demonstra que os “regimes de indianidade” expressos, por exemplo, no Estatuto do Índio mesmo sendo extinto com a promulgação dos Art. 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 não aboliu as práticas de tutelares dos agentes indigenistas, visto que, permanece na prática o discurso assimilador e colonizador sobre os povos originários.

C. Silva (2021) argumenta que a negação da identidade, o não reconhecimento de direitos civis como à autodeterminação, à liberdade, os direitos sociais e políticos dos povos indígenas advêm “da prática tutelar do indigenismo brasileiro, de ontem e de hoje (Silva C., 2021, p.13)” que sucedem em uma prática colonizadora interna e mantém a cidadania indígena em estadia,

Uma vez aferido o status (isolado, em vias de integração ou integrado) dos indígenas, suas possibilidades de sobrevivência e acesso a direitos e políticas dependerá do lugar onde se vive, se dentro ou fora de uma área administrada pelo

⁹¹ Destacamos a construção de um discurso e projeto desenvolvimentista produzido durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, que resultou na morte de mais de 7 mil indígenas para a concretização desse projeto. O Relatório Figueiredo (1967) apresenta os processos de extermínio, prisões, remoções forçadas e violências físicas praticadas por agentes indigenistas e do Estado contra as populações indígenas em todo o território brasileiro durante a existência do Serviço de Proteção Indígena (SPI) e a Ditadura Civil-Militar. Podemos perceber a continuidade desse discurso desenvolvimentista sobre a natureza e os territórios tanto em governos de esquerda quanto de direita, como na construção da Rodovia Transamazônica, Usina Hidrelétrica de Itaipu (1984), Transposição do Rio São Francisco (2005-atual), Usina Hidrelétrica de Belo Monte (2016) e a expansão do agronegócio para o cerrado e a Amazônia. Além disso, os crimes causados pela mineração no estado de Minas Gerais nos últimos anos, com o rompimento das barragens de rejeitos das mineradoras Samarco e Vale, resultaram na morte de milhares de pessoas e na poluição do Rio Doce, sagrado para o povo Krenak, chamado de Watu, e para o povo Puri, Nhãmãtuza Orum Butã. No livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, o indígena Ailton Krenak discorre a respeito da importância sagrada do Rio Watu, das montanhas, das plantas, do céu e, conseqüentemente, de todo o território e paisagem que compõem a aldeia Krenak. Além disso, argumenta como a destruição da natureza e, conseqüentemente, da paisagem por esse discurso desenvolvimentista, através do desmatamento, poluição, obras de infraestrutura, mineração e agronegócio, por exemplo, coloca a vida de todos nós em perigo em prol do projeto de desenvolvimento preconizado pelo capitalismo.

GOMES, Amélia. **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. (2024, 22 de abril). Povo Puri lança protocolo de consulta e exige reconhecimento.** Recuperado de <https://mab.org.br/2024/04/22/povo-puri-lanca-protocolo-de-consulta-e-exige-reconhecimento/>

Estado que seja também definida como indígena. A isto podemos chamar não de cidadania, mas de “estadania”, condição que torna o indígena sujeito de direitos apenas quando situado em uma unidade territorial gestada e gerida pelo Estado como “tradicionalmente indígena”, em conformidade com as definições prescritivas de “ser índio” reguladas pelo Estado (Silva, C., 2021, p.13).

É perceptível que os indígenas em contexto urbano não dispõem de acesso aos seus direitos básicos como acesso ao sistema de saúde, pois muitos não tem sua identidade reconhecida por não habitarem o meio rural ou as “florestas”. Esse pensamento resultou na negação ou recusa administrativa de lidar com a identidade étnica de pessoas e coletividades que se autoidentificam como povos indígenas, recusando-lhe, por conseguinte, os direitos, serviços e recursos que lhes seriam previstos, sendo esse processo denominado de “políticas de não-reconhecimento⁹²” (Silva C., 2021, p.13).

Nesse contexto, podemos perceber a formação de um discurso da identidade e cultura indígena como estáticas, isoladas e em vias de extinção pelo contato cultural com a sociedade dominante, sem considerar os processos históricos e o caráter dinâmico e adaptativo da cultura e identidade. Neste ponto, apresentamos como o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais dos povos indígenas esbarram no processo de “hiperindianismo” e o “caboclo”, isto é, dentro desse discurso colonizador muitos são levados a performar uma identidade cultural indígena estereotipada ou adotar a performance de aculturado, caboclo.

O Recenseamento Demográfico Brasileiro (RDB) desenvolvimento após a pandemia de coronavírus em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou ao país em 2023 os dados da população. Esses dados do RDB registraram uma população de 203,1 milhões de habitantes no Brasil, 1.694.836⁹³ são autodeclarados indígenas e 1.071.992 residem fora de suas terras, correspondendo a 63,25% dessa população. Segundo os registros, a região sudeste possui 123.434 indígenas, com 101.909 deles residindo fora de suas terras, sendo o percentual mais elevado do Brasil, com 82,56%.

3.3 Movimentos Puri: Identidades e memória familiares

Nosso contato com os indígenas Puri se iniciou via um post nas redes sociais de obras de arte produzidas por Helena Joaquina Puri em maio de 2022 na conta do Instagram do Movimento Indígena de Retomada Puri-Uxo Txori da Zona da Mata mineira. Entramos em

⁹² Christian Teófilo Silva emprega o conceito de “políticas de não reconhecido” do antropólogo canadense Bruce Granville Miller. Para saber mais: MILLER, Bruce Granville. *Invisible indigenes: the politics of nonrecognition*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2003.

⁹³ Panorama do Censo de 2022 gráficos e tabelas: população indígena, por localização do domicílio, grupos de idade e sexo- IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=4> Acesso em: 01 jun. 2024.

contato por meio das redes sociais com Helenice Puri, que é uma das lideranças do Movimento de Retomada Puri juntamente com suas filhas Helena Puri e Heloísa Puri. As conversas foram online em razão das medidas de distanciamento devido à pandemia de SARS-CoV-2 (Coronavírus 2019).

Em julho de 2022, assistimos às mesas temáticas organizadas pelos Puri na Troca de Saberes, no formato online, que reuniu indígenas de movimentos e coletivos Puri. Em agosto de 2022, fomos convidadas a participar de uma reunião do Movimento Puri Uxo Txori nos gramados da UFV onde realizaram cantos e contaram sobre suas histórias familiares, religião, o respeito a natureza e aos ancestrais e o preconceito e a descrença que sofrem por assumir sua identidade indígena Puri que impedem acesso aos direitos assegurados pela Constituição de 1988.

O objetivo principal da pesquisa era compreender quais atividades os Puri realizavam para a retomada étnica e a relação da história familiar na formação identitária. Para isso, realizei quatro entrevistas com mulheres indígenas Puri: Carmelita Lopes-Ñáma Telikóng Pury, Helenice Puri, Helena Puri e Aline Rochedo Pachamama. A Carmelita Ñáma Telikóng Pury é uma das fundadoras do Movimento de Ressurgência Puri, Helenice Puri e Helena Puri são umas das fundadoras do Movimento de Retomada Puri-Uxo Txori da Zona da Mata e a Aline Rochedo Pachamama é historiadora e fundadora do coletivo Inhã Uchô e participa de movimentos de povos originários e causas ambientais.

Três entrevistas foram gravadas no Google Meet e a última realizada por áudio, com aproximadamente 10 horas de entrevistas realizadas entre agosto de 2023 e maio de 2024. Além das entrevistas, foram feitas conversas pessoalmente ou pelo *WhatsApp*. Como o objetivo era compreender a formação identitária Puri, foram realizadas entrevistas de história de vida com um roteiro semiestruturado com seis perguntas para orientarmos: 1. Você ouvia histórias sobre indígenas Puri durante sua infância? 2. Como foi esse processo de se identificar como indígena Puri? A família concorda? 3. Qual é o maior desafio do presente para o reconhecimento da identidade Puri? 4. O ingresso no ensino superior contribui para o fortalecimento dos movimentos indígenas? 5. Vocês têm contato com indígenas de outros estados brasileiros? 6. Para você, sua história familiar influencia na sua identidade como indígena?

A primeira entrevista foi realizada com Carmelita Lopes-Ñáma Telikóng Pury no dia 25 de agosto de 2023. Nascida em Cataguases-MG, em 1957.

Sou trineta de Custódia, negra Pury “pega no laço⁹⁴”, e adotada⁹⁵ na Serra da Onça, em Guidoal, Minas Gerais (MG); sou bisneta de Rosa, negra Pury, e Régio, de Cabo Verde, também esses mantidos na Serra da Onça; sou neta de Delfina, empardecida, de Guidoal (MG), e José Cabeleira, empardecido, de São Geraldo (MG), filho de cigana com “negro china⁹⁶”; sendo eles pais de Vivaldina, empardecida, também nascida em Guidoal (MG), que pariu a mim, Carmelita, empardecida, autodeclarada Pury, nascida em Cataguases (MG).⁹⁷

No sistema de apadrinhamento, foi adotada “sem papel passado” por uma família no Rio de Janeiro. Cresceu sem contato com sua mãe. Esse contato foi retomado na juventude quando ouviu as histórias de sua mãe sobre a família ser Puri. Carmelita é graduada em Pedagogia e Letras pela FINAM – RJ e pós-graduada em Especialização em Gerência de Projetos pela FGV e Mestre em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND) do Museu Nacional – UFRJ. Atualmente é doutoranda pelo (PROFLLIND). Neste trecho, Carmelita Ñáma Telikóng Pury, a partir das histórias contadas por sua mãe fala das suas avós e bisavós

Então foi na idade adulta... foi na minha juventude que tive contato com a minha mãe. Numa dessas conversas com ela, eu queria saber da minha origem, né? Isso eu acho que é uma coisa muito importante. Interior de cada um? Quando a gente não sabe de onde vem. Concretamente. Para quem sabe, isso é cotidiano. Nem passa percebido. Não... não valoriza, porque já faz parte do seu. Quando não faz parte do seu, isso faz diferença. A identidade, isso. Né? Quem sou eu, né? E aí eu fui perguntar a minha mãe, né? Sobre a nossa história, já que eu não tinha muito contato com ela. E aí foi quando ela diz. À medida que ela ia dizendo eu ia escrevendo. Então, resumindo, pra também não demorar tanto nessa parte, né? Então, quem sou eu, a minha trisavó. Foi caçada em Guidoal-MG. Precisamente, Serra da Onça. Junto ficou lá a geração de minha trisavó, bisavó, avó e minha mãe. A minha mãe também nasceu em Guidoal. Depois que foram para Cataguases. E aí é... Uma coisa que ela (disse) que eu achei interessante. Característica da minha avó. Era que ela era chefe da família. Família em termos de não só ela... Os irmãos todos, eram ela que mandava. Isso eu fui saber depois, tá? Não fui saber como minha mãe, não. Então quando ela se cansava da fazenda de Cataguases, por exemplo. Se aborrecia, sei lá, por qual motivo ou o que acontecia? Ela juntava a família toda e ia embora e voltava para Guidoal. E lá ela ficava algum tempo ou anos assim, depois enjoava de novo ia para outro lugar. Então minha avó, acho que era meio transitória. Não tinha... era meio cigana, né?⁹⁸

O interesse por pesquisar sua história familiar se intensificou na juventude, enquanto cursava a graduação. Inspirada pelas histórias contadas por sua falecida mãe, começou a pesquisar sobre os Puri. No entanto, devido ao desconhecimento generalizado e a narrativa de extinção, frequentemente ouvia que os Puri haviam sido "extintos". Após se aposentar, seu

⁹⁴ Segundo Carmelita Lopes, essa expressão passada de geração a geração foi para mascarar o sofrimento e disfarçar a dura realidade de mulheres Puri que foram violentadas sexualmente e escravizadas pelos colonizadores.

⁹⁵ Adotada: termo empregado, mas, segundo a mãe dela, era colocada em cativeiro.

⁹⁶ Termo utilizado pela mãe dela para se referir a pessoa preta de cabelo liso.

⁹⁷ LOPES, Carmelita Ñáma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

⁹⁸ LOPES, Carmelita Ñáma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

desejo de saber mais sobre os Puri aumentou. Sua trajetória profissional como professora e ativista de Direitos Humanos a auxiliou nessa busca.

Em 2012, durante as mobilizações contra a demolição do antigo prédio do Museu do Índio, muitos indígenas começaram a usar o Facebook para chamar a atenção para a causa, adicionando o nome de sua etnia aos seus perfis. Carmelita Ñáma Telikóng Pury em apoio a mobilização colocou em seu perfil junto ao seu nome a palavra Puri, onde muitos conhecidos a questionaram sobre o porquê desse nome. Foi quando começou a procurar outras pessoas no Facebook com o nome Puri e conheceu Opetahra Sol Reis Puri (Solange Puri), que a adicionou no Grupo dos Puri no Facebook criado por Dauá Puri. No entanto, esse processo de reconhecimento não foi simples, pois devido a cor da pele, teve sua ascendência Puri questionada por outra pessoa autodeclarada Puri. Esse questionamento é resultado de um estereótipo colonial sobre o fenótipo e modo de vida indígena que ignora o processo de miscigenação e contato interétnicos entre indígenas, negros e brancos. Através de Dauá Puri, Carmelita Ñáma Telikóng Pury conheceu os Puri da cidade de Araponga cujo fenótipo se assemelhava ao dela.

Carmelita Lopes-Ñáma Telikóng Pury foi ativista de Direitos Humanos e a identificação racial para Carmelita durante sua vida foi difícil. Antes de se identificar como indígena Puri, Carmelita adotou a categoria mestiça para identificar e referenciar sua história familiar,

No Movimento negro diziam alguns: “Você tem pouca tinta”. Era um termo usado na época. Mesmo estando ali, enquanto direitos humanos, era ONG de Direitos humanos que eu tinha fundado. Mas, mesmo assim alguns se sentiram incomodados porque eu tinha pouca tinta. Mas para os brancos eu tinha muita tinta. Na época, o que que era mais cômodo para mim. Não vou mais me aporinhar. Vou seguir, Darcy Ribeiro. Sou mestiça. Encontrei minha categoria. Porque sempre a coisa do pardo incomodava muito. Eu não sou parda. Então, naquela época, o que mais se chegou próximo a mim. Foi mestiça. Naquela época cheguei até criar uma conta, um perfil chamado Somos Mestiços(as) no Facebook. Era um tema discutido na época. Tinha o coletivo dos mestiços. Era bem interessante o movimento da época. Tipo de mestiça fiz uma página, se não me engano e colocava textos lá. Ou seja, arranjei um caminho para identidade. Então, naquela época me denominei mestiça. E aí, já ciente que minha trisavó era indígena. E minha mãe virou parda e eu também, né? E, aí eu falei, como é que eu vou descobrir o que aconteceu na história da minha família, na história oficial?⁹⁹

A autodeclaração como Puri está fortemente embasada na história familiar e não somente nas características fenotípicas. Carmelita Ñáma Telikóng Pury faz considerações a respeito da autodeclaração como Puri, pois, diferente de outros povos, os Puri foram desterritorializados e os referenciais identitários que definiam que eram Puri ou não foram

⁹⁹ LOPES, Carmelita Ñáma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

dispersos. Existe uma preocupação de sua parte com autodeclarações sem que a pessoa faça uma pesquisa da história familiar, se baseando apenas na localidade para dizer que é Puri, visto que a ocorrência de autodeclarações como indígena Puri de forma leviana, levaria a um descompromisso com a ancestralidade e história, além de impactar na criação de políticas públicas. Portanto, o reconhecimento individual e coletivo como Puri não é simples e existem divergências.

A segunda entrevista foi realizada em 21 de setembro de 2023 com Helenice Puri nascida em 1974, no município de Iapu, na região do Vale do Aço-MG. Sua família é oriunda do Rio Pomba e Tocantins na Zona da Mata mineira. É discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da Universidade Federal de Viçosa, fundadora e liderança do Movimento Indígena de Retomada Puri-Uxo Txori da Zona da Mata e membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) do Município de Viçosa-MG. Para essa entrevista, Helenice realizou “rezos” pedindo suas ancestrais orientações para a sua realização, e em respeito, pois ela não falaria apenas sobre ela, mas sobre um povo. Helenice Puri é uma das lideranças do Movimento de Retomada Puri e vive na zona rural de Viçosa-MG. Ela também enfatizou sua ligação e respeito à natureza, que pode ser percebida durante a entrevista pela escolha do local. No fundo, era possível ouvir sons de animais como passarinhos, galinhas, típicos da zona rural.

Nascida em uma cidade do interior de Minas Gerais chamada Iapu¹⁰⁰ próxima a Ipatinga.

Eu nasci em Iapu, próximo a Ipatinga. Mas os meus avós foram daqui, né, do Rio Pomba. E os meus avós, eles foram porque eles não quiseram ser escravos nas lavouras também do minério. Eles perderam tudo, né? Foram todo[s] saqueados. Os Puri na verdade, nós, nosso povo foi saqueado. As terras e tudo. E aí eles foram para Iapu, próximo a Ipatinga, ali. E aí foi essa confusão, né? De chegar no lugar e a Iapu só tinha mata. Meu avô foi um dos primeiros moradores¹⁰¹.

Neste trecho, narra o deslocamento de seus avós do Rio Pomba para Iapu para fugir da exploração e escravização para trabalhar, posteriormente, em uma fazenda nessa região. Por causa do preconceito, Helenice desde pequena ouviu seus avós pedirem para não falarem sobre serem Puri, pois tinham medo,

Mas o meu avô e a minha avó saíram, mas eles não perderam a cultura deles. Eles foram morar em outro. Lote afastado, né? Eu gostava sempre de morar afastado para permanecer com a cultura. Porque ele sempre falava assim, a nossa cultura. Do nosso povo tem que ser escondido. É porque é proibido, então criou nós assim, nós não podia

¹⁰⁰ Iapu é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Localiza-se no Vale do Rio Doce e pertence ao colar metropolitano do Vale do Aço.

¹⁰¹ PURI, Helenice. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 21 setembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

falar. A gente não podia falar que era do povo Puri. Ela falava assim, vai pra escola, mas não conta, né? Não conta assim, da defumação, do chá, das ervas não. Os nossos rituais, né? Nas nossas histórias de assombração, na beira da fogueira. E aí ele fala, meu avô falava, né? Não conta do povo da mata, não, fica calada. E aí era tudo um silenciamento só. A gente não podia falar que era do povo Puri. Isso para nós foi muito assim. É isso causou, né? Vários problemas. Do povo, né? Isso trouxe vários problemas para nós, do povo Puri, e hoje nós estamos podendo falar, isso é muito importante, sempre orienta as pessoas a contar a história da vida dele, e a falar. Isso é importante. Então sou eu, tenho duas filhas. Hoje eu tenho duas filhas, Helena e Heloísa. Nós somos lideranças todas as três são lideranças, né? Eu sou uma das fundadoras, mas elas também participam, né? ¹⁰²

O estigma criado e o risco de represálias levaram os Puri a ocultarem suas práticas culturais, língua e histórias em contextos externos ao âmbito familiar. Historicamente, os povos indígenas que habitavam/habitam essa região, sofreram com a escravização, catequização, expulsão de suas terras e extermínio decorrente da declaração de “guerra justa”. Em decorrência desse extermínio e estigmatização pública, a memória e identidade indígenas ficaram restritas na História Oficial nas primeiras décadas do século XIX. Mas no âmbito familiar, os costumes alimentares, cura, cuidado com a natureza e histórias dos casamentos forçados, perseguições e violências permaneceram na memória.

Posteriormente, passamos a conversar sobre a relação dos indígenas com a Natureza, a formação de um movimento indígena e os desafios enfrentados por eles, como o desrespeito e a dificuldade de reconhecimento da sua identidade diante da sociedade e instituições estatais. Além disso, falamos sobre a espiritualidade indígena Puri e o resgate das histórias, práticas alimentares, cura e língua realizadas nas últimas décadas pelos movimentos Puri¹⁰³. Discutimos a diversidade dentro dos movimentos Puri e as reivindicações e diferenciações entre eles.

Realizamos a terceira entrevista com Helena Joaquina Puri, filha da Helenice Puri. Helena nos conta que nasceu em 1998 na cidade de Coronel Fabriciano, pois na cidade onde seus pais residiam não havia hospitais. Sua família tem raízes nos municípios de Rio Pomba, Iapu e Bugre. Graduada em Licenciatura e cursando Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa, Helena é cofundadora do Movimento de Retomada Puri-Uxo Txori, destacando-se como uma de suas lideranças e por seu trabalho como artista.

¹⁰² PURI, Helenice. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 21 setembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Minutos

¹⁰³ Excerto da música cantada ao final da entrevista com a Helenice (21/09/2023) “Eu andei ali/Eu andei aqui/ Eu encontrei Puri/ No Rio de Janeiro/ Eu encontrei Puri/ Em São Paulo/ Eu encontrei Puri/ No Espírito Santo/ Eu encontrei Puri/ Minas Gerais/ Eu encontrei Puri/ Zona da Mata todinha/ Eu encontrei Puri/ Eu andei ali/ Eu andei aqui/ Eu encontrei Puri/ Zona da Mata todinha/ Salve nossos Encantados/ Salve a medicina da Floresta/ Salve nossas ervas medicinais/ Salve nosso jeito de plantar/ Salve nossos modos de vida”.

Sua infância e adolescência foram vividas no município de Bugre¹⁰⁴ no Distrito de Livramento, na região do Vale do Aço, em Minas Gerais. Helena conta que conheceu sua bisavó, Juraci, indígena Puri, que se casou com outro Puri e se deslocaram dos municípios de Rio Pomba e Tocantins para Iapu. Seus avós sempre trabalharam nas fazendas da região. Sua avó materna, filha desse casal, Maria da Glória, sempre contou histórias sobre a origem da família.

A família paterna da Helena é da região da cidade de Bugre e possui ancestralidade indígena, mas, diferente da materna, não falam abertamente dessa origem. De acordo com Helena, pode estar relacionado também a uma questão de classe social, pois possuíam roças e animais trabalhando por conta própria. Ao contrário da família materna, que não tinha terras. Além disso, atribui a esse silenciamento ao conservadorismo religioso e ao racismo presente no ambiente dessa cidade, que percebem ancestralidade indígena e suas práticas culturais com sentido negativo e são fechadas ao reconhecimento de outras identidades.

Helena relata que, durante sua infância e adolescência, apesar de estar ciente de sua ancestralidade indígena, não tinha uma compreensão plena dessa identidade. Foi somente ao ingressar na graduação na Universidade Federal de Viçosa e ter contato com outros indígenas Puri e de outras etnias que essa identidade ganhou maior força em sua vida,

A ficha caiu foi aqui na universidade eu acho que se eu tivesse trilhado, outra história, é outro caminho, não ter vindo para a universidade ido trabalhar ou ido fazer outra coisa. Eu acho que eu não ter[tido] tempo, daquele tipo que a gente tem na universidade, de sentar ficar conversando e nessas conversas assim que, às vezes a gente acha que a gente está perdendo tempo com aquilo [mas que] na verdade a gente está amadurecendo muitas ideia[s] da gente né. Eu acho que se eu tivesse trilhado outro caminho muito provavelmente hoje a gente não estaria tendo essa conversa, é, eu não seria quem eu sou, eu não saberia da minha origem e não seria quem eu sou hoje, né, porque eu acho que a identidade muda tudo. Entender quem você é, eu acho que o negócio é. [A] pessoa pode ela ter origem né. Ela pode ser daquela raça, daquela etnia, outra coisa, [mas] ela entender que ela é, né. Então acho que essa ficha caiu foi na universidade foi importante para mim por causa disso e depois de um tempo que essa ficha foi caindo. Aí veio outra bomba que é né eu entrei de uma forma como se fosse os brasileiros entrando na universidade. Não é do brasileiro que não sabe o que são né. Não sabe o que é né, não tem o entendimento né. Eu entrei assim na universidade fui me entendendo, fui refletindo a minha origem a minha história e que foi está [na universidade] entendi que eu era indígena. [...] fui entendendo assim a amplitude né desse povo fui conhecendo mais sobre o povo. Eu acho que antes eu conhecia só minhas famílias né e depois eu fui conversando outras famílias e foi vindo tem muito mais gente né e aí vamos criou né ampliou minha cabeça.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Bugre é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Pertence à Mesorregião do Vale do Rio Doce, à Microrregião de Caratinga e ao colar metropolitano do Vale do Aço e sua população estimada em 2016 era de 4.140 habitantes. Bugre (Município). Um pouco da história do município de Bugre. Disponível em: <https://www.bugre.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/um-pouco-da-historia-do-municipio-de-bugre/6501>. Acesso em: 5 de junho de 2024.

¹⁰⁵ PURI, Helena. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Minutos 18:00' a 22:00.

Nesse sentido, Helena fala que o espaço da universidade foi importante nesse processo de assumir a identidade, pois aqui encontrou outros Puri e sua história familiar se ligou a de outras famílias construindo esse sentimento de pertencimento étnico. Além disso, a diversidade do espaço universitário, de acordo com Helena, abriu caminhos para que sua identidade fosse assumida para fora do âmbito familiar.

A última entrevista foi realizada com Aline Rochedo Pachamama (Churiah Puri) e tem aproximadamente 20 minutos, pois no livro “Boacé Uchô: A história está na Terra (2020)” contempla algumas perguntas da história familiar. Aline Rochedo Pachamama é uma mulher indígena do povo Puri, nascida no Estado do Rio de Janeiro, porém, com raízes familiares na região sul de Minas Gerais, mais precisamente na cidade de Cambuquira. É historiadora, escritora, ilustradora e fundadora tanto do coletivo Puri Instituto Pachamama-Inhã Uchô quanto da Editora, ambas dedicadas ao compartilhamento das memórias e histórias dos povos originários e afrodescendentes. Aline Rochedo Pachamama participa de movimentos de povos originários e causas ambientais e pela atuação em trabalhos educativos na Serra da Mantiqueira é reconhecida como ambientalista. Na sua entrevista, priorizamos discutir as ações de construção de um espaço educativo Puri e as ações ambientais na Serra da Mantiqueira. A ancestralidade e pertencimento para Aline Rochedo é dada a partir das heranças culturais e história familiar, como a prática ceramista Puri aprendidos por sua mãe¹⁰⁶, Dona Jecy do Carmo Rochedo.

No trecho a seguir, Aline Rochedo Pachamama fala das "expectativas" sobre a existência Puri no presente, baseada em estereótipos que desconsideram a transformação cultural vivida pelo Povo Puri devido à colonização. Nesse sentido, explica que sua identificação vem da sua avó e mãe Puri, portanto, da sua memória familiar, recordando a relação dialética entre identidade/memória de Candau (2011).

Então você tem aí um crivo muito forte social de quer ver uma aldeia, quer ver um espaço, quer ver um povo que está se reconstruindo e isso não quer dizer que ele está é voltando nada que a minha mãe está viva, embora, a minha avó não esteja, mas a minha mãe é o pra mim é o elo com a minha ancestralidade. Então é o que eu estímulo nas pessoas é procurar sua história familiar ponto. É história familiar que nos faz chegar as histórias coletivas porque você vai ouvindo os modos operante de um grupo de uma família e vai podendo associar com outras, por isso que eu ouvi tantas pessoas né.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Segundo Aline Rochedo Pachamama, até o momento esse saber cerâmico Puri só foi encontrado em sua família.

¹⁰⁷ PACHAMAMA, Aline Rochedo. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 07 de maio de 2024. Formato do áudio. Arquivo pessoal.

As práticas culturais e histórias familiares a serem conectadas a outras fazem que ocorra o reconhecimento do pertencimento étnico Puri. Para Helena, assim como Carmelita Nãma Telikóng Pury, Helenice Puri e Aline Pachamama e outros Puri, esse processo de identificação vem dessa ligação familiar conectada a outras famílias que formam uma rede, possibilitando a afirmação de existência no presente do povo.

O processo de identificação como Puri é complexo, constituído por diferentes camadas de subjetivação, reelaboração da memória familiar e superação de estigmas construídos ao longo da colonização sobre a identidade indígena. Saber da ancestralidade Puri não implica em uma identificação como Puri no presente. Como discutimos no segundo capítulo, Frederik Barth (1998) enfatiza que existem diferentes categorias identitárias, mas a única cujo referencial é o passado é a étnica. Nesse sentido, as identidades são dinâmicas e fluídas e no caso da identidade indígena, devemos entendê-la como um ato histórico e político de superação da colonialidade do Saber, Ser e Poder como discute Vanessa Araújo (2015) sobre a desvalorização e apagamento da ancestralidade indígena no âmbito familiar pela colonização e colonialidade.

É importante salientar que o termo etnogênese é problematizado por uma parte dos indígenas Puri, pois para alguns que sempre souberam que eram indígenas e autodeclararam sua identidade indígena não se sentem identificados com os conceitos de etnogênese, ressurgência ou resistência, pois eles sempre existiram.

Em entrevista Aline Rochedo Pachamama discorre sobre o uso de conceitos como etnogênese e termos como resistência e retomada

Bom dia, tsatéh (irmã) eu te ouvi [e] vou tentar responder pausadamente sobre os assuntos né que são bastante são variados é primeiro tem um capítulo no último livro que eu escrevi em “Inhã Uchô (2023)” que ele trata o projeto... e trata também a questão é da história e das histórias não lícitas, mas que são entendidas como verdades e inseridas na Serra da Mantiqueira. Quando a gente fala a Serra da Mantiqueira é, estamos falando de um território amplo e meu entendimento sobre esse deslocamento do povo Puri ainda é em processo tá. Não me coloco como ressurgência como resistência porque a minha mãe não fala esses termos e as pessoas que eu conheço também não. Então eu respeito muito o que eu escuto das anciãs e anciãos. É uma região em que a exemplo da minha mãe né que eu te mandei o vídeo aí pra você conhecê-la é, não tem um acesso à internet, acesso ao *WhatsApp*, da última vez que a gente fez um encontro pelo ISA [Instituto Socioambiental] que tinha que apresentar os Puri, a única pessoa com computador na região era eu. Eu vejo território muito mais amplo e sem esses limites que a colonização impõe do que as pessoas. Então você tem aí um crivo muito forte social de quer ver uma aldeia, quer ver um espaço, quer ver um povo que está se reconstruindo e isso não quer dizer que ele está é voltando nada que a minha mãe está viva, embora, a minha avó não esteja, mas a minha mãe é pra mim o elo com a minha ancestralidade. Então é o que eu estímulo nas pessoas é procurar sua história familiar ponto. É história familiar que nos faz chegar as histórias coletivas porque você vai ouvindo os modos operante de um grupo de uma família e vai podendo associar com outras, por isso que eu ouvi tantas pessoas né. O livro “Boacé Uchô” ele foi publicado na minha percepção inacabado eu queria

conversar mais eu queria trazer mais informações [...] ¹⁰⁸. Então, eu não eu não me coloco como ressurgente, não me coloco como resistente, porque essa não é fala da minhas anciães, da minha mãe repito. É a questão desses movimentos eles têm acontecido muito na esfera da acadêmica, na esfera das vias midiáticas. Então eu me afastei um pouco das vias midiáticas para entender o processos da Terra em relação à língua eu me aproximei é, de vários povos indígenas que tiveram línguas interrompidas e comecei a trabalhar na editora por isso ¹⁰⁹.

Existem discussões dentro dos movimentos e coletivos Puri sobre a aplicabilidade desse conceito à realidade pessoal e social desses sujeitos. Alguns preferem o uso de termos como reparação histórica para designar esse processo de reelaboração cultural, mas afirmam que nem tudo poderá ser reparado, portanto, referem-se à construção de políticas públicas. Nesse sentido, retomada, ressurgência e etnogênese são usadas diante da impossibilidade de encontrar um termo que abranja toda essa história. Em entrevista com Helena Joaquina Puri, específica que esse termo etnogênese é mais utilizado em contexto acadêmico ou na construção de políticas públicas, mas pouco usado no grupo. O termo retomada é mais no sentido de assumir os costumes e a identidade na esfera pública, pois sempre souberam desse pertencimento ¹¹⁰. O termo descendentes também é considerado pelos Puri como forma de negação da identidade Puri no presente por não-indígenas que usam esse termo para distanciar a identidade. No entanto, no início do processo de identificação, o termo descendente é usado para se conectar com sua ancestralidade. Esse termo gera também desconforto para pessoas cuja consciência identitária está mais consolidada.

Devido à pluralidade Puri, coexistem diferentes formas de ação de valorização da história e cultura do povo, algumas mais voltadas localmente para a recuperação de saberes culinários, artísticos e medicinais e outras orientadas ao meio acadêmico. A produção acadêmica, embora seja vista como uma valorização cultural, pode ser criticada por formalizar excessivamente o processo de reconstrução cultural dentro do paradigma ocidental de conhecimento. Isso pode ser interpretado como uma atitude desrespeitosa em relação à memória dos ancestrais, especialmente ao impor uma demanda por publicações ¹¹¹.

¹⁰⁸ PACHAMAMA, Aline Rochedo. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 07 de maio de 2024. Formato do áudio. Primeiro áudio 1'00 a 2'41" WhatsApp. Arquivo pessoal.

¹⁰⁹ PACHAMAMA, Aline Rochedo. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 07 de maio de 2024. Formato do áudio. Primeiro áudio 6'45" a 7'00". WhatsApp. Arquivo pessoal.

¹¹⁰ PURI, Helena. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Minutos 83'37".

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 07 de maio de 2024. Formato do áudio. Arquivo pessoal.

¹¹¹ PURI, Helenice. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 21 de setembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

Outro elemento sobre a identidade Puri é a miscigenação entre indígenas, negros e brancos que faz com que seus fenótipos sejam diversos. Essa aparência física é um dos elementos usados também para questionar a identidade Puri tanto por não-indígenas quanto indígenas Puri e outras etnias¹¹², demonstrando a complexidade das relações identitárias. Esse questionamento sobre o fenótipo e identidade Puri foi vivenciado por Carmelita Nãma Telikóng Pury no início do seu processo de afirmação identitária por outra pessoa declarada Puri. Carmelita, por ser miscigenada, possui a cor de sua pele escura e foi questionada por uma mulher declarada Puri de pele clara sobre a sua identidade étnica, demonstrando que a representação colonial de um indígena de pele acobreada e cabelo liso é ainda forte. Carmelita conta que, por ser alta e pele escura, fenotipicamente, não sentia que se assemelhava aos indígenas Puri do Rio de Janeiro e quando conheceu os Puri de Araponga sentiu essa identificação, pois serem mais altos e com a pele escura.

Nas descrições coloniais sobre os Puri, aparecem diversos fenótipos e nomenclaturas como Puriaçu, Puri-Mirim, que seriam relacionados à estatura e composição corporal (Oiliam, 1965). A categoria racial parda também é rechaçada pelos Puri, por mais que tenha sido usada para designar mestiços, ela tende no sudeste brasileiro a ser associada a miscigenação entre brancos e pretos, constituindo-se uma categoria racial insuficiente para a identificação desses sujeitos.

Em Araponga e outras cidades da Zona da Mata Mineira e Rio de Janeiro, a identificação como Puri está relacionada à preocupação com a Natureza e à valorização do respeito a ela. Isso pode ser verificado nas ações de conscientização ecológica promovida pelos Puri na Serra do Brigadeiro e Mantiqueira (Barbosa, W., 2005; Silva, E., 2011; Ramos, 2017; Santos, 2019; Pachamama, 2020; Soares, 2024).

A espiritualidade Puri e suas religiões são diversas, fundamentando-se em tradições cristãs, indígenas e africanas. Na 2ª Kanduna Puri, foi anunciado o processo de reconhecimento do Terreiro de Umbanda, localizado na Rua da Conceição, no Bairro de Fátima, em Viçosa, como território Puri, pela presença de práticas indígenas em suas celebrações. Alguns membros do Movimento Puri de Retomada Uxo Txori seguem a Umbanda Omolokô simbolizada pelo Orixá Oko (divindade da agricultura e da fertilidade). O caboclo na Umbanda é identificado como indígena.

¹¹² Entrevista com Carmelita Nãma Telikóng Pury (2023) e Helena Puri (2023). LOPES, Carmelita Nãma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. PURI, Helena. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

Portanto, a formação identitária Puri deve ser compreendida no plural, diante da diversidade de vivências e experiências sociais, econômicas e culturais dos sujeitos que buscam atender anseios coletivos como reparação histórica e reconstrução cultural. A identidade Puri é compreendida em processo, assim como outras identidades. A identidade indígena é fluida e em constante evolução, nunca completamente definida ou acabada.

3.4 Breve apontamento sobre a presença de mulheres indígenas Puri no presente: violência e luta

O processo mnemônico e identitário Puri possui uma singularidade devido à forte presença de mulheres, como podemos observar no Movimento Puri de Retomada Uxo Txori que conta com mais de 60% dos integrantes mulheres. Nessa perspectiva, consideramos essencial pensar essa realidade a partir do conceito teórico de interseccionalidade, conceito desenvolvido pelas feministas negras, cujo objetivo é considerar a inserção das relações de poder nas interrelações entre diferentes marcadores de diferença social.

O Feminismo interseccional tem como princípio questionar a categoria mulher, visto que ela não dava conta de explicar a experiência das mulheres negras, e que as categorias raça e classe não poderiam ser separadas de gênero. Sob esse ângulo, a análise interseccional das relações entre raça, gênero e classe, difundida no final dos anos 1980 a partir da socióloga Kimberlé Crenshaw (1989), tratou de apreender as relações entre os marcadores de diferença social e sua relação com o poder.

O historiador brasileiro Eduardo Henning (2015), em uma análise sobre os caminhos da teoria interseccional, demonstra que no final do século XIX era perceptível essa compreensão sobre a relação entre os marcadores de diferença como raça, gênero e classe, e traça duas linhas de abordagem dessa análise: uma sistêmica e uma construcionista. Para ele, a sistêmica seria uma análise focalizada nas estruturas de opressão e sua ação sobre o sujeito e, a segunda, uma abordagem focalizada na ação do sujeito, mas sem desconsiderar a ação estruturante dos marcadores de diferença social. A análise interseccional não propõe hierarquizações dos marcadores de diferença social, mas sim a reflexão sobre como poder atua na interrelação entre elas.

Desse modo, o olhar interseccional complexifica a análise social, ao pensar a agência dos sujeitos e a relação com as estruturas sociais e econômicas. O feminismo decolonial aprofunda essa discussão interseccional ao problematizar a criação de categorias

hierarquizantes pelo pensamento/episteme ocidental. As categorias raça, gênero e classe não são pensadas de forma hierarquizadas ou atomizadas (Lugones, 2014).

A discussão sobre gênero e mulheres indígenas é tema investigado pela historiadora Suelen Siqueira Júlio (2015; 2022), que defendeu seu mestrado e doutorado a partir de reflexões sobre o apagamento das mulheres indígenas na História brasileira e a atuação dessas mulheres no processo de colonização. Em sua tese de doutorado intitulada “Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro Colonial”, a historiadora emprega a perspectiva de longa duração para compreender as relações de gênero e raça entre os séculos XVI e início do século XIX, demonstrando como o processo de colonização foi marcado pelo gênero. Suelen Júlio (2022) desenvolve uma análise social das experiências das mulheres indígenas no Rio de Janeiro colonial, utilizando fontes administrativas a partir da Nova História Indígena e da História das Mulheres e das Relações de Gênero, fazendo uma crítica minuciosa às fontes.

No capítulo quatro intitulado “Não há mulher indígena pega no laço”: as índias no imaginário nacional”, Suelen Júlio (2022) discute sobre as memórias familiares e nacionais sobre as mulheres indígenas como disponíveis ao contato sexual com os colonizadores, imagens construídas a partir do olhar de gênero colonial. Nesse sentido, as experiências das mulheres indígenas antes da colonização e, posteriormente, foram alteradas pelos papéis sexuais e gênero impostos pela sociedade colonial.

Dessa forma, refletir sobre as experiências das mulheres indígenas nos impele ao olhar interseccional que visa compreender suas experiências e seus significados ao longo de sua história. Neste capítulo, as expressões “pega no laço”, a “dente de cachorro”, “amansadas a base de cachaça”¹¹³ são abordadas para discutir a violência colonial e a violência de gênero sofrida pelas mulheres indígenas que eram escravizadas, abusadas, forçadas a casamentos e a gerar filhos para o projeto civilizatório colonial. Essas expressões revelam memórias de dor e sofrimento invisibilizadas em detrimento de uma narrativa pacificadora das relações coloniais.

Portanto, Júlio (2022) discute a construções de imagens e representações sobre as mulheres indígenas que serviram para legitimar e naturalizar a violência sobre os seus corpos e os atuais debates promovidos pelas associações de mulheres indígenas no Brasil como a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade-ANMIGA que problematizam a ideia das “indígenas como mães da nação (imagem construída pelo romantismo)” e as expressões “pegas no laço” e a “dente de cachorro”, promovendo ações de ressignificação dessas imagens e representações sobre as mulheres indígenas. Outra

¹¹³ JÚLIO, Suelen S. **Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial**. 2022. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2022.

contribuição da tese é a discussão sobre o patrimônio nacional, o culto aos bandeirantes como heróis nacionais e o silenciamento das violências perpetradas por eles contra indígenas e africanos escravizados.

Em 2020, a antropóloga indígena Puri Raial Orutu Puri, em uma palestra no Ted Talks intitulada “Avós além do laço”¹¹⁴, discute a perpetuação das violências coloniais, principalmente de gênero, na sociedade brasileira contemporânea. Raial Puri (2020) narra a profunda e dolorosa história de sua avó indígena sequestrada aos onze anos, abusada e “amansada” com cachaça que durante toda sua vida ficou presa a uma cama para ser impedida de fugir. Ao falar de sua experiência como mulher indígena, Raial Orutu conta também sobre as violências sofridas por ela e a ressignificação de sua história a partir da história de sua avó. Essa palestra demonstra como a estrutura colonial ainda permeia a vida dos povos indígenas no país, podendo ser perceptível no tempo presente, no qual milhares de mulheres indígenas sofrem violências doméstica, sexual e assédio moral em decorrência da misoginia e do racismo herdados desse passado colonial.

Assim, ressaltamos, em especial, as mulheres indígenas que vivem em regiões de conflito de terra, garimpo e madeiras, que são grandes vítimas dessas violências, conforme os dados do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, Relatório de Violências¹¹⁵ publicado anualmente desde 2003. Diante desse cenário de Colonialidade do corpo, do poder, do ser, do saber e de gênero, as mulheres indígenas resistem organizando em movimentos como a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade-ANMIGA para a luta contra as desigualdades e promoção de políticas públicas de proteção das mulheres. A ANMIGA reúne mulheres de diferentes etnias indígenas no Brasil e entre suas principais reivindicações estão a luta por saúde sexual e reprodutiva, trabalho, educação e luta contra o racismo e a violência doméstica e sexual.

Em 2019, ocorreu a 1ª Marcha das Mulheres indígenas em Brasília com o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito.” A marcha é organizada pela ANMIGA¹¹⁶ e aconteceu

¹¹⁴ PRESTES, Andréia Baia (Raial Orutu Puri). **Avós além do laço. Ted Talks x UFABC**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XeLu9lXfC8E> Acesso em: 19 jan. de 2023.

¹¹⁵ CIMI. **Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil- dados 2003-2021 (CIMI)**. Disponível em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/> Acesso em: 19 jan. 2023.

¹¹⁶ ANMIGA. Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/> Acesso em: 19 jan. de 2023.

Mulheres em luta: as principais pautas da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. CIMI, 08/08/2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/> Acesso em: 18 jan. de 2023.

ANMIGA. Manifesto contra a violência de gênero, racismo contra a mulher indígena, e da intolerância religiosa, e contra a inconstitucionalidade da proposta de lei nº191/2020. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto->

durante a pandemia de Coronavírus-19 no formato online. A primeira marcha teve como resultado a elaboração de um manifesto sobre a realidade de violências sofridas pelas mulheres indígenas. Além disso, a escolha do lema está relacionada à compreensão do corpo também como território, visto que, assim como as terras foram exploradas, os corpos indígenas também foram. Nesse sentido, elucubra o corpo como território de resistência e luta contra a dominação colonial.

A 2ª marcha, que ocorreu em 2021, teve como lema “Reflorestando mentes para a cura da Terra” e a terceira marcha foi realizada em 2023, intitulada “Vozes da ancestralidade dos 6 biomas do Brasil”. O símbolo da marcha ANMIGA é a imagem da mulher indígena e crianças ornamentadas com pinturas corporais, colares, cocar e maracá, sendo os membros inferiores representados por raízes¹¹⁷. Com essa imagem, o movimento procurou ressignificar a visão da mulher indígena como mãe dos brasileiros, expressas em memórias como “pega no laço”.

Figura 10 - Cartaz da III Marcha das Mulheres Indígenas (2024)



Fonte: ANMIGA

[contra-a-violencia-de-genero-racismo-contra-a-mulher-indigena-e-da-intolerancia-religiosa-e-contra-a-inconstitucionalidade-da-proposta-de-lei-n191-2020/](#) Acesso em: 20 jan. de 2023.

¹¹⁷ ANMIGA. Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Amazônia Brasileira. **III Marcha das Mulheres Indígenas 2024**. Disponível em: <https://anmiga.org/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-2023/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

Ao ressignificar esse passado, as mulheres indígenas visam o reconhecimento de sua presença e protagonismo na sociedade brasileira, mas também refletir sobre as invisibilidades e violências sofridas por elas. Essa articulação das mulheres indígenas e a sua resistência nos leva a refletir sobre como a dominação colonial é um projeto violento e de colonialidade do gênero também, mas não um projeto acabado, pois a relação à opressão em seu movimento gera a resistência dos colonizados, visto que não existe o sujeito-ser colonizado (Lugones, 2014).

Dessa maneira, fica em evidência como a permanência dos estereótipos racistas que difundem discursos de ódio, a falta de demarcação de terras, acesso ao sistema de saúde, educação e a impunidade de seus agressores, propicia uma ineficiência do Estado brasileiro na garantia e defesa dos direitos dos povos indígenas e, principalmente, das mulheres. Além disso, a ação de resistência dos povos colonizados consiste em uma descolonização e, nessa diferença colonial, as mulheres indígenas se articulam para lutar e resistir (Lugones, 2014).

Por fim, reiteramos a importância da reflexão das relações de gênero e a interseccionalidade na investigação sobre o processo de etnogênese Puri, visto que as mulheres são protagonistas nesse movimento de valorização identitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos elucidar algumas das principais mudanças teóricas e metodológicas que têm ocorrido na abordagem da História Indígena ao longo das últimas décadas, assim como o crescente protagonismo dos indígenas, especialmente após o acesso ao Ensino Superior. Abordamos também as interpretações acerca da origem étnica dos Puri e Coroados, evidenciando a necessidade contínua de novas investigações, sobretudo no que se refere ao estudo das interações entre esses grupos e as relações estabelecidas com os portugueses e os africanos escravizados.

Ao discutirmos os etnônimos, procuramos demonstrar sua variação conforme alianças que eram estabelecidas ou rompidas, ressaltando a importância de situá-los historicamente, bem como as identidades que emergiram. Refletimos sobre os processos de construção das narrativas históricas e identitárias nos séculos XIX e XX, que, por um lado, negavam a existência dos indígenas nos territórios Puri, sob a justificativa de estarem "miscigenados" e integrados à sociedade dominante, e, por outro lado, sofreram contestações dos movimentos e coletivos dos próprios Puri.

Nesse sentido, abordamos a consolidação de uma memória coletiva sobre o passado e a formação das identidades, considerando que, segundo Jöel Candau (2011), identidades e memórias são componentes interdependentes em um processo dialógico constante. As fontes orais nos permitiram refletir sobre o processo de esquecimento/lembrança e construção identitária, assim como sobre as relações de poder na inscrição/consolidação da memória social e da produção histórica. Como destacam Martha Zambrano e Cristobal Gnecco (2000), a representação do passado está intrinsecamente ligada à formação identitária e à construção de um imaginário social sobre identidades. Portanto, são permeadas pelas relações assimétricas de poder na inscrição/consolidação da memória social e da produção histórica.

A partir da oralidade, podemos perceber como a identidade Puri foi impactada pela colonialidade do Poder, Saber, Ser, sendo "silenciada/subalternizada" no âmbito social. Michael Pollak (1989), ao tratar das relações assimétricas de poder no enquadramento de memórias, afirma que essas memórias subalternizadas são mantidas no âmbito familiar e irrompem, transformando a realidade social e os discursos hegemônicos. Desse modo, essa irrupção evidencia os conflitos que existem em torno da memória e da história, pois ela é importante para a formação da identidade individual e coletiva.

Como analisamos, a identidade Puri emerge nos anos 1990 com a criação do Parque da Serra do Brigadeiro e a luta pelo reconhecimento do pertencimento ancestral a esse território.

Dessa maneira, a identidade Puri é orientada para a memória sobre esta terra, o cuidado com a Natureza e a valorização da história de seus ancestrais, contrapondo a narrativa de extinção produzida pela historiografia tradicional. A identidade coletiva Puri é formada assim a partir do compartilhamento de memórias e costumes de seus antepassados. Se antes essas identidades/memórias eram restritas ao âmbito familiar, ao se conectar com outras, possibilitou-se a emergência dessa identidade no âmbito público.

A desterritorialização dos Puri devido à extinção de seus aldeamentos e violências coloniais resultou em serem considerados extintos pela historiografia tradicional. No entanto, é importante salientar que seus descendentes permanecem nas cidades construídas sobre seus antigos assentamentos, empenhando-se na busca por reparação das violências coloniais. É possível afirmar que o reconhecimento das identidades Puri encontra-se atualmente confrontado por dois principais obstáculos. Em primeiro lugar, a descrença da opinião pública e instituições estatais sobre a identidade indígena balizada no discurso de aculturação, ignorando a história e o direito à autodeterminação desses sujeitos. Em segundo lugar, o local de residência desses indivíduos em centros urbanos os coloca fora da representação colonial do indígena, o que os impede, juntamente com outros povos indígenas em contexto urbano, de acessar políticas públicas destinadas às populações originárias. Apesar dessas adversidades, os movimentos e coletivos Puri têm avançado, resultando na criação de políticas públicas a níveis municipal e estadual. Um exemplo notável é a implementação de medidas como a reserva de vagas em concursos públicos e conselhos no município de Viçosa–MG.

Portanto, longe de encerrar essa discussão, queremos abrir caminhos para a melhor compreensão da vivacidade e da força dos indígenas Puri, desvelada, em parte nesse trabalho de pesquisa, a partir da construção de um conhecimento construído não apenas *sobre* os Puri, mas *com* os Puri. Como cantou Caetano Veloso: Nos versos "E aquilo que nesse momento se revelará aos povos/ Surpreenderá a todos não por ser exótico/ Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto/ Quando terá sido o óbvio", "Um Índio (1976)¹¹⁸".

¹¹⁸ VELOSO, Caetano. Um Índio. In: **Álbum Doces Bárbaros**. Warner Chappell Music, Inc, 1976. Disponível em: <https://g.co/kgs/f7D15m7>. Acesso em: 05 jun. 2024.

FONTES

AGÊNCIA SENADO. Projeto do marco temporal das terras indígenas chega ao Senado. **Senado Notícias**, 11/06/2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado> Acesso em 12 jun. de 2023.

ANMIGA. Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/> Acesso em: 19 jan. de 2023.

ANMIGA. Manifesto contra a violência de gênero, racismo contra a mulher indígena, e da intolerância religiosa, e contra a inconstitucionalidade da proposta de lei nº191/2020. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-contra-a-violencia-de-genero-racismo-contra-a-mulher-indigena-e-da-intolerancia-religiosa-e-contra-a-inconstitucionalidade-da-proposta-de-lei-n191-2020/> Acesso em: 20 jan. de 2023.

BALBINA, Zélia Puri. "Memórias de Vida e Ancestralidade". **Centro de Memória Puri**. 2020 Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/post/mem%C3%B3rias-de-vida-e-ancestralidade-de-z%C3%A9lia-balbina-puri>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL DE FATO. **Mineração de bauxita em MG: comunidades da Serra do Brigadeiro discutem projeto alternativo**. 26/11/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/26/mineracao-de-bauxita-em-mg-comunidades-da-serra-do-brigadeiro-discutem-projeto-alternativo>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 25 jun. 2023.

BRITO, Amanda; PERIGO, Anna Luíza; CORDEIRO, Loreena; PANIAGO, Fernando. Um país que silencia sua história-Ausência de Censo impede o conhecimento sobre povos originários. **Revista Curinga [Dossiê]**. s/d. Disponível em: <https://revistacuringa.wixsite.com/edicao30/povos-originais> Acesso em: 24 jun. 2023.

CIMI. **Mulheres em luta: as principais pautas da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas**. CIMI, 08/08/2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/> Acesso em: 18 jan. de 2023.

CIMI. **Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil- dados 2003-2021(CIMI)**. Disponível em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/> Acesso em: 19 jan. 2023.

DCM. “Kanduna Puri” celebra a cultura indígena da Zona da Mata. **Prefeitura de Viçosa-Cultura**. 19/04/2023. Disponível em: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/kanduna-puri-celebra-a-cultura-indigena-da-zona-da-mata/165294> Acesso em: 24 jun. 2023.

ESCHWEGE, Wilhelm L. **Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

FREYREISS, George Wilhelm. [1813-1814]. **Viagem ao interior do Brasil**. Tradução de Alberto Löfgren. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XI, [1906], 1907, pp. 159 – 228. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:freireyss-1906-viagem> Acesso em: 20 jan. 2024.

GOMES, Amélia. **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. (2024, 22 de abril). Povo Puri lança protocolo de consulta e exige reconhecimento**. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/04/22/povo-puri-lanca-protocolo-de-consulta-e-exige-reconhecimento/> Acesso em: 05 jun. 2024.

IBGE. Panorama do Censo de 2022 gráficos e tabelas: população indígena, por localização do domicílio, grupos de idade e sexo- **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=4> Acesso em: 01 jun. 2024.

INDÍGENAS serão incluídos na lei de cotas do serviço público de Viçosa. **Folha da Mata**. 13/04/2023. Disponível em: <https://www.folhadamata.com.br/cidade/noticias/indigenas-serao-incluidos-na-lei-de-cotas-do-servico-publico-de-vicosa> Acesso em: 24 jun. 2023.

IPHAN. **Projeto resgata fluência de indígenas na língua puri**. 18/04/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/projeto-resgata-fluencia-de-indigenas-na-lingua-puri> Acesso em: 10 jul. de 2023.

JOAQUINA, Helena Puri. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

JOSÉ, Oiliam. **Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais políticos e etnológicos**. Edições Movimento-Perspectiva, 1965.

JOSÉ, Oiliam. **Marlière, o civilizador: esboço biográfico**. Editora Itatiaia, 1958.

JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco, terra, povo e História**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982.

LOPES, Carmelita Nãma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste: estudo de uma região: a mata mineira**. Zahar Editores, 1973.

MOVIMENTO pela Soberania Popular na Mineração (MAM). **Companhia Brasileira de Alumínio avança com projeto sem participação popular na Serra do Brigadeiro, MG** 13/10/2021. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2021/10/13/companhia-brasileira-de-aluminio-avanca-com-projeto-sem-participacao-popular-na-serra-do-brigadeiro-mg/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

NATIVIDADE, Carolina Santos; DE ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho. Acervo Biocultural do Grupo Entre Folhas - Plantas Medicinais: espaço educativo e protocolos Bioculturais. **Simpósio de Integração Acadêmica da UFV**. 24 e 26 de out. de 2023. Apresentação painel. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2023/trabalhos/18209> Acesso em: 10 de abr. 2024.

OLIVEIRA, Daniel. **Vozes da mata: O Meio Ambiente Segundo a Cultura Indígena Puri. Centro de Memória do Povo Puri, 2023.** Centro de Memória Puri. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/centro-de-memoria-do-povo-puri> Acesso em: 30 de abr. de 2024.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Uchô. **A história está na terra: narrativas e memórias do Povo Puri da Serra da Mantiqueira.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2020.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 07 de maio de 2024. Formato do áudio. Arquivo pessoal.

PAIVA, Adriano Toledo. **Titinhan Puri - A vovó Puri.** São Paulo: Editora Literando, 2021, 19p.

PORTAL da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). **Direitos Humanos e Mineração na Serra do Brigadeiro,** 23/10/2019. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/10/23_direitos_humanos_mine_racao_serra_brigadeiro.html. Acesso em: 05 mar. de 2024.

PRESTES, Andréia Baia (Raial Orutu Puri) Avós além do laço. **Ted Talks x UFABC.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XeLu9lXfC8E> Acesso em: 19 jan. de 2023.

PURI, Helenice. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 21 setembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

SENNA, Nelson de. **A terra mineira. Chorografia do estado de Minas Gerais,** v. 2, 1926.

SILVA, Antônio Marcos Dutra da. (Tindaíuô Kongré Pury); LOPES, Carmelita (Ñáma Telikóng Pury). **Dos anotadores ao lembrador: os caminhos para a língua Puri. Centro de Memória do Povo Puri.** 28/09/2020 Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/post/dos-anotadores-ao-lebrador-os-caminhos-para-a-l%C3%ADngua-puri> Acesso em: 02 jun. de 2024.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. [1817-1820]. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Vol. I. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal; v. 244-A), 2017, 348 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991> Acesso em: 29 abr. 2023.

TERRITÓRIOS LIVRES. **Territórios Livres: o direito a dizer não aos empreendimentos predatórios.** Disponível em: <https://territorioslivres.org/alternativas/territorios-livres-o-direito-a-dizer-nao-aos-empresendimentos-predatorios-5-2/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce (Minas Gerais). **Fênix- Revista de História e Estudos Culturais**. Universidade Federal de Uberlândia, MG, v. 4, Ano IV, n.3, p.1-7. jun-set de 2007.

AGUIAR, José Otávio. Os índios, a floresta, as ervas medicinais e a estratégia: memórias de uma diretoria militar francesa nos sertões indígenas de Minas Gerais. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 17, 2005.

AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios puri-coroados da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 4, n. 2, p. 197-211, 2011.

AGUILAR PINTO, Alejandra. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 3, set/dez 2011, p. 273-283.

ALBERTO BARTOLOMÉ, Miguel. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, p. 39-68, 2006.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.p.236.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 17-38, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. **História (São Paulo)**, v. 40, 2021.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. **Tempo**, n. 12, p. 51-71, 2001

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. **No livro a raiz, na lembrança o passado: Fragmentos Culturais e Memória dos descendentes declarados de indígenas de Mirai**. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2016.

ALVES, Romilda Oliveira. A conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata mineira (1808-1850). In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.p.13-50

AMANTINO, Márcia. Entre o genocídio e escravidão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v. 45, n. 2, p.121-134, jul-dez de 2009.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais-Século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2008.

AMANTINO, Márcia. Sertões, índios e quilombolas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 50, n.1, p.93-109, jan-jun de 2014.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; AMORIM, Maria Adelina. Multiplicidades de análises, escritas e aportes teóricos-metodológicos sobre a história indígena no Brasil entre os séculos XVI e XIX. **História (São Paulo)**, v. 40, 2021.

ARAÚJO, Vanessa Rodrigues de. **O resgate da memória familiar indígena: um estudo sobre o direito humano de saber quem se é**. Orientador: Rita Laura Segato. 2015. 125p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília-DF, 2015.

BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Purí e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

BARRETO, Marcos Rodrigues. **Vultos na Névoa: do discurso histórico do preconceito à resistência do índio urbano no cenário fluminense**. Dissertação de (mestrado) Programa de Pós- Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, Unirio, 2014.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In.: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da História: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil-breves notas para uma discussão. **OP SIS**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 378–395, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30129>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BENTIVOGLIO, Júlio; DURAN, M^a Renata da Cruz. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. **Revista Dimensões**, UFES, vol. 30, 2013, p.213-244. ISSN: 2179-8869 Disponível em: <file:///C:/Users/lavin/OneDrive/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado%20Sabrina/lucasbraga,+8.+DURAN+BENTIVOGLIO+-+Estudos+sobre+Paul+Ricoeur.pdf> Acesso em: 25 jun. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, v. 200, p. 1, 2001.

BOCCARA, Guillaume. Colonización, resistencia y etnogénesis en las fronteras americanas. **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas**, p. 47-82, 2002.

BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memoria americana**, n. 13, p. 21-52, 2005.

BRINGMANN, Sandor Fernando. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 4, p. 7-23, 2012.

CAMPOS, Marden Barbosa de; ESTANISLAU, Bárbara Roberto. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, p. 441-449, 2016.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Patrício AS et al. Geografia histórica da ocupação da zona da mata mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. **Anais do Seminário de Diamantina**, 2010.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v. 30, p. 349-371, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **u. Chi. Legal f.**, p. 139, 1989.

DA SILVA, Dauá José. **Cultura indígena do sudeste, memória e sua guarda: Os Puri e sua identidade**. Trabalho de conclusão de curso- Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-Minas Gerais, 2017, 49 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kQajwEMXYPLrVyy3v5vWx43kxDv5ngT/view> Acesso em: 10 jun. 2024.

DA SILVA DIAS, Maria Odila Leite. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. Alameda, 2005.

DE CASTRO OLIVEIRA, Roberta Caiado. Do sesmarialismo à lei de terras: a negação dos direitos territoriais indígenas. **Emblemas**, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/emblemas/article/view/56590> Acesso em: 06 mar. de 2024.

DE FIGUEIREDO CASTRO, Celso Falabella. **Os sertões de leste: achegas para a história da Zona da Mata**. Impr. Oficial de Minas Gerais, 1987.

DE MATTOS, Izabel Missagia. A ocupação das fronteiras dos Sertões do Leste: o Itambacuri e a civilização indígena (Minas Gerais, Século XIX). **Fronteiras & Debates**, v. 2, n. 1, p. 95-118, 2016.

DE MATTOS, Izabel Missagia. A guerra ofensiva aos “Botocudos Antropófagos” nas minas oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação: Uma abordagem comparativa. **Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias**, Ano I, Número 1, março de 2017. Disponível em: https://museuvirtualvaledomucuri.com.br/wp-content/uploads/2022/05/11_RevistaSILVA_2017_Guerra.pdf Acesso em: 10 jul. de 2023.

DE MATTOS, Izabel Missagia. Catequese, miscigenação e nacionalidade: o indigenismo em Minas na transição para a República. **Tellus**, p. 55-72, 2003.

DE MATTOS, Izabel Missagia. Povos indígenas e negros nos Sertões do Leste: transição para a República e nacionalidade. **Tellus**, v. 19, n. 38, p. 49-77, 2019.

DE MATTOS, Izabel Missagia. Temas para o estudo da história indígena em Minas Gerais. **Cadernos de História**, v. 5, n. 6, p. 5-16, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XeLu9lXfC8E> Acesso em: 19 jan. de 2023.

DORNELLES, Soraia Sales. A produção da invisibilidade indígena: sobre construção de dados demográficos, apropriação de terras e o apagamento de identidades indígenas na segunda metade do XIX a partir da experiência paulista. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 20, p. 62-80, 2018.

DOS SANTOS, Maria Cristina. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. **Revista de História da Unisinos**, 2017.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FABIAN, Johannes. Memórias da memória: uma história antropológica. **Tradições e modernidades. Rio de Janeiro: FGV**, p. 13-28, 2010.

FERNANDES, F. R. Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XX. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, n. 63, p. 71-88, jan. 2018.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Revista Tempo**, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. Na ordem do dia, a representação das minorias: a bancada mineira e o debate sobre eleições em tempos de Conciliação. **Revista Brasileira de História**, v. 43, p. 71-92, 2023.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 2, p. 116-162, 2009.

GARCIA, Elisa Frühauf. Identidades e Políticas Coloniais: guaranis, índios infieis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c. 1750-1800. **Anos 90**, v. 18, n. 34, p. 55-76, 2011

GARCIA, Elisa Frühauf. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800). **Varia História**, v. 24, p. 613-632, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, n. 1, janeiro/abril, p. 25-49, 2016.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2004.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, n. 1, p. 21-35, 2006.

HEMMING, John. **Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros**. Edusp, 2007.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, V. 20, julho-dez 2015, p. 97-128.

IORIS, Edviges Marta. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 11, n. 1,2, p. 219–264, 2009. DOI: 10.5007/2175-8034.2009v11n1-2p219. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2009v11n1-2p219> Acesso em: 30 maio. 2024.

JÚLIO, Suelen Siqueira. **Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

JÚLIO, Suelen Siqueira. **Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2022.

KARPINSKI, Cezar. “Memória Arquivada”: Reflexões sobre documentos e arquivos a partir de Paul Ricoeur. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação**. 2015.

LAMAS, Fernando G. **Conquista, ocupação e conflito na área Central da Zona da Mata Mineira na segunda metade do século XVIII**. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Lamas/2/publication/319873841_Conquista_ocupacao_e_conflito_na_area_Central_da_Zona_da_Mata_Mineira_na_segunda_metade_do_seculo_XVIII/links/59bec129aca272aff2dee61e/Conquista-ocupacao-e-conflito-na-area-Central-da-Zona-da-Mata-Mineira-na-segunda-metade-do-seculo-XVIII.pdf Acesso em: 06 jun. 2023.

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)**. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

LANGFUR, Hal. Moved by terror: frontier violence as cultural exchange in late-colonial Brazil. **Ethnohistory**, v. 52, n. 2, p. 255-289, 2005.

LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil’s Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford University Press, 2006

LANGFUR, Hal; DE RESENDE, Maria Leônia Chaves. Indian autonomy and slavery in the forests and towns of colonial Minas Gerais. In: **Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500 – 1900**, p. 132-165, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 7ªed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013.

LEMOS, Marcelo Sant'Ana. **O índio virou pó de café?: resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba**. Paco Editorial, 2016.

LISBOA, João Francisco Kleba. Etnogênese e Movimento Indígena: Lutas Políticas e Identitárias na Virada do Século XX para o XXI. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 68–86, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/10616>. Acesso em: 9 out. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

LOPES, Carmelita – Nãma Telikóng Pury. **Introdução à análise fonológica da língua Pury na modalidade de Guiricema (MG): por um trabalho de Memória e Ressurgência**. 2024. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2024, 183f.

MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades. **Varia história**, v. 31, p. 511-546, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo. **Revista de História**, n. 120, p. 45-57, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre-docência em Etnologia, Departamento de Antropologia da Unicamp. Campinas, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia M. L. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, p. 153–169, 2002.

MOREIRA, Vânia M. L. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53–72, jun. 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: LIMA, Tania Andrade (org.). **Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2015, p. 31- 47.

OLIVEIRA, João Pacheco de(org). **A reconquista do território: Etnografias do protagonismo indígena contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2022. Disponível em:<http://jpoantropologia.com.br/pt/wpcontent/uploads/2022/09/AReconquistaDoTerritorio.pdf> Acesso em: 12 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico», **Anuário Antropológico [Online]**, v.35 n.1, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/758> Acesso 01 jun. 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 7-31, 2020.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os Indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767–1813)**. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010. 208 p.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste**. (tese de Doutorado), UNICAMP, 1998.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Repensado a política indigenista para os Botocudos no século XIX. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 35, p. 75-90. Fev de 1992.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). IN:(orgs.) CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Indígenas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1998.p.115-132.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 2017.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Edusc, 2003.

PORTILLA, Miguel León. **Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista**. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1972.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. **Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas**. São Paulo: Humanitas (FFLCH – USP), 2000, 266 p.

PURI, Tutushamum et al. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. **Revista Brasileira de Línguas Indígenas**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2021.

PURI, Zélia; DE HOLANDA CAVALCANTI, Adriana. Memórias de vida, ancestralidade indígena e artes sagrada como práticas de educação. **identidade!** v. 24, n. 1, p. 80-96, 2019.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; DE FRANÇA, Maria Cristina Victorino. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do Leste brasileiro. **LIAMES: Línguas indígenas americanas**, v. 15, n. 2, p. 223-277, 2015.

RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri**. 2017. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2017.

REIS, Solange de Souza. **Onde estavam os indígenas puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo**. Trabalho de conclusão de curso- Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-Minas Gerais, 2020, 51p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1L2t2o7vj_9nJKHev_TVVIH8Fr-yAJ7E/view Acesso em: 10 jun. 2024.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2003.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos cataguases: entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado. **Varia História**, v. 21, p. 185-202, 2005.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas mestiças: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. **Cahiers des Amériques latines [Online]**, 44 | 2003, posto online no dia 11 agosto 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cal/7398> Acesso em: 05 jun. 2023.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, v. 12, p. 5-22, 2007.

RIBEIRO, Núbia Braga. A guerra sanguinolenta aos índios no sertão colonial. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, n. 4, p. 1-17, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. trad. de Alain François. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. **Afro-Ásia**, n. 29-30, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S.l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Adailton Damião dos. **Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006)**. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural, Cidadania e Paisagens da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2019. 229p.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Indigenizando direitos territoriais na utopia modernista: O Santuário dos Pajés e a política de não-reconhecimento dos indígenas em contexto urbano. **Anuário Antropológico [Online]**, v.46 n.2 | 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/8288> Acesso em: 23 mai. 2023.

SILVA, Elisângela de Moraes. **Arqueologia e coletivos indígenas: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais**. 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Keilla Ingrid; NETO, João da Cruz Gonçalves. A formação da propriedade fundiária no Brasil: a Lei de Terras de 1850. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 17, n. 2, p. 173-195, 2019.

SILVA, Thiago Henrique Mota. Guido Thomaz Marlière e os índios Botocudo nos sertões do Leste (1818-1824). **Revista de Ciências Humanas**, Vol. 10, Nº 2, p. 361-375, jul./dez. 2010.

SILVA, Giovanni José da.; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Histórias e Culturas indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

SOARES, Juliana Frontelmo. **A reconstituição da história do povo puri no Noroeste fluminense e os usos da memória ancestral - breve análise sobre Santo Antônio de Pádua e Miracema (séculos XVIII – XXI) [dissertação]**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2022. Disponível em: https://sigaa.ufrj.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=fr_FR&id=7559¬icia=8549023. Acesso em: 10 mai. 2024.

SOARES, Juliana Frontelmo. Modos de vida e de vivência Puri mata adentro: mundos em disputa, entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 131–169, 2024. DOI: 10.46551/issn.2527-2551v21n1p.131-169. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/7539>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOARES, Marcos José Veroneze. Descendentes de nativos da Zona da Mata Mineira - lembranças, trajetórias e memórias. **Anais eletrônicos ANPUH–XXV SIMPÓSIO**.

TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. **Cartaphilus**, v. 5, p. 200-203, 2009.

TODOROV, Tzvetan; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Prefácio; O poder na estória. In: **Silenciando o passado: poder e a produção da história**; tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VENÂNCIO, Renato P. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 165–181, 1997.

ZAMBRANO, Marta.; GNECCO, Cristobal. Introducción: el pasado como política de la historia. In: C. GNECCO; M. ZAMBRANO (eds.), **Memorias hegemónicas, memorias disidentes, el pasado como política de la historia**. ICANH, Colciencia, Universidad del Cauca, 2000, p. 11-22.

5 APÊNDICE - PRODUTO

Como resultado da dissertação produzimos um ebook voltado para o ensino fundamental e médio, tanto em instituições públicas quanto privadas, abordando a história e a cultura Puri, conhecimentos e sua conexão com a Natureza. Este material será concebido como um recurso didático complementar, visando tanto à divulgação quanto ao aprofundamento do entendimento sobre a História Puri, além de promover o reconhecimento das significativas contribuições dos povos indígenas para a construção da sociedade, tanto em termos sociais quanto econômicos e políticos. O propósito do ebook é apresentar práticas culturais, saberes e conhecimentos relacionados à natureza e à cosmologia Puri. Desta forma, ele se tornará uma ferramenta valiosa tanto para alunos quanto para educadores no ensino da História e da Cultura Indígena, conforme exigido pela Lei 11.645 de 2008, que torna obrigatório o ensino desses conteúdos nas escolas brasileiras.

História índígena Zona da Mata Mineira



Sabrina Ramos
Cornélio
2024

Apresentação

Este livro foi criado para incentivar a reflexão sobre a História dos povos originários de Minas Gerais, especificamente, a Zona da Mata Mineira e Vale do Rio Doce. No século XVI, com a expansão comercial Ibérica denominada de “Grandes Navegações”, o controle do continente americano passou a ser disputado por diversas monarquias europeias. Por isso durante muito tempo, a História do Brasil foi contada a partir da perspectiva das monarquias europeias e da colonização deixando de valorizar a presença indígena e sua soberania sobre este território.

Seguindo essa perspectiva a História de Minas Gerais era frequentemente contada a partir das entradas ou bandeiras no século XVII em busca da escravização de indígenas e metais preciosos. Todavia, vestígios arqueológicos estimam a ocupação humana na região em 11 mil anos¹¹⁹, assim, esse território há milênios é ocupado por diversos povos originários. Apesar disso, a história tradicional de Minas Gerais enfatizava muito mais a ação dos “desbravadores (colonizadores)” e a extração mineral subestimando a contribuição dos povos indígenas em nossa formação histórica, social, cultural, econômica e na conservação ambiental.

Existem no Brasil 305 etnias falantes de 274 línguas¹²⁰, com uma população de 1.893.535 pessoas¹²¹. Em Minas Gerais, existem aproximadamente 20 etnias indígenas: Maxakali, Xakriabá, Krenak, Borum Kren, Aranã, Mukuriñ, Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Puri, Xukuru-Kariri, Tuxá, Kiriri, Canoeiros, Kamakã, Karajá, Guarani e

¹¹⁹ IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Arqueológico-MG**. Portal IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/639/> Acesso em: 10 jun. 2024.

¹²⁰ Dados do Recenseamento Demográfico Brasileiro (RDB) de 2010, por que ainda não foram divulgados esses dados no censo de 2022,

¹²¹ Dados do Recenseamento Demográfico Brasileiro de 2022.

Pankararu¹²², vivendo nas cidades do interior e na capital do Estado com uma população de 36.699 mil pessoas¹²³.

Portanto, não podemos ignorar a sua presença em nossa História, por isso propomos neste livreto refletir sobre o nosso conhecimento histórico sobre os povos originários e apresentar a luta das populações remanescentes indígenas para o reconhecimento da existência identitária no presente.

¹²² CEDEFES. Povos Indígenas em Minas Gerais. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/artigo-povos-indigenas-em-minas-gerais/#:~:text=Em%20Minas%20Gerais%20h%C3%A1%20dezenove,%2C%20Karaj%C3%A1%2C%20Guarani%20e%20Pankararu>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹²³ IBGE. Primeiros resultados do universo - Censo Demográfico 2022: Tabela 2 - População residente total e indígena por localização do domicílio, UF 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Indigenas_Primeiros_resultados_do_universo/Tabelas_selecionadas_2a_apuracao_20231222/tabela_02_Populacao_residente_total_e_indigena_por_localizacao_do_domicilio_UF_2022_20231222.ods. Acesso em: [data de acesso].

Já refletiu sobre como sabemos mais acerca de culturas ao redor do mundo do que sobre os Povos Originários do Brasil?

Nas aulas de História, costumamos estudar as "Grandes Civilizações" e admirar suas construções impressionantes como os Jardins suspensos da Babilônia, as pirâmides do Egito, o Coliseu romano, a Acrópole grega, a Muralha da China, os canais dos Astecas, as pirâmides Maias e a cidade de Machu Picchu dos Incas. Aprendemos um pouco sobre cada uma dessas culturas e como contribuíram para nossa sociedade. No entanto, quando olhamos para nossa própria realidade, a história das civilizações antigas é colocada numa hierarquia, com menos valor dado às contribuições dos povos indígenas e afrodescendentes comparado aos europeus.

Isso ocorre porque a maneira como contamos e lembramos a história é moldada por relações de poder desiguais. A história tradicional do Brasil, influenciada por ideias de progresso, modernização e teorias raciais do século XIX, via as culturas e povos indígenas como destinados a desaparecer quando entravam em contato com a cultura europeia.

Assim, para muitos, as mudanças nas culturas e sociedades indígenas eram vistas como perda cultural e identitária ao adotarem hábitos, costumes e tecnologias diferentes, mas isso não implicava na perda de identidade. Os colonizadores acreditavam que as culturas indígenas eram fixas e atemporais, pois não seguiam o modelo europeu de pensar sobre tempo e espaço. Esperavam integrar os indígenas como súditos e trabalhadores da coroa portuguesa para formar uma nação cultural e linguisticamente homogênea. Essas ideias levaram à crença de que as transformações culturais e sociais dos indígenas significavam seu desaparecimento, criando uma "narrativa de extinção" na História do Brasil. Esta narrativa foi reforçada por processos violentos como escravização, catequização, aldeamentos forçados, perseguições e incentivo a casamentos interétnicos. A miscigenação e as altas taxas de mortalidade indígena por doenças e guerras eram vistas como o fim inevitável dos povos originários.

Contudo, como veremos mais adiante, a História é muito dinâmica, porque as sociedades também o são. Muitos povos indígenas tiveram suas estruturas sociais e culturais tradicionais desmanteladas, perderam seus territórios e tiveram suas línguas reprimidas. Apesar de todas as violências coloniais, eles encontraram maneiras de sobreviver, adotando novas identidades e classificações étnicas, e mantendo suas histórias, memórias, conhecimentos e saberes através da oralidade.

Você sabe a história dos indígenas da sua região? A história indígena em Minas Gerais.

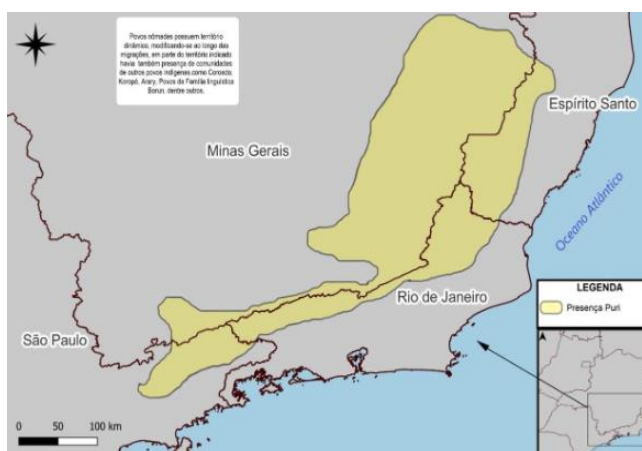
No início da exploração de ouro em Minas Gerais no século XVII, africanos e indígenas foram escravizados. Muitos indígenas trabalhavam nas minas e em plantações, na extração de madeiras e plantas medicinais. É importante desmentir a ideia de que os indígenas não foram escravizados. Os indígenas escravizados nas minas eram chamados de "carijós", "gentio da terra", "negro da terra" e "caboclos", termos dados pelos colonizadores.

Nas últimas décadas do século XVIII, foram criados aldeamentos na Zona da Mata Mineira, como o Aldeamento de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), São Manuel do Sertão do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Croatos e Cropós (atual Rio Pomba) e São Manoel do Burgo (atual Muriaé), entre outros. Esses aldeamentos reuniam indígenas de diferentes grupos, como Puri, Coroado, Coropó, Cropó e Croato. Esses nomes não eram os nomes étnicos originais dos indígenas, mas rótulos dados pelos colonizadores baseados em características físicas, culturais e relações aliança ou não. Os portugueses chamavam os indígenas de "Coroados" pelo corte de cabelo em forma de coroa, e "Puri" era um termo pejorativo usado pelos Coroados para seus inimigos. Relatos de viajantes mencionam que os Puri e Coroado eram parte do mesmo povo, mas se dividiram devido a conflitos familiares. Eles viviam organizados em clãs. Alguns desses clãs foram registrados por viajantes europeus no século XIX, tais como os clãs Puri, Sabonan, Uambori e Xamixuna, além dos clãs Coroado, Tampruns e Sasaricons (Eschwege, 2002; Saint - Hilaire, 1975).

Os indígenas do Vale do Rio Doce eram chamados de Botocudos pelos portugueses, devido aos adornos que usavam, chamados de “Umáito” pelos indígenas. Hoje, esses povos são conhecidos como Krenak¹²⁴, Borum-Kren¹²⁵ e Aranã¹²⁶.

Os Puri, Coroado, Coropó, Croato, Cropó e Botocudos, mencionados em documentos dos séculos XVII e XIX, ocupavam e frequentemente deslocavam-se na Zona da Mata Mineira, Vale do Rio Doce, Vale do Paraíba. Acredita-se que migraram do Vale do Paraíba, Serra do Mar e Mantiqueira para regiões serranas e o interior de Minas Gerais no século XVI para evitar escravidão, guerras e doenças (Figura 11). Esses povos buscavam habitar as margens dos rios, considerados por eles sagrado, assim como toda a Natureza. Eles se alimentavam de peixes, animais silvestres, mel, frutos como goiaba, castanhas da Sapucaia, pinhão da Araucária e outras plantas.

Figura 11 - Territórios Puri com base em registros do século XVIII e XIX por Daniel Oliveira (2023)¹²⁷



¹²⁴ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povo Krenak**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>. Acesso em: 10 jun. 2024.

¹²⁵ Povo indígena de Ouro Preto, os Borum Kren, lutam por demarcação de terra: Líder indígena, Danilo Borum Kren diz que a demarcação de terras e a preservação da cultura são as principais reivindicações da comunidade. 07/02/2023. **Estado de Minas: Diversidade**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/02/07/noticia-diversidade,1454678/povo-indigena-de-ouro-preto-os-borum-kren-lutam-por-demarcacao-de-terra.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2024.

¹²⁶ DE CARVALHO, Lucas Carneiro. **Os Aranã e sua indianidade: disputas internas por legitimidade e o reconhecimento oficial como grupo indígena**. Dissertação de mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2008.

¹²⁷ OLIVEIRA, Daniel. **Vozes da mata: O Meio Ambiente Segundo a Cultura Indígena Puri. Centro de Memória do Povo Puri, 2023**. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/centro-de-memoria-do-povo-puri> Acesso em: 14 jun. 2024.

Os colonos ansiavam pelas terras e pela mão de obra dos indígenas, o que gerou conflitos. Os indígenas resistiram usando seu conhecimento sobre o território. Como estratégia de dominação, os colonos distribuíam roupas e utensílios contaminados com doenças, como varíola e sarampo, dizimando aldeias indígenas inteiras.

Os ataques indígenas em autodefesa reforçavam a ideia de "selvageria" e "antropofagia". Isso levou as autoridades coloniais a permitir ataques a indígenas, mesmo que não fossem agressivos. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, D. João VI declarou "Guerra Justa aos Botocudos¹²⁸", em resposta às reclamações dos colonos e autoridades sobre indígenas que resistiam à "civilização. Assim, em uma passagem do relato de Freyreiss de 1815, a partir das informações do Barão de von Eschwege, ele narra a brutalidade e violência legalizada pela "Guerra Justa" contra uma aldeia inteira que foi dizimada mesmo não apresentando resistência como podemos ler abaixo:

Uma porção de soldados portugueses comandados por um Capitão, tinha sido mandado em procura de uns Botocudos que, havia pouco tinham cometido algum excesso no Rio Doce e a ordem era de afugentá-los ou matá-los. Marchando com prudência, encontraram logo o paradeiro destes antropófagos e cercaram-nos durante a noite. Quando os índios viram-se surpreendidos, procuraram salvar-se estendendo-se no chão, fingindo estar mortos e suspendendo a respiração. Naturalmente não lograram enganar os seus perseguidores, cujo commandante foi a cada um deles, baptizou-o e em seguida mergulhou-lhe a faca no coração. De manhan os vencedores regressarão e próximo ao logar da victória encontraram-se com uma *botocuda* que, com seus dois filhinhos no collo, estava acocorada ao pé de uma marmita, sobre um fogo. Imediatamente foi ella immolada pelos cruéis herões, alcançada por uma bala. Aproximando-se a ella, já com os olhos velados pela morte, indicou ella a marmita que continha a carne de um macaco, deixando-a triste entender que dessem de comer as criancinhas. Somente então alguns sentimentos humanos pareciam acordar nos peitos destes herões que deixaram as criancinhas viver, um beneficio que estou inclinado a attribuir mais ao egoismo porque há uma lei que assegura ao vencedor o direito por 10 annos sobre cada índio que prender em guerra (Freyreiss, 1907 [1814-1815, p. 209).

¹²⁸ Essa lei perdurou de 1808 a 1831. Ver: BRASIL, Câmara dos Deputados. **Carta Régia nº 0 de 13/05/1808**. Legislação: Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Documento Eletrônico, p.38. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18319> Acesso em: 12 fev. de 2024.

Esse estado de violência generalizada resultou na repressão à cultura, língua e modo de vida dos indígenas, forçando-os a migrar para regiões distantes sob a ameaça de morte ou escravidão. Esses eventos levaram muitos indígenas e suas famílias a ocultarem sua identidade indígena publicamente, sendo identificados como pardos, mestiços, caboclos e, finalmente, brasileiros.

Como veremos, neste relato de Helenice Puri (liderança indígena nascida em 1974 em Iapu-MG), narra o deslocamento na virada para o século XX de seus avós do Rio Pomba para Iapu para fugir da exploração e escravização para trabalhar, posteriormente, em uma fazenda nessa região. Devido ao preconceito, Helenice Puri desde pequena ouviu seus avós pedirem para não falarem sobre serem Puri, pois tinham medo,

Mas o meu avô e a minha avó saíram, mas eles não perderam a cultura deles, nem, eles foram morar em outro. Lote afastado, né? Eu gostava sempre de morar afastado para permanecer com a cultura. Porque ele sempre falava assim, a nossa cultura. Do nosso povo tem que ser escondido. É porque é proibido, então criou nós assim, nós não podia falar. A gente não podia falar que era do povo Puri. Ela falava assim, vai pra escola, mas não conta, né? Não conta assim, da defumação, do chá, das ervas não. Os nossos rituais, né? Nas nossas histórias de assombração, na perda da fogueira, você fica calada. E aí meu avô falava, né? Não conta do povo da mata não, fica calada. E aí era tudo um silenciamento só. A gente não podia falar que era do povo Puri. Isso para nós foi muito ruim. É isso causou vários problemas. Do povo, né? Isso trouxe vários problemas para nós, do povo Puri, e hoje nós estamos podendo falar, isso é muito importante, sempre orienta as pessoas a contar a história da vida dele, e a falar. Isso é importante ¹²⁹.

Por causa dessa ocultação e das transformações culturais, a historiografia tradicional de Minas Gerais alegou que esses povos foram exterminados ou completamente assimilados até meados do século XIX. No entanto, existe uma história silenciada de resistência, com a preservação de costumes, conhecimentos e histórias nas famílias descendentes dos povos originários. Na historiografia Mineira, os Puri foram “extintos” na década de 1870 (José, O., 1965), contudo, encontramos fotografias de uma aldeia Puri de São Manoel na divisa de Minas Gerais com Espírito Santo realizada em 1911 pelo Engenheiro Álvaro Astolfo da Silveira¹³⁰ do capitão da aldeia e dos

¹²⁹ PURI, Helenice. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 21 setembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Minutos

¹³⁰ Engenheiro chefe da Comissão Geográfica e geológica de Minas Gerais.

indígenas Puri Clementino e sua esposa¹³¹. Demonstrando que, embora tenham sido apagados na historiografia, ainda existem mesmo com as violências coloniais.

Figura 2 - Capitão Puri ao lado de sua moradia



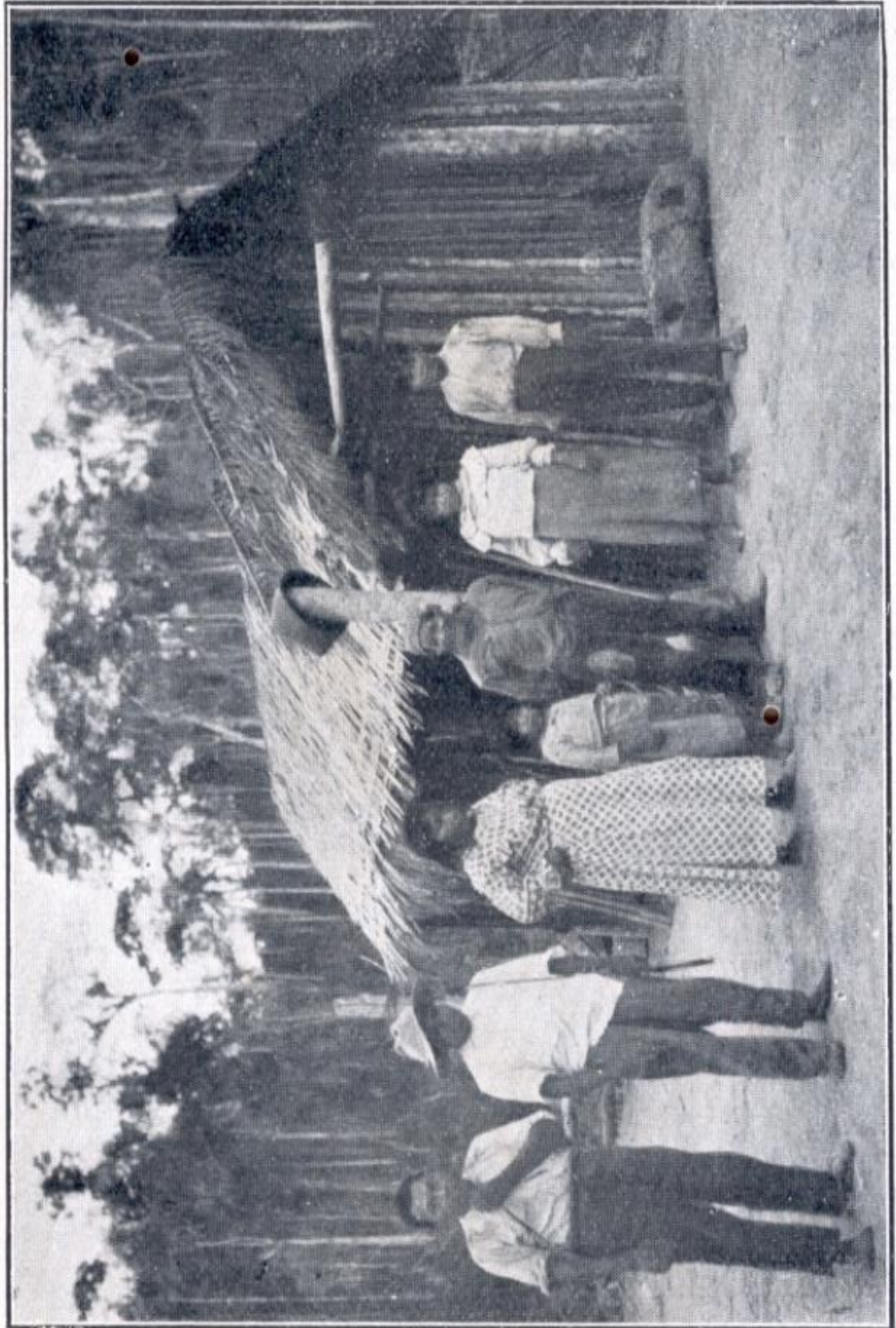
Figura 3 - Clementino Puri e sua esposa



¹³¹ Silveira, Álvaro Astolfo da. (1922). *Memórias sobre os Botocudos, Pury, e vocabulário Pojitxa: Documentos inéditos do arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asilveira-1922-memorias/Silveira_1922_Botocudos_Purys_VocabPojitxa_OCR.pdf Acesso em: 05 jun. 5024.

Figura 4 - Indígenas Puri no Vale de São Manoel em 1911

Est. CCXXXIII



Indios purys em frente ao seu rancho (Valle do S. Manoel) — Out. 1911

Figura 5 - Clementino com arco e flecha

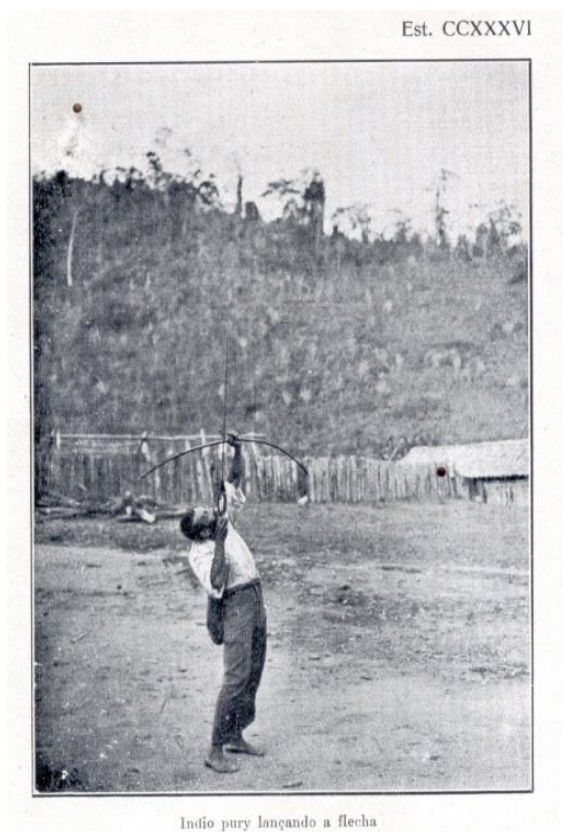


Figura 6 - Clementino após lançar a flecha



Movimentos e coletivos Puri no presente

A história dos povos indígenas no Brasil está intimamente ligada às políticas de reconhecimento do Estado, como o Censo Demográfico, iniciado em 1872. Naquela época, as categorias raciais eram branca, preta, cabocla, livres e escravos. Os indígenas aldeados eram classificados como caboclos, indicando um processo de perda cultural e miscigenação. Durante grande parte do século XX, nos censos demográficos, o termo indígena era usado apenas para os que viviam em postos do Serviço de Proteção Indígena (SPI) e, depois, da FUNAI, ocultando sua presença no país. Esse apagamento censitário também foi seguido da construção de um imaginário social que pensava que os indígenas para serem reconhecidos como tais deveriam manter suas características culturais, linguísticas e fenotípicas no modelo do século XVI ignorando os contatos com diferentes povos e a repressão que seu modo de vida sofreu com a colonização.

Somente com a Constituição de 1988 e a mobilização dos Movimentos Indígenas, os indígenas de todo o Brasil passaram a ser contabilizados nos Censos Demográficos. O censo de 1991 incluiu o termo índio/indígena na classificação racial, marcando um avanço importante para o reconhecimento e visibilidade desses povos. Essas mudanças refletem uma longa luta por reconhecimento étnico e cultural, confrontando práticas que historicamente tentaram invisibilizar os povos indígenas no país. Especialmente na virada do século XX para o século XXI, os indígenas passaram a contabilizar como grupo racial/étnico no censo demográfico brasileiro. A inovação do censo demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE¹³² foi a inclusão no questionário de autodeclaração racial do pertencimento étnico e é neste contexto que os indígenas Puri “reaparecem” como grupo étnico (Figura). Etnias que haviam sido consideradas como extintas reapareceram nos dados do censo demográfico, demonstrando a sua resistência à colonização. As categorias raciais utilizadas no Recenseamento

¹³² IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf Acesso em: 18 jun. 2023.

Demográfico Brasileiro atualmente são: parda, preta, indígena, amarela e branca.

Figura 7 - Quadro com as categorias raciais do IBGE entre 1872 e 2010

Opções de categorias classificatórias do quesito de cor ou raça ao longo da história dos Censos Demográficos brasileiros

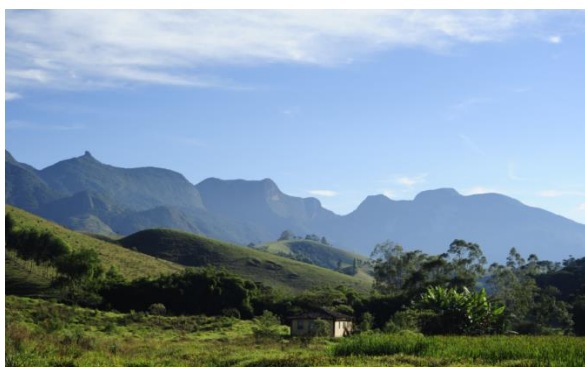
| 1872 | 1890 | 1940 | 1950 | 1960 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|---------------------------------------|--|---|--|-------------------------------------|---|---|---|
| População livre (define sua cor) Branca Parda Preta Cabocla (Raça indígena) | Branca Preta Cabocla Mestiça | Preta Branca Amarela (Outras respostas foram codificadas como pardas) | Branca Preta Amarela Parda (Existia instrução para o recenseador não usar categoria "morena" na resposta) | Branca Preta Amarela Parda Índia (Apenas para pessoas que vivam em aldeamentos ou postos indígenas, as demais que se declarassem índias deveriam ser classificadas como pardas) | Branca Preta Amarela Parda | Branca Preta Amarela Parda Indígena | Branca Preta Amarela Parda Indígena | Branca Preta Amarela Parda Indígena (Se indígena: Etnia e língua falada) |

Fonte: Petruccelli, J. L.; Saboia, A. L. (Org.). Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. d2). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: jan. 2018. Adaptado e complementado pela consulta aos instrumentos de coleta e manuais de instrução dos recenseamentos ocorridos no período de 1872 a 2010.

No censo de 2010, a população Puri era de 675 indígenas, 335 pessoas em Minas Gerais, 169 pessoas no Rio de Janeiro, 113 pessoas no Espírito Santo e 24 pessoas em São Paulo (IBGE, 2010). O censo demográfico de 2022 ainda não divulgou os dados por etnia. Dessa forma, não podemos fornecer dados precisos sobre o crescimento¹³³ do Povo Puri nesta última década, mas acreditamos que, em razão dos trabalhos educativos de resgate e valorização histórica e cultural Puri, apresentarão um aumento da população Puri.

Essa resistência é percebida na Zona da Mata Mineira e Vale do Rio Doce pelas etnias Puri, Krenak, Borum Kren e Aranã, até então consideradas mortas e “esquecidas”. O florescimento da identidade Puri começou a ganhar destaque no município de Araponga–MG com a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro¹³⁴, que resultaria na expropriação de terras (Barbosa, W., 2005; Silva, E., 2011).

Figura 8 - Foto do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro¹³⁵



¹³³ Segundo Miguel Alberto Bartolomé (2006), pesquisadores atribuem o crescimento demográfico indígena às alterações nas legislações estatais e aos movimentos sociais que geraram a promoção de políticas públicas com o reconhecimento das populações indígenas. Etnias que haviam sido consideradas extintas começaram a vir a público por meio de jornais, rádios, redes sociais e pesquisas acadêmicas desenvolvidas por eles próprios visando o reconhecimento de seus direitos.

¹³⁴ O Parque da Serra do Brigadeiro está localizado no extremo norte da Serra da Mantiqueira, pertence ao Bioma da Mata Atlântica, possuindo inúmeras nascentes que contribuem, por exemplo, para a formação das bacias hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul. A Serra do Brigadeiro possui diversos picos com altitude entre 1.870 e 1.985 metros. Além disso, o Parque abrange os municípios de Fervedouro, Miradouro, Ervália, Araponga, Sericita, Matipó e Divino–MG. Ver: **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Disponível em: <<https://serradobrigadeiro.com.br/parque/>>. Acesso em: 25 fev. de 2024. O parque da Serra do Brigadeiro foi criado em 27 de setembro de 1996 por meio do Decreto n.º 38.319. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Disponível em: <<https://serradobrigadeiro.com.br/parque/>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹³⁵ Serra do Brigadeiro: inspiração para territórios livres em MG e no mundo – Série “O direito a dizer NÃO” aos empreendimentos predatórios” Disponível em: <https://territorioslivres.org/alternativas/territorios-livres-o-direito-a-dizer-nao-aos-empreendimentos-predatorios-5-2/> Acesso em: 13 jun. de 2024.

Confrontados com a criação do parque, os moradores procuraram caminhos para demonstrar como suas terras eram heranças ancestrais Puri e ligadas a todo um modo de vida da Serra do Brigadeiro. Memórias familiares emergiram, assim, como sentimentos na luta pela defesa do território. No período colonial, a região do município de Araponga era conhecida como um lugar de resistência Puri e, devido ao penteado do cabelo dos indígenas, era conhecida como Serra dos Arrepiados (Barbosa, W., 2005; Silva, E., 2011). As memórias, costumes, conhecimentos dos Puri de Araponga foram articulados para afirmar a existência dos Puri na atualidade. Os Puri usaram as mídias sociais para conhecer outras pessoas da mesma etnia. Muitos adicionaram Puri ao lado de seus nomes nos perfis, criando grupos no Facebook onde compartilhavam histórias e se conectavam.¹³⁶ A partir desses encontros e trocas nas redes sociais eles souberam da mobilização dos Puri em Araponga-MG e se organizaram para participar do evento Troca de Saberes em Viçosa em 2013¹³⁷. Esse evento, que ocorre na Universidade Federal de Viçosa (UFV), tornou-se um ponto de encontro para os Puri em busca de suas origens familiares e contato com seus pares. Diante desse contato e a participação de discentes Puri no curso de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza (LICENA), formaram o Movimento de Ressurgência Puri (MRP) em 2014.

Após a formação do Movimento de Ressurgência Puri outros grupos foram criados, como o Puri Teyxokawa (Resistência Indígena Puri) em 2016, no Rio de Janeiro.¹³⁸ As comunidades Puri da Serra da Mantiqueira no Rio de

¹³⁶ LOPES, Carmelita Nãma Telikóng Pury. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 25 de agosto de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

¹³⁷ A Troca de Saberes é um evento anual que ocorre no mês de julho durante a Semana do Fazendeiro na Universidade Federal de Viçosa. A Troca de Saberes acontece desde 2009 oferecendo ao público “um conjunto de atividades que consiste na organização dos participantes em grupos temáticos, proporcionando-lhes a oportunidade de apresentar, socializar e discutir suas experiências cotidianas, conhecimentos tradicionais e práticas de sucesso na pequena produção. A Troca de Saberes faz o casamento entre o conhecimento técnico e o saber popular (UFV, 2020)”. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Semana do Fazendeiro. Troca de Saberes.** Disponível em: <<https://semanadofazendeiro.ufv.br/troca-de-saberes/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

¹³⁸ BOECHAT, Simone. Movimento de Ressurgência Puri: Tem puri por aí?. **M1NewsTV**, 28/03/2019. Disponível em: <https://m1newstv.com/movimento-de-ressurgencia-puri/>. Acesso em: 12 de fev. de 2024.

FERREIRA, Beatriz; BARBOSA, Amanda. Puri. Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro, sem data. Disponível em: <https://opierj.org/puri/>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

Janeiro tem como referenciais de identificação/rememoração Minas Gerais e o Vale do Paraíba. Existe na região da Serra da Mantiqueira um coletivo de mulheres indígenas Puri chamado Instituto Pachamama-Inhã Uchô criado em 2019¹³⁹.

Em 2021, foi criado o Movimento Puri de Retomada Uxo Txori da Zona da Mata mineira para facilitar o diálogo com o poder público e no processo de acolhimento identitário. Suas ações concentradas nos municípios da Zona da Mata Mineira, realizando atividades de visitas às escolas, participação na Secretaria de Cultura e no Conselho de Igualdade Racial do município de Viçosa-MG. E a criação de um Acervo Biocultural em parceria com o grupo “Entre folhas” da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que reúne os conhecimentos e saberes como plantas medicinais, práticas alimentação, cuidado com a Natureza.

Assim, temos a presença de comunidades Puri nas cidades da Zona da Mata Mineira como Viçosa, Ervália, Barbacena, Muriaé, Rio Pomba, Araponga, Juiz de Fora, Divinésia, Guidoal, Guiricema, Miraí e no Rio de Janeiro, em São Fidelis, Resende na Serra da Mantiqueira, e nos Estados de Espírito Santo e São Paulo. Através das redes sociais e participação em eventos nacionais, os indígenas Puri se ligam a outros povos indígenas em processo de luta por reconhecimento e reparação histórica, como os Borum-Kren e Krenak, em Minas Gerais. Atualmente o termo Puri foi ressignificado e possui um sentido positivo em relação a ousadia do jeito Puri de ser.

Como vimos, a identidade Puri emerge nos anos 1990 com a criação do Parque da Serra do Brigadeiro e a luta pelo reconhecimento do pertencimento ancestral a esse território. Dessa maneira, a identidade Puri é orientada para a memória sobre esta terra, o cuidado com a Natureza e a valorização da história de seus ancestrais, contrapondo a narrativa de extinção produzida pela historiografia tradicional. A identidade coletiva Puri é formada assim a partir do compartilhamento de memórias e costumes de seus antepassados. Se antes essas identidades/memórias eram restritas ao âmbito familiar, ao se conectar com outras, possibilitou-se a emergência dessa identidade no âmbito

¹³⁹ O Instituto Pachamama- Inhã Uchô, fundado em 2019, é um coletivo de mulheres Puri da Serra Mantiqueira, engajado na promoção da agenda dos povos originários e ambientais.

público (Barbosa, W., 2005; Silva E., 2011, Santos, 2019; Pachamama A., 2020; Soares 2022).

Figura 9 - Foto realizada na Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa com indígenas Puri.



Fonte: Diários da pandemia 8º: Opetahra e a ressurgência do Povo Puri, 2020.

Figura 10 - Integrantes do Movimento Puri de Retomada -Uxo Txori da Zona da Mata Mineira.



Fonte: Acervo pessoal de Helenice Puri.

Ações e atividades dos Movimentos e coletivos Puri

Desde 2014, os Puri têm se engajado no espaço acadêmico e no Ensino Básico para escrever e publicar textos sobre suas perspectivas históricas, compartilhando suas memórias e experiências como indígenas no presente. O diálogo promovido pela escrita indígena tem sido crucial na desconstrução do silenciamento imposto pela colonização. A narração de histórias e a produção de trabalhos artísticos por indígenas Puri, como o historiador Adriano Toledo Paiva¹⁴⁰, Zélia Balbina Puri, Helenice Puri, Aline Rochedo Pachamama, Dauá Puri, Carmelita Namá Puri, Raial Orotu Puri, Txâma Puri, Xipu Puri¹⁴¹, são ações políticas de resistência e valorização da história do povo.

Como resultado dessas ações, em 2020, foi criado o site do *Centro de Memória do Povo Puri*¹⁴² pelo Movimento de Ressurgência Puri, visando disseminar conhecimentos sobre alimentação, história, plantas medicinais, iconografia, artesanato, além de reunir bibliografia sobre os Puri. Em 2023, o Instituto Pachamama criou o "Projeto Inhã Uchô", realizando encontros com mulheres e homens Puri no Parque Municipal de Resende ou no Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS). Inspirado no modelo da Oca Pataxó, cedido por Arassari Pataxó, esse espaço se tornou um "lugar de memória" para o Povo Puri da Mantiqueira, promovendo o fortalecimento dos laços identitários e culturais por meio de atividades artísticas, cursos e seminários. O projeto também aborda a questão ambiental, buscando promover a reconexão com a natureza por meio de atividades educativas¹⁴³.

A produção literária e histórica Puri é realizada por pesquisadores indígenas, como a historiadora e escritora Aline Rochedo Pachamama, que

¹⁴⁰ O livro 'Titinhan Puri - A vovó Puri', publicado em 2021 por Adriano Paiva, retrata os conhecimentos, saberes, memórias, costumes e histórias Puri transmitidos ao autor por sua avó, Maria Aparecida Alvim. A obra revela a riqueza da cultura familiar e do patrimônio cultural dos ancestrais Puri, destacando a vivacidade desse povo através das narrativas e tradições compartilhadas por sua avó.

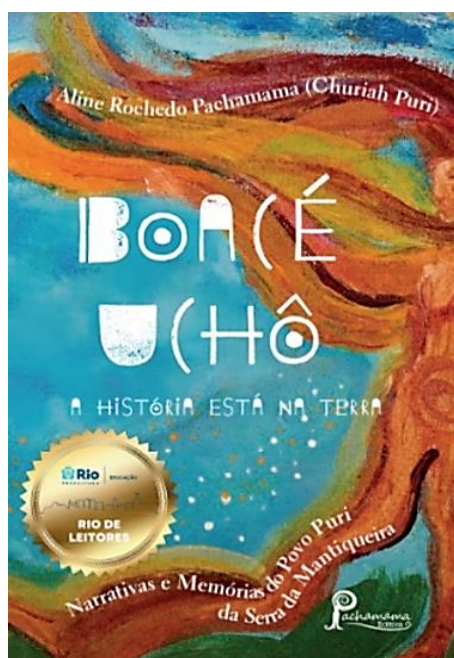
¹⁴¹ Citei apenas alguns, mas todos os envolvidos nos Movimentos Indígenas realizam essas atividades. BORJA, Isaias (Xipu Puri). **O passarinho que viu o vento**. (ebook). Amazon Kindle, 2022. Disponível em: <https://tomaaiumpoema.com.br/isaias-xipu-puri-borja-lanca-livro-de-contos-em-kwaytikindo-idioma-puri/>. Acesso em: 21 mar. de 2024.

¹⁴² Centro de Memória do Povo Puri. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/centro-de-memoria-do-povo-puri>. Acesso em: 15 jun. 2024.

¹⁴³ Instituto Pachamama. "Projeto Inhã Uchô". Disponível em: https://institutopachamama.org.br/#inha_ucho. Acesso em: 25 mai. 2024.

busca reconstruir e reelaborar a cultura Puri no presente por meio da literatura. A editora *Pachamama*, criada por ela em 2016, publica diversos contos, poemas e outros gêneros literários sobre a cultura indígena e antirracismo. O livro "*Boacé Uchô*", que significa em Puri "Palavra-terra" ou "Palavra que pulsa", é escrito por Aline Rochedo Pachamama, reúne memórias e histórias dos indígenas Puri e visa reafirmar a existência do Povo. Recebeu o Prêmio Rio de Leitores. Os trabalhos de Zélia Balbina Puri (2020) também estão nessa mesma perspectiva da memória indígena Puri.

Figura 11- Capa do livro *Boacé Uchô: A História está na terra* de Aline Rochedo Pachamama (Churiah Puri) publicado por sua Editora Pachamama em 2020



Fonte: Editora Pachamama

Por meio do Instituto Pachamama, criado por Aline Rochedo Pachamama, vêm sendo desenvolvidos projetos de educação ambiental, como "*Ecologia é ciência, e nós, indígenas, a praticamos. Como Inhã Uchô, a ecologia dos Povos Originários contribui para o desenvolvimento científico?*". Criado em 2023, o projeto é apoiado pela FAPERJ e Instituto Serrapilheira. O Instituto Pachamama, por ser um espaço de educação e memória, foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus como "Ponto de Memória", por desenvolver pesquisas sobre a história, cultura e língua do povo, recuperar e disseminar

saberes e conhecimentos sobre a natureza e propor uma nova relação com a terra. Nesse contexto, essas pesquisas e projetos visam à decolonização do pensamento e são orientados por políticas de reparação histórica e reconhecimento da identidade indígena, questionando a academia ocidental que insiste na colonização de corpos e saberes.

O Movimento Puri de Retomada Uxo Txori realizou em 2023, a 1ª Kanduna Puri¹⁴⁴ na Estação Cultural Hervé Cordovil no Centro de Viçosa – MG em comemoração ao “Abril indígena”, com atividades artísticas e culturais e debates sobre a valorização da história e cultura Puri e a promoção de políticas públicas para os povos originários. A Kanduna Puri foi incluída no calendário cultural municipal. Em 2024, aconteceu a 2ª Kanduna Puri com oficinas de plantas medicinais, alimentação, artesanato e a exposição “Origem” da artista Helena Joaquina Puri, refletindo sobre a cultura e identidade. Como gesto simbólico de demarcação de Viçosa como território Puri foi colocada aos pés de uma Sapucaia (árvore sagrada para os Puri) na Praça do Rosário - Centro uma placa com *QRcode* que redireciona para o *site* da Prefeitura Municipal de Viçosa com um texto¹⁴⁵ que conta a história dos Puri na região. Na 2ª Kanduna Puri foi apresentado o processo de reconhecimento de 13 comunidades Puri nas cidades da Zona da Mata Mineira, abrangendo cerca de 132 famílias¹⁴⁶.

¹⁴⁴ VIÇOSA. **Kanduna Puri celebra a cultura indígena da Zona da Mata**. Prefeitura Municipal de Viçosa. 15/04/2023. Disponível em: <https://www.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/kanduna-puri-celebra-a-cultura-indigena-da-zona-da-mata/165294>. Acesso em: 03 jun. 2024.

¹⁴⁵ Secretaria de Cultura de Viçosa. O povo Puri em Viçosa. Disponível em: <https://cultura.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/o-povo-puri-em-vicosamg/165900>. Acesso em: 5 de junho de 2024.

¹⁴⁶ JOAQUINA, Helena Puri. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 22 de dezembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal. Tempo: 1:46:06. Minuto 39'. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/9666>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 12 - Foto da 1ª Kanduna Puri na Estação Cultural Hervé Cordovil no Centro de Viçosa-MG¹⁴⁷



Fonte: Acervo digital da Prefeitura Municipal de Viçosa.

Figura 13 - Foto retirada durante a inauguração placa na 2ª Kanduna Puri na Praça do Rosário no Centro de Viçosa-MG.¹⁴⁸



Fonte: Acervo digital da Prefeitura Municipal de Viçosa.

¹⁴⁷ Acervo da Secretaria de Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Viçosa, Disponível em: <https://www.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/kanduna-puri-celebra-a-cultura-indigena-da-zona-da-mata/165294> Acesso em: 10 jun. 2024.

¹⁴⁸ Acervo da Secretaria de Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Viçosa, Disponível em: <https://www.vicosamg.gov.br/detalhe-da-materia/info/kanduna-puri-celebra-a-cultura-indigena-da-zona-da-mata/165294> Acesso em: 10 jun. 2024.

O Puri Teyxokawa (Resistência Indígena Puri) organiza estudos sobre a língua Puri, recuperando canções, histórias, saberes cosmológicos dos Puri, como o “*Projeto Txemim Puri; Promoção, registro e preservação da história, língua e cultura indígena Puri*, iniciado em 2018 para salvaguardar a língua Puri (Kwaytikindo)” e reestabelecer a conversação fluente na língua Puri. Publicaram gratuitamente o primeiro vocabulário em língua Puri, músicas e o primeiro curta-metragem feito por indígenas Puri. Na Figura , algumas palavras com a letra A recuperadas pelo “Projeto Kwaytikindo” de 2018

Figura 14 - Vocabulário Puri

Vocabulário Kwaytikindo – Língua Puri Revitalizada

A

adara /a. 'da.ra/ (s.) – rosto [figura humana]
 ah /a/ (pron.) – eu
 alkeh /al. 'kɛ/ (s.) – poeira
 alkehle /al.kɛ. 'lɛ/ (v.) – empoeirar
 alkehma /al. 'kɛ.ma/ (adj.) – empoeirado
 alkeom /al.kɛ. 'õm/ (s.) – poeirento, que faz poeira
 ambo /ãm. 'bo/ (s.) – árvore
 ambomayman /ãm. bo.maj. 'mãn/ (s.) – madeira
 ambonam /ãm. 'bo.nãm/ (v.) – morrer [encantar]
 ambonamma /ãm. bo. 'nãm.ma/ (adj.) – morto [encantado]

arenale /a. ,re.na. 'lɛ/ (v.) – escurecer
 arenana /a.re 'na.na/ (s.) – escuridão
 arepo /a.re. 'pɔ/ (v.) – suar
 arepoma /a.re. 'pɔ.ma/ (adj.) – suado
 arepona /a.re. 'pɔ.na/ (s.) – suor
 arike /a.ri. 'ke/ (s.) – carne
 arining /a.ri. 'nĩŋ/ (s.) – seta
 aripa /a. 'ri.pa/ (adv.) – longe
 aripale /a. ,ri.pa. 'lɛ/ (v.) – afastar
 aripama /a.ri. 'pa.ma/ (adj.) – afastado
 aripama /a.ri. 'pa.na/ (s.) – afastamento
 aripu /a.ri. 'pu/ (v.) – rir

Fonte: PURI, Tutushamum et al.

Portanto, essas ações de pesquisas sobre a língua, cultura, conhecimentos e histórias feitas pelos Puri têm sido essenciais para que novas pessoas conheçam sua origem familiar e a valorizem, assim, como toda a sociedade para desconstruir estereótipos/representações coloniais sobre as identidades, culturas e histórias indígenas.

Saberes e conhecimentos indígenas

Discutimos no decorrer desse livro o apagamento histórico sofrido pelos indígenas de Minas Gerais, a luta pela afirmação da sua existência apesar da invisibilidade e repressão sofrida ao longo dos últimos cinco séculos. Apresentaremos neste tópico as contribuições dos indígenas Puri para a formação da Bioma da Mata Atlântica e a nossa sociedade.

Pesquisadores apontam que territórios ocupados por povos indígenas são os mais conservados devido à relação de respeito e cuidado que possuem com a Natureza, pois compreendem que a Natureza também é um ser vivo, um sujeito, assim como os seres humanos. Dessa maneira, os povos indígenas procuram se alimentar, vestir, morar e viver em equilíbrio com a Natureza.

A Zona da Mata Mineira e Vale do Rio Doce estão localizadas no Bioma da Mata Atlântica, que se estende desde o sudeste ao nordeste do país. A Mata Atlântica é conhecida pela sua grande biodiversidade, com cerca de 20 mil espécies vegetais, 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes. Sendo importante para o equilíbrio climático e abastecimento hídrico, onde 145 milhões de brasileiros residem¹⁴⁹.

Figura 15 - Estados que a Mata Atlântica abrange¹⁵⁰



Fonte: IBGE.

¹⁴⁹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Mata Atlântica. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento.html#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20f%20auna%2C%20de%20brasileiros%20que%20viverem%20nela. Acesso em: 13 jun. 2024.

¹⁵⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (n.d.). Perda da cobertura florestal na Mata Atlântica: Mapas. Disponível em: <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/dados-complementares/236-perda-da-cobertura-florestal-mata-atlantica-mapas> Acesso em: 13 jun. 2024.

No período colonial, quando os portugueses viram a exuberância das florestas, animais e rios do Brasil ficaram deslumbrados, acreditando encontrar o “Paraíso” na Terra. Todavia, à medida que abriam roças para cultivo de alimentos e grandes plantações de açúcar, algodão e café para o comércio, e extraíam madeira para construir casas, estradas e barcos, eles desmatavam e caçavam os animais de maneira descontrolada, causando um desequilíbrio no ecossistema. Assim, no século XVIII e XIX aparecem relatos descrevendo o estado de exploração e destruição da Natureza, demonstrando a diferença entre a paisagem natural e cultural no século XVI e a dos três séculos seguintes.

Atualmente, pesquisas vêm demonstrando que os biomas e paisagens naturais das florestas brasileiras foram construídos pela atividade humana, isto é, dos povos originários que domesticaram plantas e animais, e contribuíram para a diversidade do ecossistema.

De acordo com o diretor do Jardim Botânico, Gustavo Soldati, cerca de 95% das espécies da Mata Atlântica eram conhecidas pelas diferentes nações indígenas habitantes da costa brasileira, especificamente na região da nação, que hoje é reconhecida como Puris Coroados. As plantas nativas sobre os quais os povos indígenas, habitantes da região, possuíam conhecimento, têm como herança, além do nome ancestral, a influência no processo de domesticação das espécies e da paisagem.

Hoje a ciência explica que, sem a presença desses povos originários, as espécies tinham seguido outro caminho evolutivo. **O que temos foi muito influenciado pelas pessoas que já viveram aqui. Mais do que o nome e os conhecimentos, herdamos espécies e características influenciadas no processo que chamamos de domesticação da espécie e de paisagem.** Para Soldati, conservar as espécies é conservar todo um patrimônio genético. “Ao preservar essas plantas, preservamos o conhecimento e saberes indígenas, além de sua importância simbólica e histórico-cultural. E, de forma sistêmica, temos garantia de vários serviços ecossistêmicos como a regularização do clima, polinização, recursos hídricos, entre outros (grifos nossos)¹⁵¹.

¹⁵¹Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Confira 6 árvores que mostram como povos indígenas conservam e conhecem a biodiversidade. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/08/10/confira-6-arvores-que-mostram-como-povos-indigenas-conservam-e-conhecem-a-biodiversidade/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Dessa maneira, pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF afirmam que a Mata Atlântica é um legado de povos originários que há milênios vêm construindo esse ecossistema. Estudando seis espécies de árvores nativas da Mata Atlântica presentes no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pesquisadores da UFJF demonstram como os indígenas Puri e Coroado conheciam as plantas, suas propriedades alimentícias e medicinais. Os pesquisadores citam Jatobá (*Hymenaea courbaril*), Mulungu (*Mulungu Erythrina*), Guapuruvu (*Schizolobium Parahyba*), Camboatá (*Cupania vernalis*) e Copaíba (*Copaifera langsdorffii*) plantas nativas da Mata Atlântica cujos nomes “possuem como semelhança a nomenclatura de origem indígena, um histórico de conservação e utilização por povos originários”¹⁵²

Segundo o professor Daniel Pimenta, do Departamento de Botânica da UFJF,

durante batalhas várias plantas sagradas foram utilizadas com a função além da medicina. “No caso da copaíba (pau d’óleo), o seu óleo era usado como cicatrizante, mas, em momento de guerra, era passado no corpo com o intuito de deixá-lo escorregadio e se safar de uma emboscada, por exemplo¹⁵³.

O óleo extraído dos frutos da Copaíba possui propriedades anti-inflamatórias, antissépticas e antimicrobianas, sendo empregado no tratamento de tosses, catarros e bronquites por sua ação expectorante, ação cicatrizante, contra reumatismo e dores musculares. Os conhecimentos dos povos indígenas sobre as plantas são usados na indústria farmacêutica para a produção de medicamentos.

Outra árvore sagrada para os Puri e Coroado era e é no presente a Sapucaia (*Lecythis pisonis Camb*), com uma altura de 20-30 metros, possui frutos que formam uma cabaça com castanhas ricas em manganês, fósforo e

¹⁵² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Confira 6 árvores que mostram como povos indígenas conservam e conhecem a biodiversidade. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/08/10/confira-6-arvores-que-mostram-como-povos-indigenas-conservam-e-conhecem-a-biodiversidade/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹⁵³ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Confira 6 árvores que mostram como povos indígenas conservam e conhecem a biodiversidade. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/08/10/confira-6-arvores-que-mostram-como-povos-indigenas-conservam-e-conhecem-a-biodiversidade/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

magnésio, sendo um excelente alimento nutricional¹⁵⁴. O óleo das sementes serve para a fabricação de uma pomada medicinal utilizada para combater piolhos e doenças da pele, entre elas as de origem herpética¹⁵⁵. Para os Puri e Coroadó, ela estabelece a ligação com outro mundo e, por isso, enterravam seus familiares mortos em suas raízes, para que fossem conduzidos e recebidos no outro mundo.

Figura 16 - Foto da Sapucaia e seu fruto



Fonte: Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 17 - Fruto da Sapucaia com as sementes¹⁵⁶



Fonte: e-Jardim- *Lecythis pisonis* (Sapucaia Vermelha).

¹⁵⁴ Silva, J. R., Santos, M. M., Oliveira, A. F., & Costa, A. C. (ano). Propriedades químicas, físicas e funcionais de óleos de frutos de sapucaia (*Lecythis pisonis* Cambess.) obtidos por técnicas clássicas e via fluidos pressurizados. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54969>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹⁵⁵ Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Lecythis pisonis*. Disponível em: <https://museunacional.ufrj.br/hortobotanico/arvoresearbustos/lecythispisonis.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

¹⁵⁶ e-Jardim. *Lecythis pisonis* (Sapucaia Vermelha). Disponível em: <https://e-jardim.com.br/produto/lecythis-pisonis-sapucaia-vermelha/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Helenice Puri liderança do Movimento Puri de Retomada Uxo Txori da Zona da Mata nos conta um pouco do relacionamento do Povo Puri com as plantas como a Sapucaia e o Bambu e o respeito a elas:

Mas é Sapucaia, é símbolo do povo Puri. Essa árvore essa árvore linda, né? Sapucaia, que dá uns frutos grandes dá uma castanha, que é alimento também para a gente, para os macacos, né para vários bichos como o morcego. E ela previne diabéticas, pressão alta. E ela dá para fazer Agogô, né? Nós fizemos também maracá. Agora nós temos maracá Puri que foi feito, né? Você foi feito pela Rosa Puri de Ponte Nova, que trouxe esse maracá da Sapucaia é um maracá Puri do povo da Zona da Mata mineira, então, sim. É, tem outras plantas sagradas para nós, né? Como bambu. É o bambu, para nós é muito sagrado, né? Porque por causa da energia. E por causa da sua utilidade, né? Com um bambu você faz várias construções, né? Você constrói o galinheiro da galinha que está cantando ali, agora, aqui no fundo do meu quintal, em casa, a gente usa muito bambu, né? Se faz cerca. Mas ele não é tirado assim de qualquer maneira, né? Tem que pedir a licença. O bambu, ele tem a dona. Que rege ele, ele tem ali os seus encantados. [...]. Então assim, meu avô sempre contou essas histórias do bambu para nós na beirada da fogueira.¹⁵⁷

Assim, a riqueza da Mata Atlântica é um legado dos povos originários. Sabemos que, pelo histórico de desmatamento e mineração, a Mata Atlântica foi drasticamente reduzida, encontrando poucas áreas conservadas. Uma dessas áreas conservadas são as serras do Brigadeiro e Mantiqueira, que historicamente foram lugares em que os Puri e Coroados buscaram resistir à colonização e cuidaram para sua conservação. Hoje, os Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e o Parque Nacional da Serra da Mantiqueira.

Em 2015, Vanessa Lana e Paloma Gabriele Fernandes Lobato desenvolveram um estudo sobre as “Tradições populares nos costumes e práticas de cura com plantas medicinais em Viçosa e região”¹⁵⁸. A comunidade escolhida para a realização do projeto foi Cachoeira de Santa Cruz, distrito rural de Viçosa-MG. O objetivo dessa pesquisa era identificar os conhecimentos sobre as plantas, doenças e os significados das práticas de cura para a população local. Nas visitas e observações realizadas pelos pesquisadores na comunidade, perceberam a presença de “benzedores” e a

¹⁵⁷ PURI, Helenice. Entrevista concedida a Sabrina Ramos Cornélio. 21 setembro de 2023. Formato vídeo. Arquivo pessoal.

¹⁵⁸ LANA, V.; LOBATO, P. G. F. Tradições populares nos costumes e práticas de cura com plantas medicinais na contemporaneidade - Viçosa-MG. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2016. DOI: 10.21284/elo.v5i2.188. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1139>. Acesso em: 17 jun. 2024.

utilização de plantas para o tratamento de diversas doenças. Observaram que eles sabiam quais plantas poderiam ser combinadas e quais não, e as formas de usá-las, seja como emplasto, pomada, chá e gargarejo. Uma das plantas citadas foi a “Erva-passarinho (*Struthanthus flexicaulis*)”¹⁵⁹ usada no tratamento de inflamações diversas como pele, gastrite, úlceras, inflamação da garganta, usada como chá e emplasto.

Portanto, podemos identificar as contribuições dos indígenas para nossa cultura e sociedade, na nossa medicina tradicional e na alimentação a partir dos remédios, chás, frutos, verduras, entre outras, que fazem parte do conhecimento indígena e por isso devem ser lembrados e reconhecidos.

Para saber mais:

Para conhecer a riqueza da cultura e História dos Puri, acesse o site do Centro de Memória do Povo Puri, uma plataforma criada em 2020 que oferece acesso a fontes históricas, arqueológicas, bibliografia sobre a alimentação, plantas medicinais, cosmologia, território, língua, artes, saberes e conhecimentos dos indígenas Puri. Além disso, a Editora Pachamama oferece livros que abordam a história Puri e literatura antirracista. Para ampliar olhar e desconstruir estereótipos/representações negativas a respeito dos povos indígenas, siga as redes sociais dos movimentos e coletivos Puri e acompanhe de perto suas atividades e iniciativas de luta por valorização cultural e de sua história.

Sugestões

BALBINA, Zélia Puri. "Memórias de Vida e Ancestralidade". **Centro de Memória Povo Puri**. 2020 Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/post/mem%C3%B3rias-de-vida-e-ancestralidade-de-z%C3%A9lia-balbina-puri>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BALBINA, Zélia (Ponan Puri). **Poesia em movimento**. Coleção Semear, 2018.

FACEBOOK. **Movimento Ressurgência Puri**. Disponível em: https://www.facebook.com/mov.ressurgenciapuri/?locale=pt_BR. Acesso em: 15 jun. 2024.

¹⁵⁹ FAMIVITA. **Chá de Erva-de-Passarinho: Benefícios e Indicações**. Disponível em: <https://www.famivita.com.br/conteudo/cha-de-erva-de-passarinho/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

IPHAN. **Projeto resgata fluência de indígenas na língua puri**. 18/04/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/projeto-resgata-fluencia-de-indigenas-na-lingua-puri> Acesso em: 10 jul. de 2023.

INSTAGRAM. **Centro de Memória Puri**. Disponível em: <https://www.instagram.com/centrodememoriapuri/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

INSTAGRAM. **Retomada Puri Uxo Txori**. Disponível em: <https://www.instagram.com/retomadapuri/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

INSTAGRAM. **Resistência Indígena Puri (Teyxokawa)**. Disponível em: <https://www.instagram.com/resistenciaindigenapuri/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

INSTAGRAM. **Instituto Pachamama-Inhã Uchô**. Disponível em: <https://www.instagram.com/inhaucho/?hl=fa>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NATIVIDADE, Carolina Santos; DE ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho. Acervo Biocultural do Grupo Entre Folhas - Plantas Medicinais: espaço educativo e protocolos Bioculturais. **Simpósio de Integração Acadêmica da UFV**. 24 e 26 de out. de 2023. Apresentação painel. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2023/trabalhos/18209> Acesso em: 10 de abr. 2024.

PACHAMAMA EDITORA. Disponível em: <https://www.pachamamaeditora.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. **Guerreiras (M'baima miliguapy) Mulheres Indígenas na Cidade, Mulheres Indígenas da Aldeia**. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2018.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. **Boacé Uchô-A história está na terra: narrativas e memórias do Povo Puri da Serra da Mantiqueira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2020.

PAIVA, Adriano Toledo. **Titinhan Puri - A vovó Puri**. São Paulo: Editora Literando, 2021, 19p.

OLIVEIRA, Daniel. **Vozes da mata: O Meio Ambiente Segundo a Cultura Indígena Puri. Centro de Memória do Povo Puri, 2023**. Centro de Memória Puri. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/centro-de-memoria-do-povo-puri> Acesso em: 31 de abr. de 2024.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Sérgio. **No livro a raiz, na lembrança o passado: Fragmentos Culturais e Memória dos descendentes declarados de indígenas de Mirai**. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2016.

AMANTINO, Márcia. Entre o genocídio e escravidão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte. v. 45, n.2, p.121-134, jul-dez de 2009.

BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Purí e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

DA SILVA, Dauá José. **Cultura indígena do sudeste, memória e sua guarda: Os Purí e sua identidade**. Trabalho de conclusão de curso- Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-Minas Gerais, 2017, 49p. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1kQajwEMXYPLrVyy3v5vWx43kxDv5ngT/v](https://drive.google.com/file/d/1kQajwEMXYPLrVyy3v5vWx43kxDv5ngT/view) Acesso em: 10 jun. 2024.

DE MATTOS, Izabel Missagia. Povos indígenas e negros nos Sertões do Leste: transição para a República e nacionalidade. **Tellus**, v. 19, n. 38, p. 49-77, 2019.

ESCHWEGE, W.L. **Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

JOSÉ, Oíliam. **Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos**. Imprensa Nacional, Belo Horizonte, 1965.

LANA, V.; LOBATO, P. G. F. Tradições populares nos costumes e práticas de cura com plantas medicinais na contemporaneidade - Viçosa, MG. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, [S. 1.], v. 5, n. 2, 2016. DOI: 10.21284/elo.v5i2.188. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1139>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford University Press, 2006

LANGFUR, Hal; DE RESENDE, Maria Leônia Chaves. Indian autonomy and slavery in the forests and towns of colonial Minas Gerais. In: **Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500–1900**, p. 132-165, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 7ªed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013.

LEMOS, Marcelo Sant'Ana. **O índio virou pó de café?: resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba**. Paco Editorial, 2016.

LIMA, Tania Andrade. **Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites**. Museu Nacional, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia M. L. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53–72, jun. 2010.

MOREIRA, Vânia M. L. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, p. 153–169, 2002.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: LIMA, Tania Andrade (org.). **Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2015, p. 31- 47.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os Indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767–1813)**. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010. 208 p.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste**. (tese de Doutorado), UNICAMP, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). IN:(orgs.) CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Indígenas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1998.p.115-132.

PETRUCCELLI, José Luís. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: (org.) PETRUCCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lucia. **Características étnico-raciais da população: Classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf> Acesso em: 06 de no. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.10, 1992/1.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. **Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas**. São Paulo: Humanitas (FFLCH – USP), 2000, 266 p.

PURI, Tutushamum et al. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. **Revista Brasileira de Línguas Indígenas**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2021.

PURI, Zélia; DE HOLANDA CAVALCANTI, Adriana. Memórias de vida, ancestralidade indígena e artes sagrada como práticas de educação. **Identidade** v. 24, n. 1, p. 80-96, 2019.

RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri**. 2017. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2017.

REIS, Solange de Souza. **Onde estavam os indígenas puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo**. Trabalho de conclusão de curso- Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-Minas Gerais, 2020, 51p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1L2t2o7vj_9nJKHev_TVVIH8Fr-yAJ7E/view Acesso em: 10 jun. 2024.

RUGENDAS, J. M. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1979.

SAINT - HILAIRE, A. **Viagem pelo distrito de Diamantina e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Adailton Damião dos. **Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006)**. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural, Cidadania e Paisagens da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2019. 229f.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Elisângela de Moraes. **Arqueologia e coletivos indígenas: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais**. 2011. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Giovani José da; DA COSTA, Anna Maria Ribeiro FM. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. Autêntica, 2018.

SOARES, Juliana Frontelmo. **A reconstituição da história do povo puri no Noroeste fluminense e os usos da memória ancestral - breve análise sobre Santo Antônio de Pádua e Miracema (séculos XVIII – XXI) [dissertação]**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2022. Disponível em: https://sigaa.ufrrj.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=fr_FR&id=7559¬icia=8549023 Acesso em: 10 mai. 2024.

SOARES, Juliana Frontelmo. Modos de vida e de vivência Puri mata adentro: mundos em disputa, entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 131–169, 2024. DOI: 10.46551/issn.2527-2551v21n1p.131-169. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/7539>. Acesso em: 12 jun. 2024.

VIEIRA, L. O.; DIAS, T. de O. História local: reflexões sobre o ensino e a pesquisa das histórias indígena e afro-brasileira. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 291–311, 2021. DOI: 10.20949/rhhj.v10i20.699. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/699>. Acesso em: 15 jun. 2024.